

ISSN 2236-1901

OMNIA

Revista Científica do **Centro Universitário de Adamantina**



**SUPLEMENTO DO
XVI CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**
(24 a 27 de outubro de 2022)

CIÊNCIAS HUMANAS



Centro Universitário de Adamantina

Rua Nove de Julho, 730 - Adamantina SP – (018) 3502-7010

www.unifai.com.br

omnia@fai.com.br

Congresso de Iniciação Científica de Humanas da FAI (16. : 2022 : Adamantina)

Anais do XVI Congresso de Iniciação de Humanas da FAI, de 24 a 27 de outubro de 2022, Adamantina [recurso eletrônico] / Coordenação de Comunicação Científica. Adamantina : Edições OMNIA, 2022.

Disponível em:

http://www.unifai.com.br/cic2023/index.php?conteudo=info&cod_item=55

e-ISSN: 2236-1901

1. Pesquisa. 2. Ciência. I. FAI Centro Universitário de Adamantina.

Janaína de Oliveira Varjão – CRB-8/6452

Os textos publicados são de acesso público e gratuito, sendo a reprodução parcial permitida, desde que citados seus autores com a referência bibliográfica completa da Revista OMNIA. O conteúdo dos textos publicados é de inteira responsabilidade dos autores.

Revista OMNIA

Revista Científica do **Centro
Universitário de Adamantina**

Reitor

Prof. Dr. Alexandre Teixeira de Souza

Vice-Reitor

Prof. Dr. Wendel Cleber Soares

Pró-Reitoria Pesquisa

Profa. Dra. Márcia Zilioli Bellini

Pró-Reitoria Ensino

Profa. Dra. Fúlvia de Souza Veronez

Pró-Reitoria Extensão

Profa. Dra. Liliansa Marttos Nicoletti Toffoli

Comissão organizadora

Presidente

Profa. Dra. Márcia Zilioli Bellini

Membros

Prof. Dr. Estêvão Zilioli

Prof. Dr. Guilherme Batista do Nascimento

Prof. Me. João Paulo Gelamos

Prof. Dr. Paulo Roberto Rocha Jr

Prof. Me. Simone Leite de Andrade

Profa. Dra. Fúlvia de Souza Veronez

Prof. Me. Valter Dias da Silva

Prof. Dr. Alessandro Ferrari Jacinto

Prof. Dr. José Burgos Ponce

Cleia Andrade dos Santos

Wilian Watanabe Nunes

Claudinei Pelae Jorge

Comitê Científico Editorial

Editor-Chefe

Prof. Dr. Guilherme Batista do Nascimento

Membros

Prof. Me. Alexandre Rodrigues Simões

Profa. Dra. Ana Carolina Basílio Palmieri

Profa. Dra. Daniela Vieira Buchaim

Profa. Dra. Izabel Castanha Gil

Prof. Dr. José Carlos Cavichioli

Prof. Dr. Marcos Martinelli

Prof. Dr. Paulo Boschov

Prof. Dr. Wendel Cleber Soares

Jornalista Responsável

Daniel Torres de Albuquerque

MTb:51.540/SP

Arte e editoração eletrônica

Lélia Amara Bachega Nakau Miyazaki

EDITORIAL

O ensino superior é sustentado em cima do tripé ensino/pesquisa/extensão, tendo a interdisciplinaridade, a responsabilidade social e a promoção da iniciação científica como nortes. Assim, ao realizar mais uma edição dos Congressos Científicos, o Centro Universitário de Adamantina (UniFAI) reafirma seu compromisso de fomentar a pesquisa entre os alunos e divulgar os resultados para toda a comunidade de Adamantina e região.

Este ano, ao propor como tema central “Evidências Científicas na Prática Profissional”, os Congressos Científicos da UNIFAI reforçam a importância da inclusão da pesquisa científica na formação dos futuros profissionais oriundos dos nossos mais de 30 cursos de graduação. Além de estimular o início e a continuação do pensamento científico, por meio dos Congresso de Iniciação Científica Jr (CICJr) e Congresso de Pesquisa Científica (CPC).

Em um Congresso plural, a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (ProPPG) recebeu mais de 600 trabalhos nas formas de apresentação oral e pôster e ofereceu diferentes minicursos e palestras, com temas nas três grandes áreas do conhecimento (Biológicas, Humanas e Exatas/Agrárias). Além da apresentação de 70 maquetes e 55 lançamentos de foguetes, dentro do Congresso de Iniciação Científica Jr

Com grande satisfação, a ProPPG apresenta os Anais de seus Congressos Científicos e agradece a toda comissão organizadora, colaboradores e professores que trabalharam para a realização desse evento, que só foi possível pelo apoio e trabalho conjunto da Reitoria e Pró-reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão, juntamente com os diferentes setores administrativos da nossa instituição.

Vida longa aos Congressos Científicos da UniFAI e até 2023

Prof. Dr. Guilherme Batista do Nascimento
Editor-chefe



www.fai.com.br

(18) 3502-7010

(18) 99803-6485

Rua Nove de Julho, 730, Adamantina - SP

Sumário

CIÊNCIAS HUMANAS

A IMPORTANCIA DO NAPP- NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO PARA OS DISCENTES DA FATEC - PRUDENTE	7
A INFLUÊNCIA DO ACOLHIMENTO NA SAÚDE MENTAL DO ACADÊMICO EM CONTEXTO PANDÊMICO	9
A LEI DE EXECUÇÃO PENAL NA PRÁTICA. SUA APLICABILIDADE NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO.....	12
A NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E A APLICABILIDADE DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL DE ACORDO COM A LEI 14.230/2021.....	14
A REINTEGRAÇÃO SOCIAL POR MEIO DAS ALTERNATIVAS PENAIS E DA ASSISTÊNCIA AO EGRESSO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO: O DESAFIO VAI ALÉM DOS MUROS DA PRISÃO	17
A RELEVÂNCIA DA INCLUSÃO DE PESSOAS SURDAS NOS ATENDIMENTOS PSICOTERAPÊUTICOS.....	20
A SUPERAÇÃO DA CULTURA LITIGOSA: MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS	22
ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL: INVESTIGAÇÕES MAIS CÉLERES, EFICIENTES E CONSTITUCIONAL.....	24
ALIMENTAÇÃO E FORMAÇÃO DEMOGRÁFICA REGIONAL	26
ANÁLISE DA VIABILIDADE DE UMA TORREFAÇÃO DE CAFÉ EM ADAMANTINA/SP	28
ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA DA INSTALAÇÃO DE UMA MICRO INDÚSTRIA DE SABONETES NATURAIS NA CIDADE DE ADAMANTINA.....	30
ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA DE UMA FABRICA DE SACOLAS ECOLÓGICAS DE TNT – TECIDO NÃO TECIDO.....	32
ANÁLISE DO DISCURSO DOS MECANISMOS GERADORES DE SENTIDO DE UMA PEÇA PUBLICITÁRIA.....	34
ÁRVORE GENEALÓGICA E DEMOGRAFIA DA NOVA ALTA PAULISTA. VIVENCIANDO A EXPERIÊNCIA PARA USO EM SALA DE AULA	36
AS PERSPECTIVAS QUANTO A ADOÇÃO DO MODELO DE GESTÃO GERENCIAL PELOS ENTES PÚBLICOS NACIONAIS.....	38
AS VERTENTES IDEOLÓGICAS PREDOMINANTES NA GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA.....	41
BENEFÍCIO DE ORDEM DO EMPRESÁRIO	43
DA EFETIVIDADE DO ESTADO EM ASSEGURAR O DIREITO CONSTITUCIONAL À VIDA MEDIANTE AOS FEMINICÍDIOS CONSUMADOS NO BRASIL.....	45
DIREITO E REALIDADE VIRTUAL: RESPONSABILIDADE CIVIL DENTRO DO METAVERSO	47
ENCARCERAMENTO E DESIGUALDADE SOCIAL	49
ESTUDO DA VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA DA INSTALAÇÃO DE UMA CERVEJARIA ARTESANAL EM ADAMANTINA	53
ESTUDO DA VIABILIDADE ECONÔMICA FINANCEIRA DA IMPLANTAÇÃO DE UMA INDÚSTRIA DE RAÇÃO PARA BOVINOS NO MUNICÍPIO DE FLÓRIDA PAULISTA.....	55

ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA DE UMA FÁBRICA DE PAÇOCAS DO TIPO ROLHA NO MUNICÍPIO DE ADAMANTINA – SP EM 2022	57
ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO E FINANCEIRO DA IMPLANTAÇÃO DE UMA STARTUP PRESTADORA DE SERVIÇOS, NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL, VIA APLICATIVO DE CELULARES, NA CIDADE DE ADAMANTINA/SP	59
ESTUDO SOBRE A VISÃO EFICIÊNCIA VERSUS EFICÁCIA NO CONTEXTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR RESULTADO	62
ESTUPRO DE VULNERÁVEL NO ÂMBITO FAMILIAR: A INEFICÁCIA DA LEI QUANTO AO ABUSO SEXUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO LAR	64
EXCELÊNCIA NA GOVERNANÇA PÚBLICA	67
EXPLORANDO COMO OS MECANISMOS DE SENTIMENTOS MORAIS DOS CONSUMIDORES ATENUAM O COMPORTAMENTO DE SHOWROOMING: UM ENSAIO TEÓRICO	69
HISTÓRIA E BAIRROS RURAIS DE ADAMANTINA	72
INFLUÊNCIA DA ATIVIDADE FÍSICA NA QUALIDADE DE VIDA DE INDIVÍDUOS COM ESCLEROSE MÚLTIPLA - REVISÃO DE LITERATURA	74
INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE	76
MUSICOTERAPIA E SEUS EFEITOS NA SAÚDE DE IDOSOS	78
O AVANÇO DO SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO COM AS URNAS ELETRÔNICAS	80
O CRIME DE ESTELIONATO NA CONTEMPORANEIDADE	82
O ENDIVIDAMENTO DOS BRASILEIROS JUNTO AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DURANTE A PANDEMIA DE COVID 19	84
O IMPACTO DA ELETIVA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA ASTRONOMIA BÁSICA EM SALA DE AULA	86
O PROCEDIMENTO DA USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA NO ÂMBITO EXTRAJUDICIAL	88
O PSICÓLOGO ESCOLAR E A ADAPTAÇÃO DOS ALUNOS POS-PANDEMIA	90
O USO DA CARTA PSICOGRAFADA COMO PROVA NO JUDICIÁRIO	93
OS EFEITOS DA PANDEMIA E AS CONSEQUÊNCIA NA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES ..	95
PROJETO DE VIABILIDADE ECONÔMICA PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA QUEIJARIA NA CIDADE DE ADAMANTINA	97
REFORMAS NECESSÁRIAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE GERENCIAL	99
RELAÇÃO ENTRE DIVERSIDADE E PRODUTIVIDADE NO AMBIENTE DE TRABALHO	101
RELATO DE EXPERIÊNCIA: A PSICOLOGIA EDUCACIONAL NO TRABALHO COM ADOLESCENTES NO SISTEMA EDUCACIONAL	103
RESENHA DO ARTIGO: HOJE VAMOS POVOAR O CÉU: VIOLÊNCIA E MARTÍRIO NA CONVERSÃO DA AMÉRICA PORTUGUESA	105
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR ERRO JUDICIÁRIO: UM OLHAR PARA O PRECEITO CONSTITUCIONAL DO ARTIGO 5º, INCISO LXXV	107
RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA NAS RELAÇÕES DE CONSUMO: TUTELA JURÍDICA DE DIREITOS E DEVERES	109
VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA DE UMA ALAMBIQUE DE CACHAÇA EM ADAMANTINA	111

CIÊNCIAS HUMANAS

A IMPORTANCIA DO NAPP- NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO PARA OS DISCENTES DA FATEC - PRUDENTE

Aline Batista Rosa Rubini

Jerson Joaquim da Silva

Faculdade de Tecnologia de Presidente Prudente
aline.rubini@fatec.sp.gov.br

Introdução

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico é um órgão de apoio educacional que presta acompanhamento psicológico aos discentes da Fatec - Prudente, às atividades desenvolvidas no âmbito dos cursos de graduação tecnológicas e visa, contribuir para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, na interação da formação acadêmica com o mundo do trabalho e a realidade social, visando a qualidade na formação profissional. As atividades do NAPP são exercidas por profissionais da área de psicologia, sendo responsáveis por realizar orientações no que se refere às dificuldades acadêmicas, proporcionando a identificação dos principais fatores envolvidos nas situações problemas e orientando nas estratégias de enfrentamento. O núcleo tem como objetivo promover, por meio do aconselhamento psicopedagógico, o bem-estar psicológico dos estudantes dos seis cursos da Fatec-Prudente, acolhendo o graduando em situação de crise e o ajudando a superar dificuldades, desenvolvendo suas habilidades emocionais e comportamentais e as transformando em competências e habilidades individuais. É importante destacar o trabalho do NAPP durante a pandemia, tal situação contribuiu para o agravamento da depressão, ansiedade, medos e tristezas. Atualmente, os atendimentos são oferecidos nas duas modalidades, remota e presencial e podem durar de 1 a 5 semanas, dependendo da demanda de estudante. Além dos atendimentos, o NAPP disponibilizou uma Cartilha de Saúde Mental para os alunos, para ajudá-los no autoconhecimento. Diante dos dados trazidos, ressalta-se a importância do projeto para a comunidade acadêmica, em especial, para os discentes da Fatec-Prudente.

Material e Métodos

Com a suspensão das atividades presenciais na Fatec-Prudente, onde todas as ações foram paralisadas, por conta da Covid-19, por meio do sistema remoto foi criado um novo modelo de atendimento, a partir da daí hoje atuam de duas maneiras, sendo uma delas remota e presencial, a depender do discente bem como disponibilidade do psicólogo o professor. Esses profissionais contam com matérias diversificados para os atendimentos, como fichas de acompanhamento formulários, além de promoverem uma série de intervenções psicológicas com base em recursos cognitivos e emocionais no intuito de prevenir o fracasso do discente no caminho da graduação, visando o desenvolvimento tecnológico, econômico e social de seus discentes, bem como formação e capacitação profissional. Auxiliando-os dentro das esferas psicológicas, pedagógicas, de orientação profissional, adequação ao mercado de trabalho, intercâmbio, no relacionamento interpessoal etc. Uma das vulnerabilidades dos estudantes é estabelecer e manter relacionamentos. O trabalho do núcleo é não só buscar o bem-estar do aluno consigo mesmo, mas também com as pessoas à sua volta. Dessa forma, ele tem a possibilidade de aprender mais com outros colegas, docentes, profissionais do meio acadêmico, família e amigos. Essa atitude é determinante para o desenvolvimento das atividades diárias e profissionais até ao final do curso. Os estudantes são orientados a raciocinar sobre suas dificuldades e anseios, sendo despertados para perceber e analisar a realidade como um todo. Nesse sentido, o NAPP ajuda o universitário a ser protagonista da sua própria vida, dando mais sentido e qualidade a ela.

Resultados e Discussão

O núcleo visa à promoção de saúde mental e à realização de atividades que favoreçam o aprimoramento constante do processo de ensino-aprendizagem e das relações sociais na instituição. Esse trabalho consiste em observar e avaliar as reações frente a algumas tarefas, tais como: resistências, bloqueios, sentimentos, lapsos, transtornos emocionais, etc., a concepção construtivista define a aprendizagem como um processo de troca mútua entre o meio e o indivíduo, tendo o outro como mediador. Pois a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, propõe um estímulo ao pensamento reflexivo, formação integral e autoconhecimento diante do meio em que vive, mediante a isso universitário tem todo o apoio para lidar com situações do seu cotidiano nesse processo eles enfatizarão a potencialidade que o acadêmico tem, transformando-a em ferramenta que servirá de suporte ou aporte no seu desenvolvimento emocional e intelectual. Além de maior facilidade de relacionamento, descoberta de habilidades que contemplem o aprendizado e trabalhar de forma eficaz o gerenciamento de suas emoções. Portanto, é visível a importância de um serviço de apoio ao aluno, seja de caráter curativo ou preventivo, para que se possa num ambiente humanizador, compreender, conhecer e acompanhar a vida do acadêmico; proporcionando momentos de reflexão, tomada de consciência e possíveis soluções. O NAPP se tornou uma ferramenta importante, criando

oportunidades entre outras práticas voltadas para a vivência. Sendo um diferencial para a instituição. A principal ação do NAPP é assegurar os recursos necessários à equidade nas relações e potencializando aprendizagens significativas, como aquela em que novos conhecimentos adquirem significados através da interação com conhecimentos especificamente relevantes já existentes na estrutura cognitiva do discente, favorecendo o desenvolvimento de competências variadas que levem todas as pessoas a terem sucesso em seu projeto de vida acadêmica, as habilidades são a capacidade de transformação do conhecimento em ação e que resultarão no desempenho desejado. definem competência como um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos, habilidades, que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo.

Conclusão

Vale ressaltar a importância desse projeto para a comunidade acadêmica, em especial, para os discentes da Fatec-Prudente. O NAPP coloca em prática a política de atenção ao estudante, amparando-os nos princípios de equidade e inclusão, reconhecimento e valorização das diferenças pelo compromisso ao desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL FONSECA, Vítor da. Introdução às Dificuldades de Aprendizagem. 2. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. FLEURY, A. C. C.; FLEURY, M. T. L. Estratégias empresariais e formação de competências: um quebra-cabeça caleidoscópico da indústria brasileira. 3. ed., São Paulo: Atlas, 2004. GOMES, C; PAVÃO, S.M.O. Avaliação Psicológica da Aprendizagem: Psicologia e Psicopedagogia. São Paulo: Casa do psicólogo, 2013. HAUTZINGER, K.R. Como lida com a depressão. São Paulo: Hogrefe CETEPP, 2016. HOIRISCH, A. ET AL. Orientação psicológica no ensino superior. São Paulo: Coretez; Rio de Janeiro: EDITORA UFRJ. LIPP, M.E.N. & Yoshida, E.M.P. (Orgs) (2012). Psicoterapias breves nos diferentes estágios evolutivos. São Paulo: Casa do Psicólogo Moreira, M.A. (1999). Aprendizagem significativa. Brasília: Editora da UnB. PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W. Desenvolvimento humano. Porto Alegre. Artmed, 2000. SCHEEFER, R. Aconselhamento Psicológico. São Paulo: Atlas, 7ª. Ed. 1993.

Palavras-Chave: Apoio Psicopedagógico. Napp. Discentes. Fatec

A INFLUÊNCIA DO ACOLHIMENTO NA SAÚDE MENTAL DO ACADÊMICO EM CONTEXTO PANDÊMICO

Stephanie Sant'anna Valderramos Bittencourt

Raul Felipe Machado Calado

Claudia Regina Parra

Fundação Dracenense de Educação e Cultura

stephanie_bitt@hotmail.com

Introdução

Durante esses últimos dois anos, diante da crise sanitária atual, as pessoas tiveram que conviver com isolamento social e medidas de prevenção da infecção, aspectos que influenciam diretamente na saúde mental da população em geral, podendo ocasionar reações psicológicas como impotência, angústia, tristeza, medo, opressão, desamparo, raiva e dificuldades para se concentrar e dormir. No meio acadêmico, muitos estudantes já enfrentaram ansiedade e pânico devido à inúmeras implicações para cursos, tarefas, seminários, e defesas de teses adiadas. Em um estudo realizado na Grécia com estudantes universitários, foi constatado como decorrência da pandemia o aumento dos níveis de ansiedade (42,5%), depressão (74,3%), intenções suicidas (93,5%) e sensação de perda de valor na vida (67,5%). As relações sociais e humanas também são afetadas, formando um paradoxo: ontem as mesmas relações que auxiliavam no bem-estar hoje, devido isolamento, podem causar desordem, sentimentos de solidão e afins. Nesses momentos difíceis do isolamento, fica evidente a exaustão mental devido à muitas reflexões e incertezas, onde a única maneira de convivência social encontrada pelo jovem são as redes sociais. Do Nascimento et al, (2020), observou que relatos de jovens a respeito da pandemia tem algo em comum: a preocupação com a falta de toque, e assim, a preocupação com o afeto assume extrema importância para esses sujeitos. Nesse sentido, foi desenvolvido o presente trabalho com objetivo de propor reflexão acerca da saúde mental do estudante universitário em contexto pandêmico e propor a construção de

dispositivos de acolhimento diante da situação atual.

Material e Métodos

O presente trabalho foi desenvolvido utilizando o método de revisão bibliográfica, fez-se busca de artigos em bases de dados eletrônicos (SciELO, Pepsic, entre outros) após leitura integral foram selecionados 13 artigos que atenderam os seguintes critérios de inclusão: artigos completos disponíveis eletronicamente de forma gratuita, que apresentavam a temática de estudo com assunto central do trabalho ou com conteúdo relevantes ao tema, em português. Constituíram-se critérios de exclusão: cartas ao editor, editoriais, artigos em duplicidades, ou trabalhos que não contemplaram os objetivos do estudo. O processo de utilização e análise dos artigos obedeceu ao critério dos seguintes descritores: "Saúde Mental", "Estudantes Universitários", "Acolhimento", "Pandemia" e "Covid-19". Após a leitura e fichamento dos artigos foram levantados resultados da pesquisa buscando elucidar as questões mais pertinentes ao tema. A análise dos estudos selecionados, em relação ao delineamento do estudo, pautou-se em citar o sobrenome dos autores utilizados, sendo que tanto a análise quanto a síntese dos dados extraídos dos artigos foram realizadas de forma descritiva, possibilitando observar, descrever e discutir os principais dados, com o intuito de reunir o conhecimento produzido sobre o tema explorado na revisão.

Resultados e Discussão

A pandemia proporcionou a quebra da rotina de muitas pessoas, provocando aumento de peso, uso de bebidas alcoólicas, fumo e afins. Apesar disso, evidenciou-se também casos em que houve aumento de atitudes e ações em prol da prática de exercícios físicos (Malta et al., 2020). A juventude atribui grande valor a sua imagem e como os demais o enxergam, na concepção de ser jovem, a juventude mescla suas próprias vivências, sonhos e compartilhamento com seus iguais. Essa etapa do desenvolvimento humano busca acima de tudo, viver intensamente e com bastante pressa. Segundo Modesto et al (2017), a percepção do indivíduo sobre ser tratado de maneira justa, irá moderar tais efeitos da pandemia, reduzindo impactos negativos do esgotamento profissional na autoestima. Entende-se que o esgotamento das mulheres será maior que o dos homens, devido a jornada de trabalho tripla antes mencionada. Porém, a percepção de justiça não é o suficiente para atuar como psicológico protetivo para o indivíduo. A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) aponta que 15% dos universitários sofrem de depressão segundo dados de 2018, número aproximadamente três vezes maior que a média nacional, em razão da pressão por um bom desempenho e insegurança de um futuro desconhecido. Por essa razão, é gerado vulnerabilidade, dificuldade de concentração, cansaço e irritabilidade. O fato de a vida acadêmica estar imprevisível em um momento como esse, intriga tanto os docentes como discentes, tudo se torna instável e o medo assombra grande parte dos estudantes. Sentimentos como esse vão absorvendo toda saúde mental, e

permanecer nisso trará um diagnóstico certo de uma doença psíquica e sérios transtornos causados por ela no futuro. Em 2004, O Ministério da Saúde reconhece a prática do acolhimento como estratégia de recepção no SUS (Sistema Único de Saúde), em busca de um atendimento mais humanizado ao usuário. O acolhimento, é compreendido como uma ferramenta de intervenção, onde a escuta e o vínculo constituem um processo de promoção de saúde nos serviços públicos. Para o indivíduo, pode ser visto como um momento de parada, um debruçar-se sobre algum ponto, algum traço, alguma questão, uma pauta para nomear o caos, que é originário do pensamento. (Quadros et al, 2020 apud Deleuze & Guattari, 1992). Acompanhar processos implica estar atento aos acontecimentos que atravessam nosso viver, para além de uma interioridade. Quanto ao acolhimento, propõe-se segundo Quadros et al (2020), toma-lo enquanto um dispositivo de afetos e afetações em tempos nos quais nossa aproximação está mediada por aparelhos eletrônicos é, sobretudo, ressignificá-lo enquanto intervenção.

Conclusão

Este trabalho possibilita a análise dos desdobramentos da pandemia do Covid-19, afetaram e modificaram as relações afetivas na sociedade em , evidenciando necessidade de elaborações de estratégias para manutenção da saúde mental. Os estudos, apontam efeitos preocupantes sobre à saúde mental dos universitários. Faz-se importante o plantão psicológico na universidade.

Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Da Conceição Silva et al. A ansiedade e covid-19: impactos psicológicos da pandemia no processo de envelhecimento. Anais do VII CIEH. Campina Grande: Realize Editora, 2020. DALLACOSTA, Fabiana Meneghetti; DE CASTRO, Maria Heloisa Ortiz. SÍNDROME DE BURNOUT EM DOCENTES E DISCENTES UNIVERSITÁRIOS: reflexos da pandemia?. Revista Ciências Humanas, v. 14, n. 1, 2021. Acesso em 27 ago. 2022. DO NASCIMENTO, Elaine Ferreira et al. Juventude universitária e o isolamento social na pandemia COVID-19: Emprego, Sociabilidade e Família. Research, Society and Development, v. 9, n. 12, p. e17191210995-e17191210995, 2020. Acesso em 18 jun. 2022. GUNDIM, Vivian Andrade et al. Saúde mental de estudantes universitários durante a pandemia de COVID-19. Revista Baiana de Enfermagem‏, v. 35, 2021. Acesso em 27 ago. 2022. MALTA, Deborah Carvalho et al. A pandemia da COVID-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal, 2020. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 29, 2020. Acesso em 27 ago. 2022. MELLO, Robson. Luto na pandemia Covid-19. Revista PsicoFAE: Pluralidades em Saúde Mental, v. 9, n. 1, p. 7-17, 2020. Acesso em 12 set. 2022. Ministério da Saúde. (2020a). Saúde mental e atenção psicossocial na Covid-19: recomendações gerais. Brasília, DF: Autor. Recuperado de Ministério da Saúde. (2020b). Saúde mental e atenção psicossocial na Covid-19: processo de luto na Covid-19. Fiocruz Brasília, DF: Autor. Recuperado de

QUADROS, Laura Cristina de Toledo; CUNHA, Cláudia Carneiro da; UZIEL, Anna Paula. Acolhimento psicológico e afeto em tempos de pandemia: práticas políticas de afirmação da vida. *Psicologia & Sociedade*, v. 32, 2020. Acesso em 27 ago. 2022. RIBEIRO, Lahanna da Silva et al. Efeitos da pandemia de COVID-19 na saúde mental de uma comunidade acadêmica. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 34, 2021. Acesso em 27 ago. 2022. ROGERS, Carl R. Tornar-se pessoa. WWF Martins Fontes, 2017. SILVA, Andrey Ferreira da et al. Saúde mental de docentes universitários em tempos de pandemia. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 30, 2020. Acesso em 27 ago. 2022. WES-TPHAL, Euler Renato. A precariedade humana em tempos de pandemia: meditações insólidas sobre a finitude da vida. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica*, v. 6, n. 18, p. 740-756, 2021. Disponível em <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/9210>> Acesso em 27 ago. 2022.

Palavras-Chave: Estudante Universitário. Acolhimento. Saúde Mental. Pandemia Covid-19

A LEI DE EXECUÇÃO PENAL NA PRÁTICA. SUA APLICABILIDADE NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

Vanderlei Dias

José Luis Junqueira de Andrade Filho
Faculdade de Direito da Alta Paulista
230560@fadap.br

Introdução

O presente estudo se debruça sobre a Lei de Execução Penal e sua aplicação no sistema carcerário brasileiro. A importância do trabalho é que se propõe demonstrar uma análise sobre a pretensão punitiva do estado, sua eficácia, e se o ideal reabilitador das penas. A reabilitação proposta na política carcerária, é realmente aplicada, dentro de um sistema carcerário, que sofre uma deterioração diária. O foco da pesquisa são doutrinas diversas que tratam da Lei de Execução Penal, e decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), relacionadas aos direitos fundamentais dos presos, material que pode propiciar novos elementos de análise da política penitenciária. Além disso, pretende-se identificar a abordagens teóricas selecionadas pela Corte, nos julgamentos de recentes casos relacionados à execução das penas. O objetivo é descrever e analisar os fundamentos dos julgados, pertinentes aos direitos fundamentais da população carcerária, e confrontá-los com o ideário instituído pelo Plano Nacional de Política Penitenciária (2015 – 2018) e a realidade do Sistema Prisional no Brasil. Dentro deste contexto pretendeu-se a analisar o Trabalho Prisional e sua participação na ressocialização carcerária, e outros mecanismos que normativamente assegurem os direitos fundamentais dos apenados, e que a ressocialização seja efetivamente realizada. Propondo uma análise das ações da política carcerária brasileira, com base em decisões do Supremo Tribunal Federal e políticas Internacionais da aplicação da Lei de Execução Penal e Política Carcerária Internacional.

Material e Métodos

A metodologia empregada nesse trabalho para o desenvolvimento desta pesquisa científica, foi uma análise bibliográfica, através de um levantamento a legislação, livros, artigos periódicos de diversos autores que retratam o tema, portal de periódicos da CAPES, meios disponibilizados pela FADAP, como exemplo, seu portal de livros e doutrinas Scielo, minha biblioteca. Procurou-se através de um interesse prático, de uma forma explicativa, compreender os fatores que levam o sistema carcerário brasileiro ao um caos atual, e como a Lei de Execução Penal realiza seu papel no dia-a-dia neste sistema, no que diz respeito aos direitos dos apenados, na ressocialização pensando em seu retorno ao convívio social, depois do cumprimento de sua sentença, fazendo assim um estudo inovador da Lei 7.210 de 11 de Julho de 1984- Lei de Execução Penal, que ora é reconhecida como uma Lei moderna em sua estrutura normativa, porém em sua realidade carcerária não produz os frutos desejados. O resumo se utilizou de pesquisa bibliográfica, realizada de forma indireta, através de fontes secundárias de informação, utilizando para tal fim, livros, artigos, revistas e artigos científicos.

Resultados e Discussão

Diante do que foi exposto verifica-se uma legislação que atende aos princípios Constitucionais e Normas de cunho internacional, no que diz respeito aos Direitos da Pessoa Humana, e ao aspecto retributivo e preventivo, no que diz a sua execução. Porém o cenário de nosso sistema carcerário é totalmente diverso, no que diz respeito ao tratamento humano, fazendo com que os nossos presídios se tornem verdadeiros depó-

sitos humanos, sem qualquer desenvolvimento de forma social ou moral, fazendo com que os sentenciados vivam o ócio sem qualquer processo laborativo, ou educacional. Fazendo com que o preso fique sem qualquer ação do estado, de realmente prepara-lo para o retorno ao convívio social. A população carcerária seja ela composta por adultos sentenciados ou menores internados, está se tornando um pesadelo crescente aos Coordenadores do Sistema Prisional, que vem essa população não sendo ressocializada e devolvida a sociedade na maioria das vezes com comportamentos psicossociais piores dos que apresentavam antes de serem inseridos ao sistema prisional. O ganho desta análise é a demonstração da dificuldade em se fazer cumprir o texto legal da Lei, sem um planejamento estratégico, por parte de todos os personagens envolvidos no sistema carcerário, em como desenvolver um Sistema Prisional que faça com que o apenado cumpra sua pena de maneira digna, e retorne ao convívio social readaptado e que os

benefícios da LEP, não o incentive ao retorno do crime, mas que seja realmente um benefício aos mercedores do comportamento digno durante o seu cumprimento de sentença, para isso o ambiente prisional precisa ser digno. A violação de direitos fundamentais da população carcerária, faz com que esta população se deteriore psicologicamente dentro das condições carcerárias que vivem. O objetivo deste Artigo é propor um possível roteiro de análise e de ações da política carcerária, visando melhorar a prestação dos direitos fundamentais, e detectar possíveis ações para a melhoria da estrutura do Sistema Prisional atual.

Conclusão

A finalidade da Lei de Execução Penal é a ressocialização, e o cumprimento digno da pena. Porém com um sistema carcerário superlotado e mal gerenciado, tal propósito se torna inviável.

Referências Bibliográficas

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Brasília: 2018-ISSN 2236-1677. Vol. 8- N.º 1. ABR-2018 .Disponível em : www.rbpp.uniceub.br Acesso em 16 de setembro de 2022. Nucci, de Souza, Guilherme. Curso de Execução Penal. 5 ed- Rio de Janeiro – Forense, 2021. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI 5170, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 23/11/2016, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJe-256 DIVULG 30/11/2016 PUBLIC 01/12/2016. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 592581, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 13/08/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe- 018 DIVULG 29-01-2016 PUBLIC 01-02-2016.

Palavras-Chave: Política. Sistema Prisional. Stf. Ressocialização. Lep

A NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E A APLICABILIDADE DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL DE ACORDO COM A LEI 14.230/2021

Maira Oliveira Milevuski

Eliana Kátia Pupim, Lívia Maria Macagnan Ciciliati

Faculdade de Direito da Alta Paulista

m.milevuski@gmail.com

Introdução

A Lei nº 14.230/2021 trouxe consigo inúmeras alterações à Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) dentre as quais se encontra a inserção do art. 17-B, que trouxe específica regulamentação à celebração de Acordo de Não Persecução Civil, assunto tratado neste artigo. A Lei de Improbidade sempre foi alvo de discussões e disparidades doutrinárias e jurisprudenciais, necessitando de análises profundas à luz dos princípios da administração pública. A possibilidade de acordos no âmbito da improbidade administrativa, a princípio defendida em sede exclusivamente doutrinária, passou a ser admitida em 2017 com o advento da Resolução nº 179 do Conselho Nacional do Ministério Público e positivada com o Pacote Anticrime (Lei nº 13.964/19), embora ainda não contasse com regulamentação por lei estrita (no Estado de São Paulo ocorreu através da Resolução nº 1.193/2020-CPJ). Porém, mesmo após promulgação da Lei nº 14.231/2021, a solução negociada na esfera da improbidade ainda gera inúmeras divergências, tais como quais seriam os limites dentro do consenso e se haveria a possibilidade de delações premiadas ou de aplicabilidade de sanções aos agentes. O objetivo geral deste artigo é informar e abordar os debates acerca das alterações advindas da nova lei de improbidade administrativa no que tange os Acordos de Não Persecução Cíveis. Já os objetivos específicos deste artigo são de analisar a nova lei de improbidade administrativa, identificar as alterações em relação à lei anterior, analisar os conceitos, entendimentos processuais e possibilidades acerca do Acordo de Não Persecução Civil, bem como questionar os limites deste acordo.

Material e Métodos

Este trabalho foi embasado em fontes doutrinárias, jurisprudenciais, documentais e legais disponíveis acerca da Nova Lei de Improbidade. Assim, para alcançar os objetivos propostos, usufrui de motivação aplicada, visando a solução de um problema prático contemporâneo nas esferas dos poderes legislativo, executivo e judiciário; quali-quantitativa, dedicando-se a compreender o tema em diferentes abordagens, por meio de questionamentos e levantamentos de fontes; e exploratória, em determinados campos de estudo como Direito Administrativo, Direito Constitucional, Transações e Acordos no âmbito da administração sancionadora, bem como pesquisas bibliográficas e documentais nas bases de dados periódicos (portal CAPES), Biblioteca Digital – FADAP FAP e SciELO e base de dados Sophia, utilizando das palavras-chave Improbidade Administrativa, Legitimidade, Acordo de Não Persecução Civil, Administração Sancionadora e Administração Pública. Ainda, presentes como fonte de conhecimento doutrinadores como Fernando da Fonseca Gajardoni, Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz, Luiz Manoel Gomes Junior, Rogerio Favreto, Márcio André Lopes Cavalcante, Benedito Gonçalves, Renato César Guedes Grilo, Daniel Amorim Assunção Neves, Rafael Carvalho Rezende Oliveira, Rafael de Oliveira Costa, Renato Kim Barbosa, Rodrigo Leite Ferreira Cabral, Renee do Ó Souza, Rogério Sanches Cunha, Francisco Dirceu Barros, além de consultas pessoais com Promotores e Analistas Jurídicos do Ministério Público, ente competente para as celebrações dos acordos.

Resultados e Discussão

O assunto em questão, além de ser mais do que importante no cenário político, administrativo e social do Brasil, é extremamente atual e complexo. Os atos de improbidade vêm crescendo cada vez mais durante os anos, chegando em 2021 a 863 condenações no Tribunal Federal e 2558 condenações nos Tribunais Estaduais. Ainda, as perdas de bens adquiridos ilicitamente totalizam mais de R\$ 49.709.096,42 (quarenta e nove milhões, setecentos e nove mil, noventa e seis reais e quarenta e dois centavos), havendo pagamento de multas no valor total de R\$ 337.088.706,03 (trezentos e trinta e sete milhões, oitenta e oito mil, setecentos e seis reais e três centavos) e ressarcimento integral dos danos no valor de R\$ 434.681.017,31 (quatrocentos e trinta e quatro milhões, seiscentos e oitenta e um mil, dezessete reais e trinta e um centavos). (CNCIAI, 2021). Tendo isso em mente, é extremamente necessária a possibilidade de formalizações de acordos entre os agentes e os interessados para o efetivo e rápido ressarcimento. Sabe-se que a redação original do art. 17 da Lei 8.429/1992 vedava expressamente qualquer transação no âmbito da Improbidade Administrativa. (BRASIL, 1992). Posteriormente, o Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019) possibilitou, em seu art. 17, § 1º, a celebração de Acordos de Não Persecução Civil, porém sem maiores especificações. (BRASIL, 2021). E, finalmente, a Nova Lei de Improbidade Administrativa trouxe as especificações necessárias para sua celebração entre o Ministério Público e o indiciado, sendo estas previstas no

art. 17-B e devendo, obrigatoriamente, suprir os seguintes requisitos: a) ressarcir integralmente o dano; e b) reverter à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida. (BRASIL, 2021). Porém, mesmo com as especificações legais, um questionamento ainda é recorrente: qual o limite dos acordos no âmbito da Improbidade Administrativa? O parágrafo sexto do art. 17-B da Nova Lei de Improbidade esclarece que os acordos poderão contemplar “a adoção de mecanismos e procedimentos internos de integridade, de auditoria e de incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, se for o caso, bem como de outras medidas em favor do interesse público e de boas práticas administrativas”. (BRASIL, 2021). Assim, a aplicabilidade das sanções previstas no art. 12 da lei em questão é efetivamente possível nos acordos, tanto pré-processuais quanto processuais, e as partes têm liberdade de negociação desde que respeitados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade e o interesse público no caso. (GAJARDONI et al, 2021).

Conclusão

Diante da problemática trazida, o leitor poderá ter maior conhecimento e embasamento em relação à nova Lei de Improbidade, para assim saber sobre suas alterações legais, fundamentos e sobre o dever de probidade dos agentes públicos e terceiros, bem como a aplicabilidade do acordo de não persecução civil.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade. Brasília, 2022. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php. Acesso em: 06 jun. 2022. BRASIL. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 02 de junho de 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm. Acesso em: 20 jun. 2022. BRASIL. Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 de abril de 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13964.htm. Acesso em: 01 set. 2022. BRASIL. Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021. Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre improbidade administrativa. Brasília, DF. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 de outubro de 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14230.htm. Acesso em: 01 set. 2022. BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. Resolução nº 179, de 26 de julho de 2017. Regulamenta o § 6º do art. 5º da Lei nº 7.347/1985, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta. Diário Oficial. Brasília, 26 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.cnmpp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolucao-179.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2022. BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. Resolução nº 1.193, de 11 de março de 2020. Disciplina o acordo de não persecução cível no âmbito do Ministério Público do Estado de São Paulo, regulamentando o disposto no art. 17, § 1º, da Lei nº 8.429/92 e no art. 7º, § 2º da Resolução nº 179/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público. Diário Oficial: Poder Executivo. São Paulo, 12 de março de 2020. Disponível em: https://biblioteca.mpsp.mp.br/PHL_IMG/RESOLUCOES/1193compilado.pdf. Acesso em: 22 jun. 2022. CABRAL, Rodrigo Leite Ferreira et al. Acordos de não persecução penal e acordo de não persecu-

ção cível. 2ª edição. São Paulo: JusPodivm, 2022. GAJARDONI, Fernando da Fonseca et al. Comentários à nova lei de improbidade administrativa: Lei 8.429/1992, com as alterações da Lei 14.230/2021. 5ª edição, São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. PINHO, Humberto Dalla Bernardina De. O consenso em matéria de improbidade administrativa: limites e controvérsias em torno do Acordo de Não Persecução Cível introduzido na Lei nº 8.429/1992 pela lei nº 13.964/2019. Revista Interdisciplinar De Direito v. 18, n.1, p.145-62, 13 de julho de 2020. Disponível em: [https://revistas.faa.edu.br/FDV/issue/view/46/v.18.n.1\(2020\):v.18.n.1.2020](https://revistas.faa.edu.br/FDV/issue/view/46/v.18.n.1(2020):v.18.n.1.2020). Acesso em: 01 set. 2022. SOUZA, Baracho Lotti Campos De et al. Os acordos nas ações de improbidade administrativa. Revista De Formas Consensuais De Solução De Conflitos. v. 6, n.1, p. 55-76. jun. de 2020. Acesso em: 28 ago. 2022.

Palavras-Chave: Improbidade Administrativa. Legitimidade. Acordo de Não Persecução Civil. Administração Sancionadora. Administração Pública

A REINTEGRAÇÃO SOCIAL POR MEIO DAS ALTERNATIVAS PENAIS E DA ASSISTÊNCIA AO EGRESSO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO: O DESAFIO VAI ALÉM DOS MUROS DA PRISÃO

Nivaldo Gonçalves Munhoz

Fernanda Stefani Butarelo

Centro Universitário de Adamantina

ng.munhoz@gmail.com

Introdução

A reintegração social do apenado tem como princípio basilar o artigo 3º, inciso III, da Constituição Federal: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: (...) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Ademais, a reintegração social no Brasil possui previsão no Código Penal e na Lei de Execução Penal. A doutrina, com especial destaque para a Teoria Mista, explica que são objetivos da pena a prevenção, a retribuição e a ressocialização. Assim, a reintegração social é o processo sociojurídico que visa à recuperação de cidadãos apenados, consistindo em oferecer meios para que consigam se reinserir na sociedade. A política de alternativas penais no Brasil tem marco no ano 2000 e até a presente data foi expandida em todo território nacional. Todas as alternativas penais têm sua função e importância, mas destacam-se entre elas a audiência de custódia que deu celeridade processual ao preso em flagrante, pois determina o julgamento da legalidade da prisão em 24h, e a prestação de serviço à comunidade. Vale ressaltar que, conforme previsão legal, as infrações de menor potencial ofensivo, sem violência ou grave ameaça e com pena de até 04 anos, substituem a pena privativa de liberdade e mantêm o apenado em ambiente social e familiar, assim não o encaminha ao convívio de condenados mais perigosos e a restauração do dano é visível à sociedade. O presente trabalho aborda os desafios para que a pena cumpra a sua plena função, com enfoque especial na reintegração social do apenado.

Material e Métodos

O presente trabalho, de natureza qualitativa, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental para a coleta de dados, baseando-se no método hipotético dedutivo para apresentação de resultados sobre o problema estudado (objetivos da pena e os desafios da reintegração social do apenado) A doutrina jurídica pesquisada possibilitou o entendimento histórico e a construção do referencial teórico relacionado com o tema estudado. A pesquisa documental, especialmente da legislação vigente (Código Penal e Lei de Execução Penal - Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984), permitiu entender as alternativas penais, seus benefícios socioeconômicos atrelados ao seu baixo custo em comparação à prisão. As pesquisas realizadas também permitiram compreender sobre a atenção ao egresso do sistema prisional e seus familiares, o porquê de ser uma medida de reintegração social tão essencial, a sua evolução jurídica e o papel dos atores envolvidos, em especial da sociedade civil junto ao Estado no combate à reincidência criminal.

Resultados e Discussão

A função de reintegração social ou ressocialização do apenado, atribuída à pena privativa de liberdade, foi incorporada de forma gradativa a todas as sanções penais, principalmente como consequência da doutrina do Positivismo Criminológico, marcante à época do Iluminismo, que criticava a compreensão retributiva ou absoluta da pena. A historiografia destacou os períodos do Direito Penal, demonstrando que o subjetivismo e a desproporcionalidade resultaram em aplicação de penas cruéis e de morte, com a fi-

nalidade de demonstração de poder da religião, da vingança ou do soberano, exercendo o controle social pelo medo. Após um tempo foram perdendo a eficácia, até não surtirem mais efeito e esses extremos culminaram ao contrário do desejado, pois ao longo da história as revoltas civis derrubaram governos, findaram civilizações e eclodiram movimentos intelectuais, filosóficos e culturais. A pena de prisão, a ideia de privar o indivíduo da liberdade, também precisou ser revista com o natural passar do tempo, conforme o aumento populacional e as novas necessidades e reivindicações sociais. O ponto comum e sempre presente na evolução do Direito Penal é o principal destinatário da sanção, ou seja, o condenado. O poder de punir com suas origens enraizadas na vingança e desproporcionalidade influenciam até hoje a reprimenda penal, com o desejo da execução do ato sem se preocupar com os resultados, pouco se pensando em justiça e possibilidade de reintegração social do indivíduo. A história mostra que essa inobservância tem consequências e que o Direito Penal não é e nem pode ser usado como a única forma de garantir a ordem social. Ressalte-se que a ressocialização do apenado deve ser o objetivo essencial desde a persecução até a execução penal ao defender-se a ideia da pena com caráter público e como um instrumento de defesa social. O que

em primeiro momento era visto como resolução de problema direcionado exclusivamente aos condenados mostrou-se um desafio muito maior, pois estamos diante de uma “bolha” social prestes a “estourar”, o que torna fundamental a participação da sociedade civil, porque se nada for feito, em algum momento o Estado sozinho não resolverá esse complexo problema. Em relação à evolução da política de reintegração social, com enfoque na legislação brasileira, observou-se incentivos à empregabilidade do egresso do sistema prisional, mas as políticas de reintegração social do apenado precisam ser intensificadas para efetivamente produzirem efeitos e combaterem a reincidência criminal.

Conclusão

A reintegração social do apenado é uma função essencial da pena. É notório que se trata de um desafio presente no sistema penal brasileiro. As alternativas penais que substituem a pena de prisão e a restauração do dano causado pelas mãos do próprio apenado, são instrumentos importantes. Todavia, as políticas de atenção ao egresso do sistema prisional e a seus familiares fazem inovação imprescindível para a concretização da reintegração social.

Referências Bibliográficas

- ALVES, José Carlos Moreira. Direito Romano. Vol. 1. 18.ed. Rio de Janeiro: Forense. 2018, p.24. ANITUA, Gabriel Ignácio. Histórias dos pensamentos criminológicos. Tradução: Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2008, p.109. BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. Tradução: J. Cretella Jr e Agnes Cretella. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, p.37. BITENCOURT, Cezar Roberto. Falência da pena de prisão: causas e alternativas. 5. ed. Saraiva: São Paulo, 2017. BRANDÃO, Cláudio. Curso de direito penal: parte geral. Rio de Janeiro: Forense, 2008. BRASIL, Lei de Execução Penal (1984), CAPÍTULO II - Da Assistência, SEÇÃO I-Disposições Gerais, Art. 10. Disponível em: . Acesso em: 24 de nov. 2021. BRASIL, Lei de Execução Penal (1984), CAPÍTULO II - Da Assistência, SEÇÃO VIII-Disposições Gerais, Art. 25. Disponível em: . Acesso em: 24 de nov. 2021. BRASIL, Lei de Execução Penal (1984), CAPÍTULO II - Da Assistência, SEÇÃO VIII-Disposições Gerais, Art. 26. Disponível em: . Acesso em: 24 de nov. 2021. BRASÍLIA/DF: DOU Diário Oficial da União. Órgão: Ministério da Justiça e Segurança Pública/Departamento Penitenciário Nacional/Diretoria de Políticas, Penitenciárias/Coordenação-Geral de Gestão de Instrumentos de Repasse/Coordenação de Análise e Acompanhamento de Instrumentos de Repasse/Divisão de Formalização e Acompanhamento de Instrumentos de Repasse. PORTARIA Nº 284, DE 26 DE JUNHO DE 2020. Publicado em 06/07/2020, edição 127, seção 1, página: 30. acesso em 11/02/2022 as 17:15. BRUNO, Aníbal. Direito penal: parte geral, tomo I. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p.33. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 24ª ed. Rio de Janeiro: LUMEN JURIS, 2002. CNJ – Conselho Nacional de Justiça. CNJ lança estudo inédito sobre custos do sistema prisional. 2021. Disponível em Acesso em 09/02/2022. CNJ – Conselho Nacional de Justiça. Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional. Disponível em < <https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-politica-de-atencao-a-pessoas-egressas-do-sistema-prisional-escritorios-sociais/>> Acesso em 24/11/2021. COESPE, Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. COESP E ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS, disponível em: < <https://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/presos/parte7.htm>> acesso em 14/07/2022 as 15:21. CORREA JUNIOR, Alceu; SHECAIRA, Sérgio Salomão. Teoria da pena: finalidades, direito positivo, jurisprudência e outros estudos de ciência criminal. São Paulo: RT, 2002, p.28. COULANGES, Fustel. A cidade antiga. 2.ed. Tradução: Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2009, p.206. FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução: Pedro Elói Duarte. 42ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p.09-10. FÜHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. História do direito penal (crime natural e crime de plástico). São Paulo: Malheiros, 2005, p.24, p.27. GOMES, Geder Luiz Rocha. A substituição da prisão. Alternativas penais: legitimidade e adequação. Salvador: JusPodivm, 2008, p.33. GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte geral. 19. ed. Rio de Janeiro: Impetus. 2017. p. 48. HARARI, Yuval Noah. Sapiens: Uma breve história da humanidade. 1ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2020. INFOPEN, Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Presos em Unidades Prisionais no Brasil – Período de janeiro a junho de 2021, 2021. acesso em 09/02/2022. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Reincidência Criminal no Brasil, Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro, p. 13, 2015. acesso em 08/02/2022 as 14:33. KELLING, George L.; Don't blame my 'broken windows' theory for poor policing. 2015. Disponível em: . Acesso em: 13 jun. 2022. KELLING, George L.; WILSON, James Q. Broken windows: the police and neighborhood safety. 1982. Disponível em: . Acesso em: 13 jul. 2022. LEITE, Fabiana de Lima. Guia de Formação em Alternativas Penais I, Postulados, princípios e diretrizes para a política de alternativas penais no Brasil, 2019. LISSARDY, Gerardo. 4 explicações para a impressionante queda da violência em Nova

York. Disponível em: . Acessado em 12/11/2021. MACHADO NETO, A. L. Sociologia jurídica. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p.261. MASSON, CLEBER. Direito penal esquematizado: parte geral. 11. ed. São Paulo: Método. 2017. p.73, 75-76. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (2019). Selo Resgata: reconhecimento contempla 198 empresas que contratam presos ou egressos do sistema penitenciário. Disponível em Acesso em 11/02/2022 as 12h00min. MONTESQUIEU, Charles de Secondat. O espírito das leis. Tradução: Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2002, p.103 NUCCI, GUILHERME. Manual de direito penal: revista, atualizada e ampliada. 12ª. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2016. p. 53-54, 63. PANO SOCIAL. Sobre a Panosocial. Disponível em . Acesso em 14/02/2022 as 12h00min. PRADO, Luis Régis. Curso de direito penal brasileiro. Vol I: parte geral. 5. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005, p.68-69. REIS, Thiago; ARCOVERDE, Léo; G1 - GloboNews. Custo médio de cada preso no país gira em torno de R\$ 1.800 por mês, revela estudo. Acesso em 08/02/2022 as 16:20. ROUSSEAU, Jean Jacques. Do Contrato Social. Tradução: Edson Bini. Edição de Bolso. São Paulo: EDIJUR, 2017, p.05. SÃO PAULO. PENAS ALTERNATIVAS: Eficácia e economia. SEGURANÇA PÚBLICA Conheça Iniciativas para reduzir os índices de criminalidade. 2018. Disponível em acesso em 08 de fevereiro de 2022 as 13:35. SAP – Secretaria de Administração Penitenciária. A Coordenadoria. Disponível em . Acesso em 19/11/2021 as 17:30. SAP – Secretaria de Administração Penitenciária. Alternativas Penais. Disponível em . Acesso em 19/11/2021 as 17:30. SAP – Secretaria de Administração Penitenciária. Pró-Egresso. Disponível em . Acesso em 19/11/2021 as 17:30. SENADO. Projeto de Lei nº 4653, de 2019. Institui o Plano Nacional de Incentivo ao Emprego e Ressocialização de Presos e de Egressos do Sistema Prisional – PINEPE. 2019. Disponível em < <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/138235>> acesso em 14/02/2022 as 17h00min. SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2017, p.156. STEMEN, Don. The Prison Paradox: More Incarceration Will Not Make Us Safer. New York: Vera Institute of Justice, 2017. SMINK, Verônica. Onde ficam as prisões mais superlotadas da América Latina, BBC News Mundo, 2021. Disponível em , acesso em 23/11/2021. WILSON, James Q. KELLING, George L. The police and neighbourhood safety. Broken Windows. Disponível em: . Acessado em 12/11/2021. ZAFFARONI, Eugênio Raul; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro – parte geral. 14ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

Palavras-Chave: Reintegração Social do Apenado. Alternativas Penais. Igualdade Social

A RELEVÂNCIA DA INCLUSÃO DE PESSOAS SURDAS NOS ATENDIMENTOS PSICOTERAPÊUTICOS

Dyheissi Duarte de Melo

Claudia Regina Parra

Fundação Dracenense de Educação e Cultura
dyheissiduarte@gmail.com

Introdução

O presente trabalho tem a finalidade de compreender o ingresso aos serviços de saúde e psicoterapia para pessoas surdas, bem como os problemas e incômodos para o atendimento das mesmas. As inquietações que motivaram este estudo refletem importância do atendimento psicoterapêutico aos indivíduos com deficiência, especialmente aqueles com surdez. As pessoas com deficiência auditiva passam por diversos desafios desde a antiguidade até nos tempos atuais devidos a fortes preconceitos, pois desde o século XV os surdos eram conhecidos como “ineducáveis” pelo motivo que ninguém naquela época acreditava que eles podiam possuir alguma capacidade de desenvolvimento durante a sua trajetória de vida. A primeira escola para surdos data de 1875 foi fundada no Rio de Janeiro por Dom Pedro II. Estudos acerca das necessidades e problemas do acesso à psicoterapia por pessoas com deficiência auditiva, podem se constituir como um relevante auxílio para o planejamento de ações voltadas para a aprendizagem de LIBRAS e capacitação de profissionais na área da saúde para o atendimento de pessoas com esse tipo de deficiência, como também alterar e adaptar os métodos já aplicados na transmissão de informações a esse grupo em especial. Desse modo, os direitos de utilização integral aos serviços de saúde, instituídos pela Constituição Federal e pelo SUS, poderiam lhes ser garantidos. O objetivo desse estudo foi refletir sobre o atendimento prestado ao Surdo no segmento da Saúde Mental, possibilitar a esse sujeito silenciado ter voz no contexto psicoterapêutico.

Material e Métodos

Trata-se de um estudo de revisão de literatura, com pesquisas nas bases, Google Acadêmico; SCIELO; LILACS. Foram incluídos todos os artigos originais indexados no período entre 2005 a 2022. Ao finalizar as pesquisas em cada base, as referências duplicadas foram excluídas. Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: artigos publicados em português, artigos na íntegra que retratassem a temática referente à revisão integrativa. O processo de utilização e análise dos artigos obedeceu ao critério dos seguintes descritores: psicoterapia; surdez; inclusão, uso de LIBRAS em atendimento psicoterápico. Após a leitura e fichamento dos artigos foram levantados resultados da pesquisa buscando elucidar as questões mais pertinentes a temática. A análise dos estudos selecionados, em relação ao delineamento de pesquisa, pautou-se em citar o sobrenome dos autores utilizados, sendo que tanto a análise quanto a síntese dos dados extraídos dos artigos foram realizadas de forma descritiva, possibilitando observar, descrever e discutir os principais dados, com o intuito de reunir o conhecimento produzido sobre o tema explorado na revisão.

Resultados e Discussão

A psicoterapia é um recurso de saúde utilizado para aqueles que estão em sofrimento psíquico. A grande maioria das pessoas surdas não são capazes de verbalizarem nenhuma palavra oralmente e precisam recorrer ao uso de sua linguagem – a linguagem de sinais – LIBRAS que é uma comunicação passível de transmissão de conteúdos psíquicos. Dessa forma, os surdos expressam uma fala que passa pela via gestual.

Pela Libras, ele é capaz de dizer sobre tudo o que lhe ocorre psicologicamente, assim como as outras pessoas fariam oralmente. Ocorre que nem sempre o psicoterapeuta tem domínio dessa língua e acaba recorrendo ao uso de um intérprete, este muitas vezes familiar do surdo. No atendimento psicoterápico preza-se pelo contato direto e sigiloso, o que leva a uma credibilidade profissional, ou seja, a presença de um terceiro, como o intérprete de LIBRAS, sendo este uma pessoa a qual o surdo está familiarizado ou não, pode ocasionar desconforto ao paciente, que muitas vezes acaba desistindo do processo em função das dificuldades enfrentadas, tais como: resistência em falar sobre seus problemas, e ter no mesmo ambiente um intérprete. Não obstante, pouco encontramos relatos de atendimento psicoterapêutico a surdos na esfera pública, as poucas práticas que vimos ainda ocorrem no âmbito particular. Outro fato que se identificou foi o relato da necessidade dos profissionais que atuam nessa área terem o domínio de LIBRAS, pois não há a possibilidade de uma escuta efeti-

va e nem de elaboração do sofrimento do sujeito surdo se o psicoterapeuta não conseguir estabelecer com o surdo um canal de comunicação. Outro aspecto relevante para a comunicação é a necessidade de adaptação do terapeuta com o paciente, pois o surdo precisa ficar em um posicionamento frontal com o terapeuta, onde deverá ter mais visibilidade e se sentir confortável para que a aliança terapêutica ocorra de forma satisfatória.

Conclusão

O estudo elucidou o atendimento psicoterapêutico aos surdos. Diante disso, a psicoterapia desempenharia um papel político na sociedade, viabilizando a escuta desses sujeitos. O psicólogo bilíngue pode auxiliá-los nestes seus sofrimentos. Não os atender, seria perpetuar essa exclusão. A psicologia, outras ciências precisam se adaptar às necessidades emergentes desta clientela.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Karoline Gisele Martins de, CORDEIRO, Enza Carolina Rodrigues. ACESSIBILIDADE DO SURDO AO ATENDIMENTO PSICOLÓGICO NA SAÚDE MENTAL. Revista Saúde Coletiva, ISSN:2675-7591. 16.nov.2022. Chaveiro, Neuma e Barbosa, Maria Alves. Assistência ao surdo na área de saúde como fator de inclusão social. Revista da Escola de Enfermagem da USP [online]. 2005, v. 39, n. 4 [Acessado 17 Abril 2022], pp. 417-422. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0080-62342005000400007>>. Epub 03 Abr 2008. ISSN 1980-220X. <https://doi.org/10.1590/S0080-62342005000400007>. NEVES, Dayane Bevilaqua; FELIPE, Ilana Mirian Almeida; NUNES, Serlyjane Penha Hermano. Atendimento aos surdos nos serviços de saúde: acessibilidade e obstáculos. Infarma Ciências farmacêuticas. Bacanca, São Luís, MA. 10.14450/2318-9312.v28.e3.a2016.pp157-165. ALBUQUERQUE, Mariana Ferreira; BORGES, Thelma Pontes; MENDES, Renata Laize Pais Brito. VULNERABILIDADE DA PESSOA SURDA NO MERCADO DE TRABALHO DE ARAGUAÍNA. Revista Panorâmica On-Line. Barra do Garças – MT, vol. 24, p. 116 - 134, jan./jun. 2018. ISSN - 2238-921-0. SANTOS, Irenilda Mendes; FREITAS, Marilane Sousa. A IMPORTÂNCIA DO USO DE LIBRAS NA PSICOLOGIA. CONEXÃO UNIFAMETRO 2019. ISSN: 2357-8645.

Palavras-Chave: Atendimento Psicoterapêutico. Saúde Mental. Inclusão. Surdo. Libras

A SUPERAÇÃO DA CULTURA LITIGOSA: MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Isabela Vitória Gusmão Simões
Mauri Buzinaro, Eliana Kátia Pupim
Faculdade de Direito da Alta Paulista
isabelavitoria18@icloud.com

Introdução

Justificativa: Este estudo delinea o problema da quebra do monopólio da jurisdição estatal para promover meios alternativos de resolução de conflitos como garantia de justiça e apaziguamento social. Dessa forma, o trabalho atual baseia-se em reduzir a questão entre a garantia do acesso à justiça e a resolução de conflitos em preceitos básicos por meio da autoconciliação e da cultura do litígio e da morosidade da justiça do país. E por se tratar de um direito relativamente novo em nosso ordenamento jurídico, carece de maior ampliação e discussão dada a institucionalização implementada pelos legisladores em conjunto com o judiciário na tentativa de regular e solucionar qualquer questão social, razão pela qual esse aprendizado se faz necessário. O tema escolhido foi a necessidade de discussão devido ao baixo cumprimento da auto-organização e a necessidade de abordagens extrajudiciais mais benéficas que as abordagens judiciais tradicionais, o que levou a uma importante área de discussão para garantias de acesso à justiça bem desenvolvidas

Material e Métodos

Os métodos aplicados para a realização deste estudo estão subordinados aos procedimentos metodológicos que mais se adequam a proposta. Assim, conforme anteriormente exposto, utilizando-se de pesquisa bibliográfica especializada, estudos sociológicos tudo a denotar a efetiva exposição fática do presente projeto. A metodologia de pesquisa é bibliográfica que se utilizou de artigos de lei e respectivos trabalhos já terminados para sua realização como também notícias em portais de mídia. Foram utilizadas nos

campos de busca as seguintes palavras-chave: Mediação. Conciliação. Conflitos. Legislação. Sistema Judiciário. Nas bases de dados do sistema do portal de mídia da revista núcleo do conhecimento, biblioteca digital do Centro Universitário Tabosa de Almeida em Caruaru-PE, Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça/RJDST de Dourados-MS e na biblioteca digital da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, por não haver trabalhos acadêmicos na Minha Biblioteca Digital da FADAP-FAP, tendo embasamento em 07 artigos científicos, além de outros dados obtidos em artigos de lei.

Resultados e Discussão

A palavra “Mediação” vem do latim *mediatione*, e significa intermédio, intercessão, intervenção. Para Lilia Sousa a definição de mediação é um método consensual de solução de conflitos, que tem como objetivo a promoção do diálogo entre as partes conflitantes para que seja possível um apanhado de medidas que irá resultar na resolução da questão problema e consigam, por si só, alcançar uma solução. Ou seja, as partes sozinhas conversam apenas com o auxílio do mediador. Esse diálogo é feito de forma sigilosa e imparcial, o que garante que haja mais confiança no trabalho do mediador. A mediação pode ser considerada a melhor forma de solucionar conflitos familiares, de relações permanentes, pois visa justamente preservar os valores e a convivência harmônica do casal, principalmente, quando há filhos provenientes da relação. Porém, a mediação não é utilizada somente em casos de família, mas em casos gerais de relações permanentes ou continuadas, como no caso de vizinhos ou vínculo trabalhista, por exemplo, já que o objetivo é o mesmo, da mesma forma que não é o

único meio de resolução eficaz. Na comparação entre a mediação e a jurisdição, esta geralmente adotada para resolver os conflitos, a mediação é muito mais vantajosa em diversos sentidos, como, investimento, tempo, sigilo, relações pessoais, obrigatoriedade, interesse das partes, flexibilidade, entre outras. (MUSZKAT, Malvina Ester. 2008) Para Luiz Antunes Caetano, em sua obra intitulada Arbitragem e Mediação hoje, o instituto da mediação foi capaz e irrefutavelmente reconhecido pelos Estados Unidos em 1970, sendo o primeiro a utilizar no seu sistema a mediação, além disso, tem como instituto obrigatório antes de qualquer processo judicial. (CAETANO, Luiz Antunes. 2006) No Brasil, o instituto da mediação também já está introduzido no ordenamento jurídico. A técnica da mediação foi normatizada, historicamente, no âmbito trabalhista pelo Decreto 88.984/83, que criou o Sistema Nacional de Mediação e Arbitragem dentro das relações de trabalho, sendo seu procedimento regulamentado pela Portaria do Ministério do Trabalho n. 3.112/1988. Na atualidade, a mediação recebeu destaque na legislação com a Resolução 125 do CNJ e posteriormente com a reforma do Código

de Processo Civil, lei 13.105/2015 e com a edição da lei própria de mediação 13.140/2015. Com a publicação da Constituição Federal de 1988, que traz em seu início “fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias”, veio a possibilidade de novos meios de iniciativas de acesso à justiça. Meios esses, alternativos à Jurisdição para a resolução de casos em conflito, fornecendo abertura, para o surgimento de métodos consensuais que visam que os envolvidos escolham o caminho a seguir, opções que não sejam necessariamente o tradicional sistema do Judiciário.

Conclusão

o caminho a ser percorrido para a ampliação dos efeitos positivos dos métodos é manter o aprimoramento contínuo destes meios e fazer com que sejam cada vez mais utilizados pela sociedade, pois a mediação de conflitos é condição inexorável a um modelo eficaz de distribuição de justiça.

Referências Bibliográficas

BEZERRA, Paulo César Santos. Acesso à justiça: um problema ético social no plano da realização do direito. Renovar, 2001. BOAS, Renata Malta Vilas. Os Princípios Norteadores da Mediação e o Mediador. Conteúdo Jurídico, 2019. BRAGA Neto, Adolfo. O que é mediação de conflitos. São Paulo: Brasiliense 2018. CAETANO, Daniela Rosa de Deus. Conciliação e Arbitragem 2006. COLARES, Elisabeth Fialho. Mediação de Conflitos – um mecanismo de acesso à justiça. In: SALES, Lília Maria de Moraes (Org). Estudo Sobre a Efetivação do Direito na Atualidade: a cidadania em debate. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, p. 80- 111, 2015. CORRÊA, Edson Luis Saraiva, FANTINI, Tania Sueli. Mediação De Conflitos: Uma estratégia de transformação de uma polícia de controle para uma polícia comunitária e cidadã. 2013. HALE, Durval. PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. O marco legal da mediação no Brasil. Comentários à Lei, n. 13.140, 2016. JÚNIOR, Joel Dias Figueira. Arbitragem, jurisdição e execução: análise crítica da Lei 9,307, de 23.09.1996. Editora Revista dos Tribunais, 1999. LEITE, Eduardo de Oliveira. A mediação nos processos de família ou como um meio de reduzir o litígio em favor do consenso. Grandes Temas da atualidade: mediação. Arbitragem e conciliação. Rio de Janeiro: Forense, 2018. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo, v. 20, 2003. MORAIS, José Luís Bolzan de; SPENGLER, Fabiana Marion. Mediação e arbitragem: alternativas à jurisdição. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018. MUSZKAT, Malvina Ester. Mediação de conflitos em famílias e organizações. 2008. SILVA, Antônio Hélio. Arbitragem, mediação e conciliação. Mediação, arbitragem e conciliação. Rio de Janeiro: Forense, v. 7, p. 17-38, 2008.

Palavras-Chave: Mediação. Conciliação. Conflitos. Legislação. Sistema Judiciário

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL: INVESTIGAÇÕES MAIS CÉLERES, EFICIENTES E CONSTITUCIONAL

Edson Eduardo Candido

Eliana Kátia Pupim, Sérgio Fabrício de Lima Bindilatti

Faculdade de direito da alta paulista

229758@fadap.br

Introdução

Tema: O presente trabalho tem como objeto o estudo do acordo de não persecução penal, sua (in)constitucionalidade presente em condições e requisitos e, por fim, uma análise mais detalhada deste novo acordo, que pode ser compreendido como um negócio jurídico, mutuamente pactuado, além de ser um instrumento de ampliação do espaço negocial, pela via do acordo entre Ministério Público e defesa. Justificativa; Para isso, é de extrema importância destacar que o estudo volta-se as características e requisitos que deverão ser respeitados para que o negócio jurídico ocorra, sem a presença de nenhum vício que venha a interferir em nossa ordem constitucional. Posteriormente, chega-se à primeira das principais discussões a serem estudadas no trabalho. Trata-se da análise quanto à (in)constitucionalidade da confissão no acordo, tendo em vista o direito do investigado de não produzir provas contra si próprio (princípio do nemo tenetur se detegere ou da não autoincriminação) e das prerrogativas dele decorrentes, quais sejam: o direito de permanecer em silêncio e o de não ser constrangido a confessar a prática de ilícito penal. O problema que surge é o valor dessa confissão em caso de rescisão do acordo. Nos parece evidente que não poderá ser utilizada contra o réu, devendo ser desentranhada e proibida de ser valorada. Objetivo: o texto pretende analisar sob a ótica do devido processo legal (penal) dos direitos e garantias fundamentais do cidadão no Estado Democrático de Direito brasileiro.

Material e Métodos

O estudo utiliza como método, predominantemente, a revisão bibliográfica e procura traçar um diálogo entre autores contemporâneos sobre o tema em questão. O trabalho foi realizado seguindo os critérios de pesquisa básica, tipo bibliográfica, com abordagem qualitativa e está dividido em três partes com o intuito de facilitar o entendimento e apresentar de forma concisa os elementos mais relevantes sobre metodologia da pesquisa científica. O objetivo exploratório e descritivo do trabalho foi alcançado com sucesso através de pesquisa bibliográfica. Para alcançar o objetivo proposto, a metodologia adotada foi a pesquisa exploratória, utilizando os conceitos gerais do ANPP; Pacote anticrime; Negócio jurídico; (I)constitucionalidade do acordo. As bases de dados das quais foram adotadas são os métodos bibliográficos e exploratórios. Foram utilizados o Portal Periódicos Capes; o Portal Scielo; o Portal Sophia. Foi realizado um estudo de cunho qualitativo com elaboração de revisão bibliográfica, tendo como meios de fundamentação teórica as revistas acadêmicas e científicas disponíveis on-line e também em versões impressas, reunindo e comparando os diferentes dados encontrados nas fontes que foram consultadas e listando os principais fatores que predispõe o estudante de direito a desenvolver o texto.

Resultados e Discussão

O trabalho busca analisar e compreender o que a confissão impõe ao investigado. Foi possível concluir que a exigência da confissão está evada de inconstitucionalidade e, seu desdobramento, constitui mera formalidade. Nesse sen-

tido, interessante a posição de SOARES, BORRI e BATTINI, no sentido de que “se verifica é que a confissão representa mera formalidade para fins de concretização do acordo, não podendo ser empregada nas demais esferas” (JUNIOR; Aury Lopes, 2022. p. 94). Segundo Aury Lopes Júnior, a confissão efetuada pelo investigado atende meramente à exigência formal para concretização do acordo de não persecução penal, até mesmo por ocorrer em sede de investigação preliminar, vedando-se sua utilização em eventual processo criminal, em caso de descumprimento das condições, bem como na hipótese de instauração de processos cíveis ou administrativos. Ademais, resta interpretar os requisitos das quais o “ANPP” deverá ser submetido para que seja válido, na qual, podemos citar: (1) Não deve ser caso de arquivamento, devendo estar presentes as condições de admissibilidade da acusação (viabilidade acusatória); (2) O imputado deve confessar formal e circunstancialmente a prática de crime, podendo essa confissão ser feita na investigação ou mesmo quando da realização do acordo; (3) O crime praticado deve ter pena mínima inferior a 4 anos e ter sido praticado sem violência ou grave ameaça; (4) O acordo e suas condições devem ser suficientes para repressão e prevenção do crime, ou seja, adequação e necessidade (proporcionalidade). Uma vez atendidos os requisitos legais, a transação penal e o ANPP surgem como direito público subjetivo do imputado, viabilizando o seu deferimento pelo juiz, a pedido da defesa, caso o Ministério Público não o faça – malgrado tenha se vulgari-

zado falar em concessão ex officio, a expressão é, tecnicamente, mal colocada, pois atuar de ofício significa sem provocação prévia de qualquer das partes, e, evidentemente, descabe ao Juízo impor qualquer acordo goela abaixo do investigado. Weber Martins Batista, em obra conjunta com o prof. Luiz Fux, à época ainda não Ministro do STF, ao cuidar da transação penal, observa que, se o juiz pode o mais, condenar, pode ao menos, transacionar. Idêntico ponto de vista é compartilhado por Damásio E. de Jesus e Fernando da Costa Tourinho Filho Além disso, o artigo busca apresentar o controle jurisdicional sobre a iniciativa e o conteúdo do acordo e a via impugnativa adequada (considerações sobre o art. 581, XXV, do CPP). Os limites impostos ao controle jurisdicional do ANPP variam, tal qual da transação penal, conforme a maneira através da qual é encarado: faculdade do Parquet, direito público subjetivo do imputado, dever-poder do Ministério Público ou condição especial de procedibilidade.

Conclusão

Para concluir, ao final, que o “Acordo de Não Persecução Penal” é direito subjetivo da pessoa investigada e que o Poder Judiciário pode controlar a legalidade do ato, não podendo assim, ser alvo das irregularidades presentes em nosso ordenamento jurídico. Não deve ser objeto de (i) constitucionalidade

Referências Bibliográficas

NUCCI, Guilherme de S. Curso de Direito Processual Penal. 19. ed. São Paulo. Grupo GEN, 2022. JUNIOR, Aury L. Direito processual penal. 19. ed. São Paulo. Editora SaraivaJur, 2022. Direito Processual Penal / Alexandre Cebrian Araújo Reis, Victor Eduardo Rios Gonçalves ; organizado por Pedro Lenza. - 11. ed. - São Paulo : SaraivaJur, 2022. (Coleção Esquemático) RANGEL, Paulo. Direito processual penal. 29. ed. - Barueri [SP] : Atlas, 2021. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Acordo de Não Persecução Penal. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/Download/CapacitacaoSistemas/AcordoDeNaoPersecucaoPenal.pdf> Scielo. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 21 de novembro de 2021. Base de dados. Minha biblioteca. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/> - acesso em 06 de junho de 2022 Portal. Periódicos. Capes. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscaador-primo.html> Ministério Público do Estado de Goiás. MANUAL DE ATUAÇÃO E ORIENTAÇÃO FUNCIONAL - ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ANPP). Disponível em: https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPCRIM/manuais/18_08_30_417_Manual_Acordo_de_NÃ£o_PersecuÃ§Ã£o_Penal.pdf

Palavras-Chave: Pacote Anticrime. Negócio Jurídico . Anpp. (i) constitucionalidade. Ministério Público

ALIMENTAÇÃO E FORMAÇÃO DEMOGRÁFICA REGIONAL

Igor Francisco Bôa
Bruno Vinicius Martiello Rondon
Cristiane Celeste Martiello Rondon
Hiago de Oliveira Perassoli
Izabel Castanha Gil
Centro Universitário de Adamantina
igorfranciscoboa@gmail.com

Introdução

A alimentação é essencial para a manutenção da vida, no entanto, alimentar-se não é apenas um ato fisiológico. Segundo Zanchi (2019), o alimento pode despertar emoções ligadas à memória, levando o indivíduo a lembrar de alguém ou algum lugar. De acordo com Marin Koprzyznsk (2011), defende que a história dos hábitos alimentares está intimamente ligada à evolução humana. Por meio dos hábitos alimentares podemos descobrir muito sobre determinada localidade, seus moradores e ancestrais. Pensando nas contribuições que esse tema proporciona, foi realizada pesquisa sobre a alimentação dos moradores da Nova Alta Paulista, de maneira a compreender como se deu sua construção demográfica e as características culturais específicas de cada povo, que converge na pluralidade de receitas e pratos presentes no cotidiano dos residentes dessa porção do estado de São Paulo, muitas vezes herdadas de seus ancestrais. O projeto tem como objetivo compreender a dinâmica da formação demográfica a partir da análise do cardápio trivial de seus moradores, sendo criado ao final um e-book contendo todas as informações adquiridas com a pesquisa e algumas das receitas regionais mais tradicionais.

Material e Métodos

Tendo sido delimitado o tema nas aulas de metodologia do ensino, ministradas pela Prof^a Dr^a Izabel Castanha Gil, foi elaborado o projeto de construção de um e-book relacionado aos temas: alimentação regional e formação demográfica e uso da árvore genealógica e o estudo de História, valendo-se do uso da metodologia

ativa ABP (Aprendizagem Baseada em Projeto). Depois de um período de análise, foi decidido pelos docentes do 6º termo de História a divisão do tema e a confecção de dois e-books. Após a realização de pesquisas para o embasamento teórico sobre o assunto, foram planejadas ações para a coleta de dados, sendo optado pela criação de um questionário online por meio do Google Forms com 10 perguntas relacionadas aos hábitos alimentares e origem dos ancestrais. Para fins de divulgação foram utilizados o Whatsapp e Instagram. As respostas tabuladas em gráficos e tabelas tornaram-se subsídios para análise qualitativa dos resultados sistematizados em formato de um livro digital (e-book), utilizando a plataforma canva.com.

Resultados e Discussão

O questionário online teve a participação de 185 respondentes, dos quais 159 residem em cidades pertencentes à Associação de Municípios da Nova Alta Paulista (AMNAP) e os outros 26 são moradores de diversos estados e regiões do país, tendo então uma abrangência nacional. Houve um número expressivo de respondentes residentes nas cidades de Panorama e Adamantina destacando-se também: Paulicéia, Tupã, Pacaembu, Lucélia e Osvaldo Cruz. Fora da AMNAP, a capital do estado de São Paulo foi a cidade com maior número de respondentes, com 4 no total, seguido por Sinop (MT), e Campo Grande (MS) com 2 representantes cada, ainda tivemos representantes de outros estados, como por exemplo Minas Gerais. A maioria dos respondentes são mulheres, a cada 10 pessoas 7 pertencem ao gênero feminino. Os jovens também predominam entre os cidadãos presentes, tendo em vista que

mais de 50 respondentes têm até 18 anos. Para finalizar o perfil dos respondentes eles também citaram de onde vieram os seus antepassados. Em sua grande maioria ascenderam da Itália, com mais de 70 respostas, seguido por países como Espanha e Portugal. Muitos deles também vieram de outras regiões brasileiras, com destaque para o Nordeste e Sudeste brasileiro, juntos foram citados por mais de 50 pessoas. No âmbito geral, a alimentação rotineira típica mais citada foi a combinação do arroz e do feijão com algum tipo de carne (mistura), totalizando mais de 150 respostas. Produtos industrializados, massas e sopa aparecem logo em seguida como os mais consumidos. Entre os pratos de finais de semana o macarrão aparece como destaque, sendo apontado por mais de 100 pessoas, seguido por assados (churrasco), com 60 respondentes. Dentre as sobremesas mais respondidas aparece o pudim, citado 60 vezes e os bolos, com 59 respostas. Lembrando que as pessoas poderiam citar mais de uma opção. As respostas obtidas remontam à configuração da formação demográfica do local onde habitamos. A variedade de ingredientes e pratos, em sintonia com

a localidade de onde provém os antepassados, permitem uma ligação direta do porquê da preferência de determinados alimentos em detrimento de outros. As diversas correntes migratórias e a junção, modificação e aperfeiçoamento dos modos de preparo e ingredientes utilizados nas refeições são visíveis ao analisar nossa dieta trivial, um exemplo nítido disso é o famoso arroz com feijão. A alimentação está intimamente associada à história humana, sendo seu estudo um meio de apresentar o conteúdo curricular da disciplina de História partindo de um assunto do cotidiano.

Conclusão

A pesquisa buscou compreender a influência alimentar que recebemos dos nossos antepassados, de maneira a compreender a formação demográfica da Nova Alta Paulista. Por meio dos resultados foi possível entender a importância que a alimentação tem sobre nossas vidas e como é possível utilizar-se dela no estudo da história.

Referências Bibliográficas

DUTRA, Rodrigo. O que é Aprendizagem Baseada em Projetos? E como implantar. Disponível em: <https://tutormundi.com/blog/aprendizagem-baseada-em-projetos/>. Acesso em: 01/04/2022. Embrapa. Antropologia e Sociologia da Alimentação. Disponível em: <https://www.embrapa.br/alimentos-e-territorios/areas-de-atuacao/antropologia-e-sociologia-da-alimentacao>. Acessado em 19 de março de 2022. FRIGO, S. M.; SARAIVA, C. N. O.; LUNARDI, R. Culinária dos imigrantes italianos, no Brasil: um legado sem herdeiros? Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade. Rio Grande do Sul. v. 13, n. 4. p. 988-1007. jul, 2021. Fundação Cargill. "Alimentar-se é um ato nutricional, mas comer é social", lembra a historiadora Marcella Lopes Guimarães. Disponível em: <https://alimentacaoemfoco.org.br/historia=-da-alimentacao-marcella-lobes/#:~:text=Alimentar-se%20%C3%A9%20um%20ato%20nutricional,%20mas%20comer%20%C3%A9%20social,a%20historiadora%20Marcella%20Lopes%20Guimar%C3%A3es>. Acesso em 19 de março de 2022. KOPRUSZYNSKI, C. P.; MARIN, F. A. Alimentação humana, passado, presente e futuro. 1ª ed. Botucatu: Unesp, 2011. SCALCO, T. O que é Cultura Alimentar na Lei Aldir Blanc?. Disponível em: <https://conferenciassan.org.br/o-que-e-cultura-alimentar-na-lei-aldir-blanc/#:~:text=Cultura%20alimentar%20manifesta%20de%20guardi%C3%A3es%20excluídos%20sistematicamente>. Acesso em 19 de março de 2022. ZANCHI, V. A importância da herança cultural nos processos de resignificação do alimento e desenvolvimento regional. XVII congresso internacional – Fórum universitário Mercosul. Foz do Iguaçu, 2019.

Palavras-Chave: Hábitos alimentares. Formação Demográfica. História. Amnap . Ebook

ANÁLISE DA VIABILIDADE DE UMA TORREFAÇÃO DE CAFÉ EM ADAMANTINA/SP

Carlos Eduardo da Cruz

Igor Dellafuria Quinto

Rogério Buchala

Centro Universitário de Adamantina
carlosedu260101@gmail.com

Introdução

Sendo uma das bebidas mais populares do mundo, o café possui um grau de complexidade diverso por conta de suas qualidades relacionadas ao aroma, sabor e características como a cafeína devido as suas diferentes espécies e variedades. As espécies de café do tipo Arábica (*Coffea Arábica*) e café Conilon ou Robusta (*Coffea canéfora*) são as que possuem maior importância no cenário econômico mundial. O café Arábica é capaz de produzir maiores variedades de café com aromas e sabores distintos e de qualidade, enquanto o café Conilon possui um sabor único e autêntico com maior teor da cafeína (GLOSSÁRIO CAFÉ: TIPOS, CARACTERÍSTICAS E PREPARO, 2008). No Brasil, a cultura do café está intimamente ligada com a história da nação, sendo de fundamental importância para a sociedade e a economia. O país ocupa a 14ª posição no consumo mundial de café sendo de 5,8 kg por pessoa e a segunda posição no ranking considerando apenas a quantidade de consumo total (BATTAGLIA, 2022). A indústria do café brasileiro pode ser dividida em dois setores: Torrefação e moagem e indústria de café solúvel (ABIC, 2020). Aproximadamente 57% do total produzido em 2012 foi exportado, sendo 95% café verde, 4,5% café solúvel e o restante outros produtos. 43% da produção brasileira é destinada ao mercado interno. Destes, 95% são consumidos como café torrado e moído e 5% como café solúvel (NOGUEIRA, 2015).

Material e Métodos

Os métodos utilizados para realização do estudo foram as pesquisas bibliográficas, orçamentos

junto a fabricantes de equipamentos e cálculos financeiros. O tema escolhido se deu pela relevância do café na região da Alta Paulista, além de se tratar de um produto cultivado em larga escala no país. Todos os materiais usuais para o funcionamento da empresa foram cotados de maneira online. A estrutura da planta industrial foi projetada com uma capacidade de produção de 42.240kg mensais, porém, para efeito de cálculo, levou-se em conta 80%, com 5% de perda no processo. Essa medida foi tomada para um maior efeito realístico nos cálculos e por uma questão mercadológica. Os equipamentos serão compostos por 01 Torrador para café automático, 01 Resfriador e 01 Misturador, 01 Elevador de Canecas para café cru, 01 Elevador de Canecas para café torrado, 01 Silo para café torrado, 01 classificador para café expresso e 01 Transportador com Dosador semiautomático. O preço do quilo, projetado no estudo foi de R\$ 40,00. Os indicadores financeiros utilizados para verificação da viabilidade do projeto foram: cálculo de capital de giro necessário, ponto de equilíbrio, margem de segurança, taxa interna de retorno (TIR), índice de rentabilidade (IR), payback e valor presente líquido (VPL)

Resultados e Discussão

Pelo fato de o presente trabalho estar em desenvolvimento, considerou-se os seguintes resultados e discussões. Com base nas planilhas econômicas e financeiras desenvolvidas do Excel: Investimentos na ordem de R\$ 1.355.034,97, destes, 30% de capital próprio do investidor e o restante, 70% financiados. Os custos foram estimados em R\$ 506.260,21 anuais referentes aos custos fixos e R\$ 7.618.377,90 dos custos variá-

veis, totalizando R\$ 8.124.638,11. As receitas anuais projetadas totalizam R\$ 8.870.400,00. Com base no regime tributário Lucro Real, calculamos uma projeção anual de impostos sobre a mercadoria de R\$ 2.023.837,10. Para constatação da viabilidade do projeto, foram utilizados os principais índices econômicos. Destacando-se que o ponto de equilíbrio foi de 40,44%, a margem de segurança de 59,56%, o pay back de quatro anos

e quatro meses e a taxa interna de retorno de 28,41%.

Conclusão

Devido ao fato de o trabalho ainda não estar concluído, as premissas iniciais apontam para a viabilidade do negócio, dado ao fato dos índices apontarem uma remuneração acima das oferecidas pelo mercado financeiro.

Referências Bibliográficas

INDICADORES DA INDÚSTRIA DE CAFÉ 2020. Rio de Janeiro: ABIC – Associação Brasileira da Indústria de Café. Disponível em: <https://estatisticas.abic.com.br/estatisticas/indicadores-da-industria/indicadores-da-industria-de-cafe-2020/>. Acesso em 28 ago. 2022. BATTAGLIA, Rafael. Qual é o país que mais consome café no mundo? São Paulo: Super Interessante, 2022. Disponível em: <https://super.abril.com.br/sociedade/qual-e-o-pais-que-mais-consome-cafe-no-mundo-dica-nao-e-o-brasil/>. Acesso em: 21 ago. 2022. ANÁLISE CEPEA. Piracicaba: Cepea – Esalq, 2021. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/categoria/agromensal.aspx?mes=12&ano=2021>. Acesso em: 11 set. 2022. ESTRATÉGIAS PARA A CAFEICULTURA NO BRASIL. São Paulo: Atlas S.A., 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522497867/pageid/19>. Acesso em: 21 ago. 2022. GLOSSÁRIO CAFÉ: TIPOS, CARACTERÍSTICAS E PREPARO. Rio Paranaíba: Agência Impacto, v. 1, 11 abr. 2008. Disponível em: <https://revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=15304>. Acesso em: 21 ago. 2022.

Palavras-Chave: Viabilidade Econômica. Torrefação de Café. Alta Paulista. Investimentos Iniciais

ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA DA INSTALAÇÃO DE UMA MICRO INDÚSTRIA DE SABONETES NATURAIS NA CIDADE DE ADAMANTINA

Gabriele de Jesus Neves
Lissa Cristini Santore Ozelim

Rogério Buchala
Centro Universitário de Adamantina
93519@fai.com.br

Introdução

O Setor de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (HPPC) representa uma grande força no motor da indústria mundial. Segundo pesquisa da Euromonitor Internacional, a indústria de HPPC tem motivos para acreditar em um futuro promissor. O crescimento do PIB nas principais economias mundiais e o sentimento de otimismo crescente entre os consumidores de vários países emergentes, inclusive no Brasil, são um dos motivos para acreditar na previsão, além da retomada dos investimentos pós pandemia. A preocupação pela preservação da natureza e a procura por produtos naturais ou renováveis, que não agridam o meio ambiente, aumentaram muito nos últimos anos, a ponto de se tornar pauta discutida pela ONU, com metas a serem implantadas em diversos processos produtivos até 2030. De sabonetes a carros elétricos, todos os processos e matérias primas devem ser revistos. Segundo as conferências sobre meio ambiente e desenvolvimento, destacou-se a importância de proteger o planeta da degradação, por meio do consumo, gestão e produções sustentáveis, tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, suportando as necessidades das gerações presentes e futuras. (ONU, 2011) É importante ressaltar que, marcas ao redor do mundo estão investindo em uma nova tendência no ambiente midiático: a inclusão. Não é mais sobre exclusividade, mas sobre atingir públicos que as marcas anteriormente não notavam ao produzir produtos mais baratos e simples que estavam mais prontamente disponíveis para os calouros que antes eram considerados fora do mercado (KOTLER, 2017). Diante

dessa tendência, fica amparada a ideia do estudo da viabilidade dessa indústria de sabonetes.

Material e Métodos

A metodologia para abordagem deste estudo consistiu em uma pesquisa exploratória e experimental embasada em consultas e análises de referências bibliográficas a partir do levantamento na base de dados do Google acadêmico como, artigos, livros e congressos científicos, que sustentaram o enquadramento teórico. Destacando, nessa primeira etapa do estudo, a importância de aprofundar o conhecimento de temas relacionados a cosméticos naturais e abordar a temática do sabonete, que permitiu compreender a sua origem, evolução e, principalmente, a sua importância histórica e social, desde o seu aparecimento até aos tempos atuais, desta forma possibilitando perceber a simbologia deste produto no contexto do estudo que possuem como objetivo respeitar o meio ambiente e, também, o desenvolvimento sustentável de toda a sociedade. Na segunda etapa buscou-se variáveis estatísticas, orçamentos e elaboração de planilhas no Excel, buscando os índices financeiros que comprovasse a viabilidade econômica do empreendimento como, estimativas de receitas, custos fixos e variáveis e investimentos, Entre os indicadores utilizados para o cálculo da viabilidade, destaca – se: Índice de Rentabilidade, Taxa Interna de Retorno, Payback e Valor Presente Líquido (VPL).

Resultados e Discussão

Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal (ABIHPEC, 2018) pesquisas da Factor-Kline mostram que a busca por produtos que tenham em sua formulação ingredientes de origem natural, que já foram considerados uma tendência passageira, fica mais forte a cada ano graças à demanda dos consumidores conscientes que buscam por esse tipo de produto. É importante ressaltar que, marcas ao redor do mundo estão investindo em uma nova tendência no ambiente midiático: a inclusão. Não é mais sobre exclusividade, mas sobre atingir públicos que as marcas anteriormente não notavam ao produzir produtos mais baratos e simples que estavam mais prontamente disponíveis para os calouros que antes eram considerados “fora do mercado” (KOTLER, 2017). É importante enfatizar que a propagação de meios de comunicação acessíveis a grande parte da população como a inter-

net, foram de grande importância na exploração de novos mercados e públicos, pois facilitaram a comunicação do empreendedor com o consumidor final. Por se tratar de uma empresa que apresentará uma nova proposta de produção, esta foi estimada em 22.400 sabonetes por mês, 70% da sua capacidade instalada. Ao estimar os custos de máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, bem como os custos pré-operacionais, foi possível verificar os valores dos investimentos iniciais necessários para a constituição da empresa e realização das atividades.

Conclusão

O estudo ainda não está concluso, as estimativas apontam pela viabilidade econômica, dados da demanda estimulam os investidores, porém, ao término do trabalho haverá comprovação matemática que fundamente os investimentos.

Referências Bibliográficas

ABIHPEC, 2018. Caderno de Tendências 2019 – 2020 “Visão geral do mercado HPPC (setor de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos)”, p. 33. 31 de agosto de 2018. Disponível em: <https://abihpec.org.br/publicacao/caderno-de-tendencias-2019-2020/> Acesso em: 26 de março de 2022. ABIHPEC, 2018. Caderno de Tendências 2019 - 2020 beleza com foco em ingredientes de origem natural cenário atual, p. 20, 22. 31 de agosto de 2018. Acesso em: 26 de março de 2022. CETESB, 2012. Guia Técnico Ambiental Da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos. Por uma produção mais limpa. 19 de julho de 2012 Pg. 42 <https://abihpec.org.br/publicacao/guia-tecnico-ambiental/>. Acesso em 21 de maio de 2022. GUIMARÃES NETO, 2009. Oscar. Análise de Custos. Curitiba. IESDE Brasil S.A., 2009, pág.8, Disponível em: [file:///C:/Users/Usuário2/Downloads/1 Analise_de_Custos_Oscar_Guimaraes_Neto_\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuário2/Downloads/1%20Analise_de_Custos_Oscar_Guimaraes_Neto_(1).pdf) Acesso em: 13/09/2022. KOTLER, 2017. Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. ; tradução de Ivo Korytowski. Marketing 4.0: do tradicional ao digital. Rio de Janeiro: Sextante, 2017. 256 págs. (Pg. 20). Disponível em: [http://elibrary.gci.edu.np/bitstream/123456789/3136/1/Bt.bm.531 Marketing 4.0 Do tradicional ao digital by Philip Kotler, Hermawan Kartajaya.pdf](http://elibrary.gci.edu.np/bitstream/123456789/3136/1/Bt.bm.531%20Marketing%204.0%20Do%20tradicional%20ao%20digital%20by%20Philip%20Kotler,%20Hermawan%20Kartajaya.pdf) Acesso em : 23 de maio de 2022. MARCATO, 2019. Danieli Camilo. Estudo de trabalho in vitro e citotoxicidade do ácido ferúlico e sua incorporação em emulsão cosmética. 2019. 98p. Dissertação (mestrado em ciências farmacêuticas) 06 de junho de 2020. UNESP, Araraquara, SP, 2019 Pg. 17. Acesso em: 17 de abril 2022. ONU BRASIL, 2011. A Cúpula da Terra – Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992). You tube 17 de dez. de 2011. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hraPrn_XFgg8. Acesso em: 17 de abril 2022. DE OLIVEIRA FORNASIER, Mateus; TONDO, Ana Lara. Experimentação animal na indústria de cosméticos e teoria do direito: uma análise sistêmica dos “direitos humanos dos animais”. Revista Brasileira de Direito Animal, v. 12, n. 02, 2017 Pg. 43-44. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/87df/f01aace075c2a0ff9bb1da51bd72f41d895.pdf> Acesso em: 17 de abril de 2022. PERES, Fabrina Barbieri; UEMURA, Larissa Caliani; ZANGHETTIN, Larissa. Análise de processos e insumos na fabricação de cosméticos naturais. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 7, n. 12,p.427, 2021. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3411/1343>. Acesso em: 21 de maio de 2022.

Palavras-Chave: Sustentabilidade. Sabonetes. Viabilidade. Natural

ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA DE UMA FABRICA DE SACOLAS ECOLÓGICAS DE TNT – TECIDO NÃO TECIDO

Alisson Jean Magalhaes
Antonio Gabriel Fulanetto dos Santos
Bruno Geraldo Filgueiras
Jasmine Rodrigues da Silva
Rogério Buchala
Centro Universitário de Adamantina
alisin.jean@outlook.com

Introdução

O desenvolvimento e evolução das embalagens, em determinados setores, foi maior que a do próprio conteúdo para o qual ela foi criada. Recentemente, o papel e o tecido ganharam destaque e continuam sendo importantes matérias-primas na produção de embalagens, principalmente nas reutilizáveis, porém, nos últimos anos, o plástico é quem liderou essa expansão na fabricação de embalagens. No entanto, a busca pela qualidade de vida e a adoção de conceitos de sustentabilidade veio chamando a atenção de todos para os destinos das embalagens pós-consumo, que na maioria das vezes era prejudicial ao meio ambiente. Rodrigues (2010, p. 242) afirma que consumidores conscientes sabem das necessidades e poderes que exercem na sociedade e como suas decisões podem ajudar a melhorar não só a sua qualidade de vida, mas a de todos e das gerações futuras. Quando compra, conhece o poder que tem e o usa para melhorar o mundo em que vive. Diante da evolução da consciência ambiental, as empresas passaram a se comprometer com os princípios de sustentabilidade socioambiental, minimizando os riscos dos descartes inadequados de embalagens e dos próprios produtos, após sua vida útil, existindo todo um movimento lógico denominado logística reversa. Pode-se entender que o “ciclo da vida” do produto, não termina quando o mesmo é entregue ao cliente. Se o produto está obsoleto, danificado ou não, o mesmo deve retornar à sua origem para que se promova o descarte, reparo ou reutilização do mesmo. (Lacerda, 2002) Com esse enfoque, decidiu-se estudar a viabilidade econômica e financeira da instala-

ção de uma fábrica de sacola reutilizáveis de TNT (tecido não tecido).

Material e Métodos

Utilizou-se de uma metodologia de pesquisa, que ainda está em desenvolvimento, dividida em três etapas sendo elas explicativa, descritiva e exploratória. Os fundamentos desse trabalho se deram através da coleta de dados pela Internet, pesquisas junto a fornecedores das principais matéria primas, orçamentos de equipamentos e serviços terceirizados a fim de se ter um planejamento financeiro e estruturação de uma deste segmento. Analisou-se o mercado deste segmento, a preocupação das empresas locais em oferecer uma solução plausível a parte do problema que vos compete. Foram desenvolvidas planilhas específicas de viabilidade de negócio no software Excel, incluindo cotação junto a fornecedores, mão de obra operacional e administrativa, equipamentos e utensílios, alcançando assim um pressuposto de custo na produção. A coleta dos preços dos equipamentos foi realizada em março de 2022, tal como os salários e estruturas produtivas. Todos os cálculos estão sendo realizados levando em conta cinquenta por cento de capacidade ociosa, procurando retratar a realidade mercadológica frente a entrada de uma nova empresa no mercado. Isso aumenta o grau de veracidade do estudo.

Resultados e Discussão

O trabalho ainda está em desenvolvimento e, de posse dos valores dos investimentos, serão

calculados o Payback (Tempo de Retorno do Investimento), a TIR (Taxa Interna de Retorno), o IR (Índice de Rentabilidade) e VLP (Valor Presente Líquido) do empreendimento, que fundamentará a viabilidade econômica e financeira.

Conclusão

O estudo ainda não foi concluído. Faz-se necessário o término dos cálculos e sua análise comparativa com as opções de investimentos do mercado financeiro.

Referências Bibliográficas

Rodrigues, Thalita Pereira. Anuário da Produção de Iniciação Científica Discente: Como o Consumo Consciente Pode Impactar as Organizações. 20 ed. Vol.13. Santa Bárbara, 2010. ([https://repositorio.pgskroton.com/bitstream/123456789/1232/1/artigo 15.pdf](https://repositorio.pgskroton.com/bitstream/123456789/1232/1/artigo%2015.pdf)) TACHIZAWA, Takeshy. Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira, 5. Ed. Revista e ampliada- São Paulo: Atlas, 2006. SEBRAE. Boletins de Estudos e Pesquisas Dezembro 2017 – Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/>, 2017 LACERDA, Leonardo. Logística Reversa – Uma Visão sobre os Conceitos Básicos e as Práticas Operacionais Centro de Estudos em Logística, COPPEAD, UFRJ, 2002. Extraído do site <http://www.cel.coppead.ufrj.br/fs-public.htm> em Agust/2002. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Palavras-Chave: Viabilidade. Ecobag. Empreendimento. Dados . Investimentos

ANÁLISE DO DISCURSO DOS MECANISMOS GERADORES DE SENTIDO DE UMA PEÇA PUBLICITÁRIA

Gabriela Larocca Fernandes de Oliveira
Mariana Perez Migliorini
Maressa Raissa Ferreira Tovani
Lays Fernanda Pereira da Silva
Lilian Pacchioni Pereira de Sousa
Centro Universitário de Adamantina
gabilarocca.03@gmail.com

Introdução

A noção de texto constitui-se enquanto um importante objeto de estudo da linguagem. Interdisciplinarmente, no campo da publicidade é possível estabelecer um diálogo apelando para os conhecimentos da semiótica do texto e da imagem como forma de analisar as diferentes manifestações de sentidos em um anúncio. O intuito desse trabalho foi descrever quais os mecanismos de construção de sentidos presentes em um texto publicitário. O trabalho também é parte de um conteúdo apresentado na disciplina Criatividade e Interpretação, estudada no 3º termo de Publicidade e propaganda. Os Mecanismos geradores de sentido são etapas que competem ao analista descrever e esclarecer o que constrói o sentido do anúncio publicitário, sempre observando as associações dadas no plano do tema e da expressão dos textos. Deve-se constar a relação existente entre o enunciado e enunciação, onde terá não somente o que o texto emite para o leitor, mas o porquê e o sentido dado. Os pontos mais importantes para serem analisados são o conteúdo, a manipulação, o sujeito que fala, o tema abordado, o título e os mecanismos de construção. Portanto, este trabalho propõe expor e explicar a respeito dos objetos mais significativos em uma análise feita sobre os mecanismos que geram sentido em uma peça publicitária.

Material e Métodos

O itinerário começa a partir da seleção do corpus da pesquisa de deu por meio de uma pes-

quisa em plataformas de base de dados Google e Google Acadêmico, sendo a peça publicitária escolhida um anúncio da empresa automotiva japonesa Nissan. A descrição dos mecanismos presentes no anúncio se baseou em uma proposta teórico-metodológica de Maingueneau e da obra: “A Comunicação nos textos” de Norma Discini. A teoria da análise do discurso constituiu-se enquanto uma metodologia que tornou possível o estudo e a compreensão para a iniciação da análise referente. Partindo de dois pressupostos de que o texto é uma unidade de sentido, e de que o discurso constrói, socialmente, esse sentido, foi possível entender mais a fundo cada tópico e a sua importância para a compreensão e a construção de anúncios, para que chegando no receptor principal não haja qualquer ruído e o mesmo se sinta bem com a composição dos elementos, entenda a mensagem e, talvez, persuadido, que é a principal finalidade de uma propaganda. O conteúdo, a manipulação, o sujeito que fala, o tema abordado, o título e os mecanismos de construção foram estudados e construídos diante da publicidade escolhida. E, mesmo havendo elementos parecidos em diferentes tópicos, os seus sentidos também são distintos.

Resultados e Discussão

O conteúdo deste anúncio é separado em categorias, desapegando oposições semânticas das básicas e abstratas, podendo propor a mesma conexão do sentido para textos diferentes. Para esse anúncio, as categorias são: linguística, semântica e significado. Linguística pela composição ortográfica com o uso da conjunção “mas”;

semântica pela referência no texto de como um cachorro ou um cavalo e o homem são melhores amigos; e a categoria do significado pela metáfora comparando a força e velocidade do animal com a unidade de medida de potência. Sobre a manipulação foi percebido vários aspectos, que muitas vezes o leitor não percebe conscientemente, mas a sua atenção é direcionada para a propaganda. A citação popular mencionando o homem e o cachorro, foi usada como estratégia para aproximação do leitor e da marca pela referência e pelo significado da fidelidade entre o animal e o ser humano que, indiretamente, passa a mensagem da marca ter a mesma confiabilidade. Além disso, a palavra “cavalo” fazendo a ligação com a potência do carro é outro fator, tendo o significado que é trazido no contexto automobilístico: a força. Ainda, a cor do carro é vermelha, que remete ao anseio pelo produto de maneira inconsciente. A iluminação no carro e nos seus arredores traz o sentido de que com esse carro, o cliente terá luz e segurança. O sujeito tem um caráter sério, confiável, digno de confiança, pois transmite isso na mensagem, mas também um tom lúdico e humor pelos trocadilhos das palavras. Em todos os textos o enunciador e o enunciatário compartilham dos mesmos valores e interesses, portanto o texto há de ser a representação do seu público. O tema do anúncio pode ser formulado como: o carro potente é o fiel companheiro do homem. Com

a intenção de provocar humor é utilizado um trocadilho, porém o cavalo, ao que o anúncio se refere de fato, é uma unidade de medida de potência. Essa é uma propaganda da Babi Puttini de 2015, que acabou não sendo veiculado e apenas publicada na internet junto a outros títulos desse mesmo autor. Não se tem certeza quanto ao título da obra ou a data de produção, entretanto, ao julgar pelo seu modelo, seu formato, tamanho das letras miúdas e a logo em um canto desfocado, acredita-se ser de revista. Os mecanismos de construção foram a ausência de figuras humanas e de animais, deixando o destaque apenas para o produto. O veículo não está centralizado, mas mesmo assim há o foco nele por causa da iluminação. A harmonia e o equilíbrio das cores é algo positivo, não causando desconforto ao visualizar. A simbolização da aridez do solo, entende-se que o automóvel passa por locais mais radicais e outros pontos importantes.

Conclusão

Após o estudo e a análise feitos, conclui-se que todos os mecanismos geradores de sentido que formam a peça publicitária escolhida foram tecnicamente pensados e construídos com a intenção de, realmente, chamar a atenção do leitor e persuadi-lo, mesmo que não tenha sido publicado.

Referências Bibliográficas

DISCINI, Norma. A comunicação nos textos. 2 ed. São Paulo: 2012. LEITE, Rosana M. F. Uma análise do discurso publicitário em tempos de espetáculo: cenografia e Ethos do Itaú na campanha #issomudaomundo. 2015 128f (Dissertação de mestrado) Universidade Federal do Espírito Santo: Centro de Ciências Naturais e Humans. 2015. MAINGUENEAU, Dominique. Discurso e Análisis do Discurso. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. NISSAN TITLES. Babi Puttini, s.d. Disponível em <<https://babiputtini.com/nissan-titles>>.

Palavras-Chave: Mecanismos Geradores de Sentid. Anúncio Publicitário. Análise. Publicidade. Propaganda

ÁRVORE GENEALÓGICA E DEMOGRAFIA DA NOVA ALTA PAULISTA. VIVENCIANDO A EXPERIÊNCIA PARA USO EM SALA DE AULA

Igor Francisco Bôa
Bruno Vinicius Martiello Rondon
Cristiane Celeste Martiello Rondon
Hiago de Oliveira Perassoli
Izabel Castanha Gil
Centro Universitário de Adamantina
igorfranciscoboa@gmail.com

Introdução

Os autores cursam o 6º termo de História e a experiência foi realizada na disciplina de Metodologia de Ensino, como prática para elaboração de material didático a ser replicado em sala de aula. Um dos pressupostos do ensino de História nas séries intermediárias do ensino fundamental consiste na construção da identidade do aluno e a experiência relatada consiste no uso da plataforma FamilySearch para obtenção de documentos (fontes secundárias) que permitem construir genealogias. No exercício prático, cada licenciando buscou documentos de seus antepassados, porém com objetivos que permitiram a conexão da história pessoal com a história das suas cidades, contribuindo para a compreensão da formação demográfica da área em que essas cidades estão localizadas: a Nova Alta Paulista. A interpretação dos documentos enriquecida com a coleta de depoimentos e com a construção da trajetória familiar, à luz de investigações teóricas, permitiram concluir o papel dessas pessoas e famílias na composição da demografia local e regional. Os resultados foram compilados em formato de um e-book.

Material e Métodos

Após estudos teóricos acerca da formação histórico-econômica da Nova Alta Paulista, foram realizadas ações para a presentificação desse fenômeno, a partir do levantamento da história familiar. Fez-se uso de formulário online para identificação das primeiras informações acerca da origem dessas pessoas. Paralela a essa ação,

foram criadas árvores genealógicas por meio do site FamilySearch, a partir de informações pessoais/documentais dos antepassados. Realizado esse processo, foram geradas imagens das árvores e criados breves textos sobre ancestralidade. Entre a segunda quinzena de maio e a primeira de junho, com todo esse material compilado, foram criados mapas que ilustram a trajetória dos familiares de maneira a compreender o caminho realizado por eles. A presente pesquisa foi baseada nas referências de autores que trabalharam no processo de construção de uma identidade regional. De modo prático foi trabalhada a investigação da árvore genealógica dos próprios familiares da Nova Alta Paulista, por meio da plataforma online FamilySearch.

Resultados e Discussão

A árvore genealógica pode ser usada como forma de conhecimento pessoal. O conhecimento da ancestralidade permite identificar fatores peculiares de cada descendente. Esses fatores apresentam-se de forma cultural, religiosa, física, psicológica e no modus operandi de cada indivíduo. Nesse aspecto, a árvore genealógica pode ser usada como instrumento pela busca da identidade. Quem sou? O que me define? Estas perguntas podem ser respondidas a partir do momento que este indivíduo toma conhecimento de suas origens, portanto, há uma retomada ao passado buscando a valorização de tais culturas. O experimento caracteriza-se como uma das metodologias ativas, tendo como produto final a criação de um eBook como material pedagógico a ser disponibilizado em ambientes virtuais. A metodologia ABP (Aprendizagem

Baseada em Projetos) serviu de base para tal. Como toda metodologia ativa, a ABP procura formas de trazer o aluno a participar da vida escolar levando-o a ser protagonista das práticas pedagógicas diárias em sala de aula. É perceptível como a história e a identidade andam juntas. Esta questão na disciplina apresenta-se de muitas formas – pode ser macro ou micro fazendo-se destacar como local, regional ou nacional – o mundo globalizado abre espaço para o multiculturalismo e são estas culturas que mostram a identidade de cada povo, etnia e nação. Desta forma a questão da identidade é trabalhada em sala de aula do 1º ao 5º ano do ensino fundamental e também é apresentado de forma implícita no 6º ano de anos finais. Durante o período de março foram delimitados os temas e iniciada a busca pelo material teórico para estudo. En-

tre março e final de abril ambas as ações foram elaboradas e os dados coletados para dar início a parte prática. Utilizando o Google Forms, foi criado um questionário com perguntas sobre os ancestrais dos respondentes. No mês de junho foram realizados todos os processos. Após reuniões de revisão e planejamento foi escolhida a plataforma Canva para confecção do eBook.

Conclusão

A genealogia dos estudantes moradores permitiu compreender a formação demográfica da Nova Alta Paulista, sob a perspectiva didático-pedagógica, enriquecendo a formação em História. Tal recurso contribuiu para o fortalecimento da sensação de pertencimento ao lugar.

Referências Bibliográficas

AKAMATSU, Jânio Itiro; ARAUJO, Américo Melquíades de; et.al. Aprendizagem Baseada em Projetos – uma nova estratégia de ensino para o desenvolvimento de projetos. Disponível em: <http://each.uspnet.usp.br/pbl2010/trabs/trabalhos/TC0174-1.pdf>. Acesso em: 30/03/2022. Árvore genealógica para a educação infantil: ensina brincando sobre diversidade. Transformando. Disponível em: <https://transformando.com.br/arvore-genealogica-para-aeducacao-infantil/>. Acesso em: 18/03/2022. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base, 2020. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 18/03/2022. BALDISSERA, Lucilene Fátima; MACHADO, Mércia Freire Rocha Cordeiro. Mediação pedagógica e metodologias ativas no contexto da educação profissional e tecnológica a distância. Disponível em: [https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/571480/2/Apostila_Curso de formaÃ§Ã£o_Lucilene.pdf](https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/571480/2/Apostila_Curso%20de%20forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20Lucilene.pdf). Acesso em: 30/03/2022. CABRAL, Gabriela. Árvore Genealógica. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/curiosidades/arvore-genealogica.htm>. Acesso em: 18/03/2022. CASTRO, Juscileide Braga de; SILVA, Diego de Oliveira; et. al. Aprendizagem Baseada em Projetos: contribuições das tecnologias digitais. Disponível em: [file:///C:/Users/hp_note/Downloads/2763-Texto do artigo-8974-10205-10-20180703.pdf](file:///C:/Users/hp_note/Downloads/2763-Texto%20do%20artigo-8974-10205-10-20180703.pdf). Acesso em: 30/03/2022. Como Começar a História da Família (Começando do Início). FamilySearch, 2017. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/blog/como-comecar-a-historia-da-familia-comecando-do-inicio>. Acesso em: 18/03/2022. DUTRA, Rodrigo. O que é Aprendizagem Baseada em Projetos? E como implantar. Disponível em: <https://tutormundi.com/blog/aprendizagem-baseada-em-projetos/>. Acesso em: 01/04/2022. DIAS, Vanessa de Cássia. A minha, a sua, a nossa história começa assim: trabalhando a árvore genealógica. Acesso em: 18/03/2022. FONCECA, Krukemberghe. Árvore Genealógica/ Sugestão de Aula. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/arvore-genealogica.htm>. Acesso em: 18/03/2022. GRIMAUD, Jessica. O FamilySearch Lança Nova Página para Iniciantes em História da Família. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/blog/o-familysearch-lanca-novapagina-para-iniciantes-em-historia-da-familia>. Acesso em: 18/03/2022. MENDES, Iram Abreu; SILVA, Carlos Ademir Farias da. Método Genealógico no ensino de história da educação matemática no Brasil, 2016. Disponível em: <http://funes.uniandes.edu.co/22538/1/Mendes2018Metodo.pdf>. Acesso em: 18/03/2022. ROMÃO, Estaner Claro; OLIVEIRA, Sebastião Luís de; et. al. Aprendizagem Baseada em Projetos no ensino médio: estudo comparativo entre métodos de ensino. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bolema/a/wySf37fqx-QDVHGpDpCcGhHq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01/04/2022. SCAPPATICCI, Anne Lise; VERNIR, Trevizan e Louize. Árvore genealógica ajuda a contar a história da família à criança. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2013/05/30/arvore-genealogica-ajuda-a-contar-a-historia-da-familia-a-crianca.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 18/03/2022.

Palavras-Chave: Genealogia. FamilySearch. Metodologias ativas. Construção da identidade. eBook

AS PERSPECTIVAS QUANTO A ADOÇÃO DO MODELO DE GESTÃO GERENCIAL PELOS ENTES PÚBLICOS NACIONAIS

Mateus Barbosa Silva

Reinaldo de Oliveira Nocchi, Rogério Buchala
Centro Universitário de Adamantina
mateus.barbosasilva@hotmail.com

Introdução

Neste artigo apresenta-se a influência do modelo gerencial no desenvolvimento da administração pública brasileira, apontando a evolução do modelo gerencial de forma cronológica no Brasil. Os principais modelos de gestão adotados no país são divididos em: patrimonialista, burocrático e gerencial, todos com papel importante na evolução da administração pública. O modelo patrimonialista, não fazia distinção entre os bens particulares e públicos. Os cargos públicos eram preenchidos por parentes, amigos e apoiadores dos governantes, deste modo, não havia carreiras profissionalizadas, resultando em uma forte tendência ao nepotismo e à corrupção. Já o modelo burocrático, aparece como uma alternativa mais racional e apropriada, que separa o público do privado, e reduz a corrupção e o nepotismo, desta forma, torna o estado mais eficiente. Suas principais características: o profissionalismo, a impessoalidade, a hierarquia funcional e a ideia de carreira pública. Grandes autores chegaram ao consenso sobre a inexistência de uma sobreposição de um modelo aos demais. Sobretudo, apesar da importância dos modelos burocráticos e patrimonialistas no desenvolvimento da administração pública brasileira, foi o modelo de gestão gerencial o que mais somou no processo de aperfeiçoamento da gestão pública, especialmente pelo surgimento de importantes práticas que visam corrigir as ineficiências apresentadas nos modelos anteriores. Esta concepção de gestão enfatiza a prestação de serviços eficazes, rápidos, transparentes e totalmente voltados ao interesse da população, incluindo a participação do cidadão no planejamento das políticas públicas. O objetivo desta pesquisa é mostrar a im-

portância do modelo gerencial no processo de evolução da administração pública brasileira.

Material e Métodos

Este projeto possui abordagem qualitativa, o método escolhido se diferencia da abordagem quantitativa, pois não tem como instrumento a análise estatística de um problema, deste modo não visa medir dados numéricos ou categorias. (RICHARDSON, 1989) Este método foi selecionado por possibilitar, a partir dos dados estudados, uma fundamentação sob outra perspectiva. Além disso, viabiliza a elaboração de um artigo com uma linguagem de fácil compreensão para todos os públicos. Por último, um destaque aos inúmeros pensamentos de autores conceituados sobre o tema. Outra ferramenta escolhida é a pesquisa descritiva, que visa esclarecer de modo amplo um assunto já estudado por alguém. A pesquisa gira em torno de uma extensa revisão teórica em cima do conteúdo de estudo. Gil (1996, p. 46) afirma que “as pesquisas descritivas visam à descrição das características de determinada população ou fenômeno, e têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população”. Neste estudo os dados serão extraídos através da pesquisa bibliográfica, estruturando uma análise baseada principalmente em livros e artigos científicos. Segundo Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica é o levantamento de informações através de biografias publicadas, revistas, livros, imprensa escrita e publicações avulsas. Tem como objetivo fazer com que o explorador tenha contato direto com todo conteúdo escrito sobre determinado assunto, orientando o pesquisador na sua consulta ou na manipulação de suas informações.

Resultados e Discussão

Após a 2ª Guerra, os países retratam uma recuperação econômica, social e política. Isso gerou o crescimento das funções econômicas e sociais do Estado Social, que junto ao desenvolvimento tecnológico e a globalização escancararam a carência de uma administração pública mais eficiente, capaz de atender as necessidades sociais de maneira mais efetiva e transparente. Com a crise do Estado nos anos 70 o modelo burocrático entra em declínio. Os anos seguintes apontam o modelo gerencial como a melhor alternativa. O modelo Gerencial puro surge na Inglaterra, buscando reduzir custos e aumentar a eficiência da administração pública. Como as práticas do setor privado são mais eficientes, começam a serem inseridas na administração pública. Essencialmente o gerencialismo tem como suas características: controle por resultados, maior flexibilidade e autonomia, descentralização, responsabilidade, orientação para a população, participação social, eficiência e transparência. A administração gerencial moderna, influenciada fortemente pelas grandes empresas e também pela exigência de transparência praticada no mundo, altera o foco de interesse administrativo do Estado para a população. Na década de 80, surge a Nova Gestão Pública, que apresenta o foco na efetividade e qualidade nos serviços prestados à sociedade, sobrepondo a satisfação dos cidadãos e não os interesses da máquina pública. Os princípios do modelo escorram-se na descentralização, estímulo à competitividade e flexibilização dos modelos contratuais. Já na década de 90, temos o surgimento do Public Service Oriented, um aperfeiçoamento da Nova Gestão Pública, sendo que nesta última

etapa o principal objetivo é o desenvolvimento de uma sinergia entre Estado e cidadão, focando não apenas na eficiência dos serviços prestados, mas também a participação da sociedade nos processos de planejamento das políticas de Estado. Este modelo defende a eficiência administrativa sem deixar de realizar o necessário para o cidadão, de um modo que permite a fiscalização da sociedade quanto a efetividade dos resultados. No Brasil, a Administração Pública Gerencial é inserida na década de 90. No decorrer do governo do presidente Fernando Collor, escolheu-se por medidas neoliberais, que vislumbravam um escoamento da máquina pública e a diminuição dos gastos, decorrendo na extinção de cargos públicos, corte de servidores e um controle maior sobre as empresas estatais. Em 1995 durante a administração do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foram realizadas privatizações, inauguração de diversas agências reguladoras, Emenda da reforma administrativa, além da lei de responsabilidade fiscal (visando equilibrar as contas públicas). No entanto, durante o governo militar, é visível a influência gerencialista que proporcionou a descentralização administrativa, visando a administração indireta, por meio da criação de empresas estatais, fundações e autarquias.

Conclusão

Levando em conta os aspectos observados fica nítido a relação entre o processo de desenvolvimento da gestão pública do país com as novas práticas de gestão, dando destaque às técnicas originadas do modelo gerencial, sendo estas provenientes do setor privado.

Referências Bibliográficas

ABRUCIO, F. L. O impacto do modelo gerencial na Administração Pública: Um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Caderno ENAP, Brasília, n. 10, p. 1-52, 1997. BRESSER PEREIRA, L. C. (janeiro-abril de 1996). Da Administração Pública Burocrática à Gerencial. Revista do Serviço Público, v. 47, n.1, p. 7-29, 1996. GIL, A. C. (1996). Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4aed. p.43 e 44 MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Administração pública gerencial. Revista de Direito, Rio de Janeiro, volume 2, n° 4, p. 37-44, jul./dez. RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

Palavras-Chave: Modelo Gerencial. Administração Pública. Ferramentas de Gestão Pública. Estado Social. Eficácia Empresarial

AS VERTENTES IDEOLÓGICAS PREDOMINANTES NA GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Paulo Henrique de Souza Matos

Ana Paula Barbosa de Carvalho

Ana Julia Aparecida Silva

Reinaldo de Oliveira Nocchi

Centro Universitário de Adamantina

57219@fai.com.br

Introdução

A gestão pública possui fortes influências da administração científica, sendo que diversos modelos aplicados no viés público tiveram sua origem no campo da administração. O Brasil é o país mais fragmentado, quando se trata de legendas partidárias, e tem como tendência se dividir ainda mais. A grande quantidade de partidos não significa que o apoio eleitoral é plural. O espectro ideológico classifica diferentes posições políticas entre dois polos que se distinguem: esquerda e direita. (CASTRO, MATTIA, 2016). Contemplando-se nosso objeto de análise, o conceito fica aqui entendido como sinônimo de “ideologia política”, sendo uma arena de disputa entre diferentes projetos que servem como direção para o campo político. (MENDONÇA, 2020) Se o campo da análise de políticas públicas se institucionaliza com a definição das políticas como variáveis dependentes, essas, na interpretação da produção das políticas passam a ser, inicialmente aquelas relacionadas ao poder. Hoje parece pertinente distinguir, endossando a proposição de Peter John (1999), cinco grandes vertentes analíticas na subárea das políticas públicas, quais sejam: (1) a institucional; (2) a interessada em perceber as formas de atuação e o impacto dos grupos e das redes; (3) as abordagens que dão ênfase aos condicionantes sociais e econômicos no processo de produção das políticas; (4) a teoria da escolha racional; e (5) as abordagens que destacam o papel das ideias e do conhecimento. PIMENTA (2007)

Material e Métodos

Para a elaboração desse trabalho, foi utilizado o método de pesquisa descritiva, as informações contidas neste resumo foram obtidas, através de pesquisas na plataforma do Google Acadêmico, e resultados acessados no site institucional da SciELO. Com objetivo de explanar as vertentes ideológicas predominantes na gestão pública brasileira, foram utilizadas pesquisas e análises baseadas na gestão do país, como foco no setor público nacional. As referências foram obtidas através de embasamento bibliográfico sobre pesquisas quantitativas e exploratórias. Após a coleta das informações necessárias, foi realizada a análise dos artigos, livros e afins para a elaboração do trabalho. Levantada as informações, fora feito o estudo sobre a gestão pública nacional e a respeito das ideologias presentes no Brasil, em um aspecto político mais recente, priorizando as informações mais claras e concisas alcançadas, através da análise principalmente de artigos sobre o País (de forma política), assim como uma análise sobre a administração científica, voltada para a gestão pública brasileira. Em seguida, com as informações e opiniões geradas através desse estudo, foi elaborado o resumo expandido.

Resultados e Discussão

Podemos afirmar que, desde a mudança do método governamental brasileiro, a influência ideológica na gestão pública no Brasil se tornou cada vez mais presente e clara. É explícita a imparcialidade e isenção de valores políticos próprios na gestão pública, já que temos uma política polarizada, quando os representantes a nível

legislativo, executivo e judiciário não trabalham em prol da sociedade e sim em benefícios para o seu aspecto político. O excesso de partidos e políticos na organização eleitoral, faz com que essa imparcialidade se torne cada vez mais presente, pois os grupos são criados para a geração de renda, proveniente do fundo eleitoral e para aplicar nas raízes públicas as particularidades dos integrantes dos antigos e novos partidos. O que é de interesse e necessidade pública, se torna algo predominantemente individualizado, conforme as vertentes ideológicas do partido/indivíduo político. De fato, as políticas públicas na teoria são essenciais, se realizadas com imparcialidade, porém na prática as opiniões partidárias acabam desfocando os objetivos da gestão pública. Por um lado, há críticas à conformação de coligações e coalizões de governo, inclusive distintas nas diferentes esferas do poder, as quais tornam mais difícil aos eleitores a percepção de qual partido defende quais bandeiras. Em contrapartida, a respeito da afirmação de que o posicionamento ideológico faria sentido para os eleitores, a tese de que a escolarização influiria na capacidade dos indivíduos de localizar os partidos no espectro entre “esquerda” e “direita”.

A respeito dos polos políticos, a esquerda prioriza a igualdade e a direita, a liberdade; porém, são definições que variam conforme o contexto e a conjuntura em que se inserem. Existem as ideologias “clássicas” e as “novas” ideologias. As primeiras seriam o liberalismo, conservadorismo, socialismo, nacionalismo, anarquismo e fascismo, enquanto as segundas são o feminismo, ecologismo, fundamentalismo religioso e multiculturalismo, e cada variação política citada acima, é utilizada de forma individual em políticas públicas, onde as ações municipais/estatais/federais estão enviesadas por opiniões próprias (BRITO, et al. 2017).

Conclusão

Conclui-se que é explícita a imparcialidade e isenção de valores políticos próprios na gestão pública, já que temos uma política polarizada, quando os representantes a nível legislativo, executivo e judiciário não trabalham em prol da sociedade e sim em benefícios para o seu aspecto político.

Referências Bibliográficas

SciELO. Atitudes políticas e mundos semânticos: um estudo qualitativo sobre a racionalidade aquém das ideologias políticas. Disponível em: <https://www.scielo.br/civitas/a/66FNf3RvsZDHLrGb89Nnn4F/abstract/?lang=pt> Acesso em: 08/09/2022. SciELO. Cidadania ou “estadania” na gestão pública brasileira? Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/vmzxsrtJHfkCqqBpLckB8MC/abstract/?lang=pt> Acesso em: 08/09/2022. SciELO. Comunistas? Uma análise dos projetos de lei dos deputados federais do PCdoB e PPS. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/3GbFCsZymYwY3DPxvRBZvgc/?lang=pt> Acesso em: 08/09/2022. NASCIMENTO, Edson Ronaldo; NASCIMENTO, Edson Ronaldo. Gestão Pública. Saraiva; 2ª edição, 2010. UNICAMP. PARTIDOS POLÍTICOS E ESPECTRO IDEOLÓGICO: PARLAMENTARES, ESPECIALISTAS, ESQUERDA E DIREITA NO BRASIL. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/vw/11Mb2TaMwNQ_MDA_36c05_/partidos_politicos_e_espectro_ideologico_parlamentares_especialistas_esquerda_e_direita_no_brasil.pdf Acesso em: 08/09/2022

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Gestão. Ideologia. Imparcialidade. Influências

BENEFÍCIO DE ORDEM DO EMPRESÁRIO

Gicelio Alves Correia de Oliveira
Juliana Ortiz Minichiello Palu, Eliana Kátia Pupim
Faculdade de Direito da Alta Paulista
gicelioalvescorreia@hotmail.com

Introdução

Esse artigo tem como tema “benefício de ordem” o qual está disciplinado no artigo 1.024 do Código Civil que disciplina que os bens particulares dos sócios não podem ser executados por dívidas da sociedade, senão depois de executados os bens sociais. Para as sociedades irregulares não se aplica o benefício de ordem, mas se aplica para as sociedades empresárias que estejam regulares. Uma vez registrado na junta comercial o empresário individual ou a sociedade empresária terão personalidade jurídica e, assim, estarão sob o julgo da disciplina legal trazida pelo Direito Empresarial, inclusive o benefício de ordem. O objetivo do tema é trazer conhecimento teórico no cenário da execução judicial com enfoque nas hipóteses contempladas pela regra do artigo 1.024 do Código Civil, identificando os sujeitos dessa relação, suas características e aplicabilidade. A escolha do tema vem em decorrência do anseio em conhecer com maior profundidade o instituto do benefício de ordem bem como para difundir-lo a quem possa interessar.

Material e Métodos

Para que possa alcançar os objetivos acima especificados, a metodologia utilizada teve por base a pesquisa bibliográfica e jurisprudencial nas bases de dados Biblioteca On Line – Minha Biblioteca e em tribunais de nosso país. Para o presente trabalho foram encontradas mais de 10 (dez) bibliografias das quais 3 (três) foram escolhidas para levantamento de dados para compor o estudo. O presente artigo foi dividido em três capítulos principais. O primeiro trata da introdução na qual o leitor poderá identificar o tema, sua relevância, o objetivo e a metodologia empregada para o desenvolvimento da pesquisa.

O segundo capítulo traz citações bibliográficas obtidas a partir da leitura e análise dos levantamentos bibliográficos efetuados sobre a temática do estudo, bem como embasamento na legislação e jurisprudência pertinentes. No terceiro capítulo o autor faz uma síntese do estudo e traz contribuições sobre o aprofundamento do tema, além de sugerir trabalhos que possam vir a complementar o assunto.

Resultados e Discussão

Diante de uma obrigação assumida para a efetivação da atividade econômica, a responsabilidade patrimonial é via de regra da sociedade - dependendo do tipo societário adotado - e do empresário individual. Assim, como resultado às questões relacionadas à problemática do presente estudo temos que o empresário individual uma vez que desenvolve a atividade em seu próprio nome não faz jus a regra do artigo 1.024 e assim o patrimônio conquistado ao longo da vida pode ser atingido pelo insucesso da atividade empresarial, ressalvados os bens absolutamente impenhoráveis que seriam protegidos de qualquer forma. Já, com relação a sociedade empresária foi possível perceber que os sócios poderão se beneficiar do benefício de ordem a depender do tipo societário escolhido e se o capital social tiver sido totalmente integralizado. (VENOSA, 2020, p. 113) A regra básica é que os bens dos sócios não devem responder pelas dívidas da sociedade, a não ser naqueles casos expressamente previstos em lei (CPC/2015, art. 795). Mesmo nos casos em tela, a responsabilidade do sócio é de ser vista como excepcional e secundária, a prevalecer apenas quando não for possível cobrar a dívida diretamente da sociedade. Por isso, quando tais sócios são executados, assegura-lhes o Código o *beneficium excussionis personalis*, ou benefício de ordem. Poderão,

de tal sorte, “exigir que sejam primeiro executados os bens da sociedade” (art. 795, § 1º). A responsabilidade da sociedade é sempre principal; e a dos sócios, quando existente, é sempre subsidiária. Ainda que se trate do chamado sócio solidário, “em primeiro lugar deve ser executado quem contratou: a sociedade”. Só se a execução ficar frustrada é que caberá a excussão dos bens particulares dos sócios. (GONÇALVES, 2019, p. 15) De acordo com o art. 966 do Código Civil de 2002, empresário é a pessoa que “exerce profissionalmente atividade econômica organizada

para a produção ou a circulação de bens ou de serviços”. O empresário é o sujeito da atividade empresarial, o titular de direitos e obrigações. (VIDO, 2022, p.17)

Conclusão

Conforme se verifica por tudo que até aqui foi exposto, o benefício de ordem é relativo dependendo de cada caso e tipo de sociedade e sua formalidade, se está regular.

Referências Bibliográficas

VIDO, Elisabete. Curso de direito empresarial. Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553620414. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620414/>. Acesso em: 14 set. 2022. VENOSA, Sílvio de S. Direito Empresarial Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788597024791. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024791/>. Acesso em: 15 set. 2022. MAGALHÃES, Giovani. Direito Empresarial Facilitado. Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559643998. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559643998/>. Acesso em: 15 set. 2022

Palavras-Chave: Benefício De Ordem . Personalidade Jurídica. Relatividade Do Benefício. Direito Empresarial. Sócios

DA EFETIVIDADE DO ESTADO EM ASSEGURAR O DIREITO CONSTITUCIONAL À VIDA MEDIANTE AOS FEMINICÍDIOS CONSUMADOS NO BRASIL

Alexander Eduardo Silva Carvalho
Sérgio Fabrício de Lima Bindilatti, Eliana Kátia Pupim
Faculdade de Direito da Alta Paulista
230137@fadap.br

Introdução

O presente trabalho surge mediante a reflexão sobre os altos índices e respectivamente os diversos impactos gerados sobre a população feminina brasileira, quando violado o direito constitucional à vida. Tendo em vista, os dados publicados pelo Fórum de Segurança da Mulher Brasileira, de 7 de março de 2022, com o título “Violência contra mulheres 2021” elencando o debate sobre crimes motivados pelo gênero. O Artigo faz-se valer do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), junto ao FBSP (Fórum de Brasileiro de Segurança Pública) e IJSN (Instituto Jones dos Santos Neves) que buscam expor o aumento dos índices de violência do Brasil a partir do SIM (Sistema de informações sobre Mortalidade). Tendo em vista que o direito à vida passou a valer como norma constitucional a partir de 1821, o tema central visa abordar sobre a efetividade do Estado em assegurar o direito à vida quando relacionado ao feminicídio, desse modo faz-se valer para compreensão do tema traçar a evolução histórica nas constituições do Brasil. Não obstante, destaca-se o crime de feminicídio tipificado pelo Código Penal vigente, e consecutivamente o entendimento doutrinário sobre o crime citado. Tudo isso para expor o quanto é decorrente a consumação deste ato delituoso, para que posteriormente venha o leitor deter fundamentos significativos que o auxilie a concluir sobre a, efetividade do Estado em assegurar o direito constitucional à vida mediante ao feminicídio, tendo em vista os altos índices e os impactos que são gerados sobre a população brasileira.

Material e Métodos

- Em termos de metodologia, percorreu-se o caminho utilizando-se da pesquisa na base de dados online, do SCIELO (Scientific Electronic Library Online; Publicação eletrônica) e do CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Por meio das palavras-chave “mulheres” e “constituição” encontrou-se conteúdos acadêmicos, por outra vertente, através do CAPES a pesquisa por meio das palavras-chaves “feminicídio” e “vida”. Do mesmo modo citado acima, o critério foi selecionado com o viés de obter uma relação direta com o tema em análise, ou seja, que versam sobre o conceito de “feminicídio” e “vida”. Realizada as devidas seleções e respectivamente sua minuciosa análise, os resultados são apresentados no presente texto, sendo assim fazendo-se valer da metodologia elencada, foi estudado quatro diretrizes de dados estatísticos, bem como, o dispositivo legal da Constituição e três doutrinas do ramo acadêmico de direito, ao qual são voltadas ao ato delituoso denominado como crime de feminicídio e comentários à constituição.

Resultados e Discussão

Segundo Tavares (2018, p.427) no Brasil o direito à vida passou a valer-se como norma constitucional a partir de 1934, especificamente através do artigo 113, 34 da Constituição Federal, em que a subsistência baseia-se propriamente do trabalho, com o decorrer do tempo e a devida evolução legislativa, o texto legal da Constituição Federal de 1988 expandiu o rol taxativo determinando através do artigo 170, caput, conforme Tavares (2018, p. 427): “A ordem econômica,

fundada na valorização do trabalho humano (...) tem por fim assegurar a todos existência digna (...). Prevê, ainda, com variação redacional da fórmula criada em 1946, no art. 5o, caput, expressamente, “a inviolabilidade do direito à vida”. Em si o direito à vida cumpre-se através do amparo proveniente do Estado, oferecendo amparo à população por meio de políticas públicas de tal modo que venham a dispor dos recursos mínimos necessários para sua existência e vida saudável. (TAVARES, 2018). Por outro viés entretanto na mesma tratativa, aborda-se sobre o feminicídio ao qual provém do latim *femicide*, surgindo inicialmente através do Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres no ano de 1997 localizado em Bruxelas, em que caracterizou-se pela primeira vez o crime de matar mulheres moitvado apenas pela condição do sexo da vítima ser feminino. (CAPUTI; RUSSEL, 1992 apud GEBRIM; BORGES, 2014) Não obstante faz-se valer do entendimento doutrinário atual que classifica o feminicídio de forma em que “possui características misóginas, de repulsa contra as mulheres”. (CONSENZO, 2021, p. 350) Partindo do critério de que atualmente compreende-se a existência de uma estratégia de guerra contra as mulheres fundada em oprimir as tentativas de resistência contra o terror imposto sobre

as demais, no entanto ainda há resistência que ultrapassam as denúncias que surgem para fazer-se valer da aplicabilidade das normas legais. (SAGATO, 2016 apud MIRANDA; CARVALHO) A guerra citada acima se refere aos inúmeros casos já consumados no território brasileiro, como exposto por meio do sistema de estatísticas da OMS classificando o Brasil entre o top 10º mundial, e ocupando a classificação de 7º como um dos países com níveis de feminicídio mais elevados. (WAISEKFIZ, 2012). Nesse diapasão as Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública dispuseram o total de 3.998 (três mil novecentos e noventa e oito) casos consumados dentre os anos de 2019 a 2021.

Conclusão

Mediante a evolução histórica do direito à vida no Brasil, bem como, o entendimento doutrinário sobre o direito constitucional à vida, assim como as respectivas explicações doutrinárias referente a tipificação do crime de feminicídio e, dados provenientes de instituições estatais, pode-se concluir a ineficácia do Estado em assegurar tal direito.

Referências Bibliográficas

- COSENZO, José. Código Penal Comentado, Doutrina, Jurisprudência, 4. Santana do Parnaíba. EdManoele, 2021. - FILHO, José. Constituição Federal, interpretada, artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. 9. Barueri. ed. Manoele LTDA. 2019. - SARLET, Ingo. VALE, André. Comentários a Constituição do Brasil, 2. ed. Saraiva. 2018. - ALMEIDA, Guilherme. Constituição Federal Comentada. Rio de Janeiro. ed. Forense LTDA. 2018. - FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Violência Contra a Mulher 2021. Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, 2022. - INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org). Atlas da Violência 2021. São Paulo: IPEA; FBSP, 2021. - WAISELFSZ, J. J. Mapa da Violência 2016: homicídio de mulheres no Brasil, 2012. - MIRANDA, Cynthia Mara; CARVALHO, Carlos Alberto de. Narrativas do Feminicídio na Amazônia. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 30, n. 2 p.2-3, jun. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/rkQptn3wYzw87mzpRz86JYb/?lang=pt#> - OLIVEIRA, André Luiz Sá de, LUNA, Carlos Feitosa, SILVA, Maria Gabriella Pacheco. Homicídios do Brasil na Última Década: uma revisão integrativa. Ciência & Saúde Coletiva. 2020, v. 25, n. 5, p. 1-3, mai. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/TkBkPDsPxpVXbNSY-TXmvNYx/?lang=pt#>. Epub 08 Maio 2020. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.09932018>. - PASINATO, Wânia. Femicídios e as mortes de mulheres no Brasil. Cadernos Pagu [online]. 2011, n. 37, p. 5-6, nov. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/k9RYCQZhFVgJLhr6sywv7JR/?lang=pt#> - GEBRIM, Luciana Maibashi, BORGES, Paulo César Corrêa. Violência de Gênero: Tipificar ou não feminicídio/femicídio?. Revista de Informação Legislativa. [online]. v. 51, n. 202, p. 59-64, jun. 2014. -BRASIL. Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 -Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

Palavras-Chave: Efetividade. Direito. Constitucional. Vida. Feminicídio

DIREITO E REALIDADE VIRTUAL: RESPONSABILIDADE CIVIL DENTRO DO METAVERSO

Bianca Trindade
Bruna Aparecida de Oliveira Rocha
Gabriel Lucas Eduardo
Camila Paganardi Pelissari
Jose Eduardo Lima Lourencini
Centro Universitário de Adamantina
biancatrindade2012@hotmail.com

Introdução

O mundo não é mais o mesmo. A tecnologia faz-se presente em praticamente todos os momentos do dia a dia e da vida dos cidadãos. No período que se foi necessário afastar-se do mundo real, ante à crise sanitária causada pela Covid-19, aumentaram, expressivamente o uso de aplicativos e outras formas remotas de trabalho e comunicação. Antes mesmo da pandemia, o metaverso já existia, se tratando de uma forma de vida virtual em que as pessoas podem viver como se vivessem em um mundo real, mas participam dele através do universo imersivo semelhante à realidade. Dentro deste aspecto pontos relativos ao direito começam a ser abordados, questionamentos que decorrem da vida cotidiana tem seu reflexo no mundo do metaverso devendo o direito retratar e buscar soluções para possíveis impasses que possam ocorrer. Deste modo, o objetivo principal deste estudo se trata de relacionar o direito com a realidade virtual do metaverso, mais precisamente no âmbito da responsabilidade civil e sua aplicabilidade nestas situações.

Material e Métodos

A metodologia empregada neste estudo refere-se em uma narrativa com enfoque na pesquisa bibliográfica, que foi baseada em artigos, publicações, livros e outros periódicos que retratavam sobre a realidade virtual, o direito, o metaverso, bem como como se dá o emprego da responsabilidade civil neste cenário. O método escolhido para o presente trabalho foi o método dedutivo

que se baseia em argumentos gerais para se buscar pensamentos específicos, assim, tratou-se de um aparato de forma geral acerca do metaverso, bem como da aplicação da responsabilidade civil, abordando em um aspecto amplo e geral para aprofundar no tema do direito e da realidade virtual. Além do método dedutivo, foi empregado o método de pesquisa, mais precisamente a pesquisa indireta, que tem como fundamento a pesquisa de doutrinas, legislação, livros, artigos, publicações, monografias, isto é, um estudo de fontes secundárias sobre o tema, a fim de analisar como é a realidade virtual do metaverso e a aplicabilidade da responsabilidade civil nestes casos.

Resultados e Discussão

O metaverso tem se tornado cada vez mais presente no cotidiano da sociedade. Com a pandemia decorrente da Covid-19 e o isolamento necessário muitos encontraram no metaverso, um local semelhante às atividades cotidianas. Inclusive, a ideia de habitar em um mundo virtual, o metaverso como bem elucidam André Barabino e Marina Silva Carandiru (2022, p. 395) ganhou mais força nesse contexto histórico, especialmente pela possibilidade de trabalho remoto com a interação das pessoas através de aplicativos corporativos. O metaverso trata-se de um universo virtual nas nuvens baseado em realidade aumentada corrobora Afonso Fonseca Fernandes (2022, p. 01), todavia não há uma definição única que congregue todas as implicações do metaverso como um tipo particular de mundo virtual refere Itamar de Carvalho Ferreira (2009, p. 77), podendo, assim, ser compreendido

como uma relação com os mundos virtuais de experiência imersiva e que empregam representações tridimensionais, guardando semelhança a aspectos de objetos do mundo físico, em interfaces específicas no ciberespaço, que permitem a interação entre diferentes (e, muitas vezes, inúmeros) usuários. A ideia de um metaverso, ou seja, um ambiente virtual em que vivenciamos situações comuns de nosso dia a dia, não é nova, afirma Alessandra de Ávila Montini (2022), tendo surgido primeiro na ficção científica com a obra *Snow Crash*, de Neal Stephenson, em 1992, em que avatares interagiam entre si da mesma forma que fazemos no “mundo real”. Devido a possibilidade de adquirir e vender bens tais como carros, casas e outros o direito se faz presente. No campo da responsabilidade civil, fomentam Gisela Sampaio e Marcella Campinho Vaz (2022, p. 16), os desafios parecem até maiores, a começar pela adequação de cada um dos seus elementos, pela análise de novas situações lesivas e dos meios de reparação. O direito é amplamente constatado nas situações do metaverso, seja por questões contratuais, de complice e até mesmo responsabilidade civil. Neste aspecto, as obrigações assumidas no metaverso e os dados pesso-

ais do avatar (e de seu criador) que circulam na rede, são protegidos pela LGPD, mencionam Rodrigo Pironti e Mariana Keppen (2022, p. 64), pois caracterizam dados da pessoa natural que deu “vida” ao avatar e, para isso, cadastrou tais dados na rede, como sua qualificação básica e etc. Diante da impossibilidade de prever quais atos ilícitos ou lesões possam acontecer e acarretar direito de indenizar através da responsabilidade civil Barabino e Caramuro (2022, p. 403) suscitam que os princípios basilares do tema poderão ser usados para sua reparação, além de não somente visar a boa-fé e um bom relacionamento jurídico, mas também propiciar um caráter preventivo os usuários do metaverso.

Conclusão

O mundo virtual tem se expandido consideravelmente, não somente propiciando facilidades cotidianas, mas também a vida em um universo diferente, denominado metaverso, o que faz com que as mais diversas situações jurídicas possam ser constatadas.

Referências Bibliográficas

BARABINO, André. CARAMURU, Marina Silva. Responsabilidade civil no metaverso. IN: SEREC, Fernando Eduardo (coord.). Metaverso: aspectos jurídicos. 1 ed. São Paulo: Almedina, 2022. Acesso em 14 set. 2022. FERNANDES, Afonso Fonseca. O que é metaverso?. v. 30 n. 24. Abr 2022: Editorial BIUS. ISSN: 2176-9141. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/BIUS/article/view/10573>. Acesso em 14 set. 2022. MONTINI, Alessandra de Ávila. Preparem-se: o metaverso já é uma realidade. Tradução. Portal Olhar Digital, São Paulo, 2022., n. 18 ja 2022. Disponível em: https://olhardigital.com.br/2022/01/18/colunistas/preparem-se-o-metaverso-ja-e-uma-realidade/?utm_source=linkedin&utm_medium=artigo&utm_campaign=olhar-digital. Acesso em: 14 set. 2022. PEREIRA, Itamar de Carvalho. Metaverso: interação e comunicação em mundos virtuais. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/33535168.pdf>. Acesso em 15 set. 2022. PIRONTI, Rodrigo Pironti; KEPPEM, Mariana. Metaverso: novos horizontes, novos desafios. Acesso em 14 set. 2022. SAMPAIO, Gisela; VAZ, Marcella Campinho. Os desafios da responsabilidade civil no Metaverso. Disponível em: <https://www.bmalaw.com.br/conteudo/contencioso-e-arbitragem/os-desafios-da-responsabilidade-civil-no-metaverso?area=contencioso-e-arbitragem-icia-publicacao=os-desafios-da-responsabilidade-civil-no-metaverso>. Acesso em 14 set. 2022. SEREC, Fernando Eduardo (coord.). Metaverso: aspectos jurídicos. 1 ed. São Paulo: Almedina, 2022. Acesso em 14 set. 2022.

Palavras-Chave: Tecnologia. Pesquisa. Jurídico . Covid-19. Comunicação

ENCARCERAMENTO E DESIGUALDADE SOCIAL

Giovana Maria Ricci Camargo

Lindomar Teixeira Luiz

Centro Universitário de Adamantina

43922@fai.com.br

Introdução

Difícilmente alguém estudando nossa sociedade não considera a desigualdade social o seu maior entrave, pois ela se confunde com o processo de formação histórica brasileira. Juntamente com ela e chancelando-a, há a ausência quase total do Estado em termos de políticas públicas em prol de cidadania (direitos sociais, civis e políticos). A partir dos anos 90 do século passado, o país vivenciou o início de profundas transformações no âmbito socioeconômico com a nova ordem mundial, que se convencionou chamá-la de globalização, tendo início nos anos 1970, mas é visível no final da década de 1980 com o recrudescimento da corrente neoliberal e com a derrocada do socialismo real. Este processo alterou de forma radical a questão social, uma vez que reestrutura a base material do processo produtivo, repercutindo, em linhas gerais, em duas instâncias: No mundo do trabalho: mudanças nas organizações com a crise do paradigma fordista, desemprego estrutural, precarização do trabalho, flexibilização das relações trabalhistas, entre outros. No Estado: adoção de políticas econômicas em sintonia com o capital financeiro, privatização, redução de gastos na área social, fortalecimento e incentivo da atuação da sociedade civil para atuar na questão social por intermédio do Terceiro Setor, bem como por meio do trabalho voluntário, precarização de serviços oferecidos pelo Estado, o que induz a sua privatização, que é mais visível na área de segurança pública, da educação e da saúde. Portanto, tais mudanças sociais transcorridas recentemente impactam diretamente na vida de todos os membros de nossa sociedade. Evidentemente, por um lado, os efeitos mais nocivos serão sobre as classes sociais menos favorecidas (classe trabalhadora e classe pobre), porque a carência de recursos econômicos, desemprego e precariza-

ção do trabalho serão mais impactantes por tal segmento social. Por outro lado, o abandono por parte do Estado junto a tais grupos sociais é explícito, pois a precarização de serviços públicos (educação, saúde, saneamento básico etc) é o aspecto mais inequívoco de total descaso. Porém, é possível que a forma de atuação do Estado implique também numa perspectiva de exclusão discriminatória, desumana e absolutamente violenta, principalmente, junto aos pobres: referimo-nos há inúmeras situações transcorridas no Tribunal de Justiça, onde grupos desfavorecidos são vilipendiados em sua dignidade, que num certo sentido, não é muita novidade. Desta forma, há extensa bibliografia (ver nas referências bibliográficas deste projeto) que vem expondo a referida situação onde fica explícito a correlação entre precariedade de condições de vida, ausência de cidadania, com encarceramento de grupos sociais menos desfavorecidos. Ocorre que, após assistirmos dois documentários sobre audiências e situações atreladas aos tribunais de justiça de nossa sociedade, onde as classes pobres marginalizadas são colocadas no banco de réus, causou-nos profundo interesse em refletir melhor sobre tal situação. O primeiro documentário é da autora e diretora Clara Ramos, intitulado: “Bagatela”, produzido em 2017. O segundo documentário intitula-se “Justiça”, dirigido e escrito por Maria Augusta Ramos e produzido por Diler Trindade, em 2004. Portanto, nosso ponto de partida converge para esses dois documentários citados acima, que expõem a crueldade da desigualdade social, pois ela vem junto do preconceito, discriminação e inúmeras formas de violência. As situações apresentadas nesses documentários são a “ponta do iceberg”, visto que por trás deles há várias questões que podem ser discutidas, pensadas e elucidadas. Portanto, nossa proposta de trabalho é analisar sociologicamente os documentários “Bagatela”

e “Justiça”. Faremos isto a partir de dois grandes itinerários: numa dimensão macrosocial outro na esfera microssocial. No primeiro procuraremos discutir a questão do encarceramento em massa relacionando-o com o aprofundamento da desigualdade social e ausência de cidadania em nossa sociedade: esse é, portanto, nosso fio condutor, num primeiro momento. Na verdade tal encaminhamento teórico é o “pano de fundo” para entendermos melhor a questão prisional numa perspectiva mais ampla, isto é, num contexto mais abrangente num viés de caráter sociológico. Nesta perspectiva teórica, a metodologia utilizada se baseará num profícuo diálogo entre autores que vêm se debruçando sobre essas questões. A conexão entre encarceramento em massa com a desigualdade/ausência de cidadania parece ser uma temática ampla, muito abrangente. No segundo itinerário efetuaremos uma análise dos documentários a partir da teoria do campo de Pierre Bourdieu, permitindo interpretar e entender melhor o campo jurídico, bem como os comportamentos ações de seus protagonistas: tanto os operadores do direito quanto à população que está envolvida diretamente, no caso os “personagens” dos dois documentários. Assim, neste itinerário nossa proposta trabalha com uma perspectiva sociológica de natureza microssocial, pois as análises dos documentários serão mais focadas nas inúmeras situações, falas, comportamentos e ações apresentadas pelos protagonistas. Para viabilizarmos a efetivação deste objetivo, utilizaremos o referencial teórico-metodológico Pierre Bourdieu, enfatizando o Campo Jurídico e os conceitos de habitus e violência simbólica. A separação na qual propomos acima - dimensão macrosocial e microssocial - é apenas um recurso didático para facilitar o encaminhamento de nossas reflexões, pois trata-se de questões que estão imbricadas profundamente, sendo assim, sua separação, a rigor, inexistente. De um lado, há a presença de questões macrosociais no campo jurídico, que inevitavelmente acabam impactando seu funcionamento, de outro, os agentes e a vida transcorrida no campo jurídico contribuem de alguma forma para que a estrutura macrosocial tenha sua dinâmica.

Material e Métodos

A presente investigação científica figura dois grandes itinerários: o macro e o microssocial. No primeiro, analisaremos como algumas transformações socioeconômicas e a atuação do Estado com políticas neoliberais vêm impactando no encarceramento de populações desfavorecidas, desprovidas de quaisquer possibilidades de cidadania. Nesta fase da investigação a metodologia se baseará em pesquisa bibliográfica de alguns autores que vêm se debruçando nessas questões, assim, efetuaremos intenso diálogo entre algumas destas reflexões acerca da referida temática. Concernente ao encaminhamento metodológico à dimensão microssocial, também efetuaremos reflexões baseadas em pesquisa bibliográfica, contudo nesta fase da pesquisa há outras estratégias para realização deste trabalho de pesquisa. Nesta segunda parte analisaremos acuradamente os documentários: “Bagatela” e “Justiça”. Na segunda fase, procuraremos abordar tais produções fílmicas visando analisá-las mobilizando o sofisticado arsenal teórico-metodológico de Pierre Bourdieu (1983; 2001; 2003): a teoria do campo e outros importantes conceitos (Habitus, Violência simbólica...) que podem contribuir para elucidar várias questões apresentadas pelos documentários, isto é, vários comportamentos, falas, ações e posturas dos protagonistas poderão ser discutidos, pensados e interpretados. O referencial teórico-metodológico de Bourdieu é extremamente fecundo para analisarmos os documentários numa perspectiva sociológica. Desta forma, será apresentado o campo jurídico com base nos conceitos e ideias de Bourdieu. O campo jurídico e o habitus jurídico, Violência simbólica etc são constituintes de sua teoria “Estruturalismo construcionista”. Numa terceira etapa, efetuaremos possíveis articulações entre os enfoques micro e macrosocial, uma vez que, como dissemos, estão separados apenas didaticamente, visto que compõem um mesmo universo de questões acerca da temática desenvolvida por nossa pesquisa.

Resultados e Discussão

Nossa proposta, tem dois grandes objetivos: inicialmente apresentar e discutir as conexões entre encarceramento em massa transcorridos nas últimas décadas com a desigualdade social / ausência de cidadania. Iniciemos com o conceito cidadania. Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado (COUTINHO, 1999, p. 42). Em se tratando de sociedade brasileira é inconcebível asseverarmos a efetivação de cidadania nos termos apresentados acima. Há diversos obstáculos, inerentes às desigualdades sociais, emanados da estrutura do sistema capitalista, que impedem a realização da cidadania na sua plenitude. Como sabemos, a cidadania tem com eixo central a existência de direitos sociais, civis e políticos, garantido pelo aparato legal expresso pelo Estado (Estado de Direito). Contudo, vivemos numa espécie de subcidadania, pois a carência material, derivada das desigualdades sociais, para a maioria da população é uma constante, confiscando quaisquer possibilidades de falarmos em efetivação de cidadania. Ocorre que, não podemos prescindir sobre a participação do Estado concernente à cidadania, porque é por meio do aparato jurídico e pela prestação de inúmeros serviços (saúde, educação, segurança pública etc.) que ele pode pelo menos parcialmente garantir algum direito à população. É claro que não podemos falar de Estado em abstrato, pois dependendo do seu modelo ele pode ao invés de contribuir para assegurar direitos, fazer exatamente o contrário, ou seja, excluir os pobres e favorecer os ricos: Estado neoliberal. O que é neoliberalismo? Diz Coggiola (2003): Um consenso se estabeleceu em denominar “neoliberalismo” as políticas de privatização econômica e “ataque aos direitos sociais”... Citando os traços comuns dessas políticas, falou-se em “ofensiva neoliberal”: ajuste fiscal, redução do tamanho do Estado; fim das restrições ao capital externo... abertura do sistema

financeiro... desregulamentação... reestruturação do sistema previdenciário (COGGIOLA, 2003, p. 332) O neoliberalismo faz críticas ao Estado intervencionista e preconiza a liberdade dos agentes econômicos como sendo fundamental numa sociedade, gerando progresso e riqueza para todos. Assevera também que é prejudicial a intervenção do Estado no âmbito do mercado, enaltecendo a privatização e o chamado “Estado mínimo”, que deve além de garantir o funcionamento do mercado, atuar em políticas sociais voltadas somente para os mais pobres, com o auxílio da sociedade civil. Na prática, as políticas neoliberais aprofundaram nossa tragédia social, concentrando ainda mais a renda, precarizando o mercado de trabalho, reduzindo a atuação do Estado em políticas públicas para o povo. As relações entre neoliberalismo e aumento do encarceramento vem sendo objeto de reflexões desenvolvidas por inúmeros autores, que em linhas gerais seriam as seguintes: -Pragmatismo político e discurso de repressão e punição. -Ênfase no Estado Policial ao invés do Estado Social (redução de gastos). -Aumento da desigualdade social, do desemprego e da precarização do trabalho, fortalecendo as condições para a criminalidade. -O Estado punitivo ao invés de lutar contra a pobreza luta contra o pobre. -Encarceramento em massa dos pobres: relacionado as drogas ou pequenos delitos. -Globalização de políticas de tolerância zero contra o crime e este é percebido no âmbito moral. Dentre inúmeros autores que vêm desenvolvendo reflexões acerca desta temática entre neoliberalíssimo e encarceramento, destacamos o sociólogo da Universidade da Califórnia Loïc Wacquant. Um de seus trabalhos de suma relevância intitula-se Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos (2001). Trata-se de uma obra com fecundos argumentos e com grande profundidade, onde o autor opta por uma reflexão de caráter político sobre o assunto, pois examina o que chama de Estado penal relacionando-o com a desregulamentação e liberalização econômica, podendo ser evidenciado pelos encaminhamentos priorizados em sua reflexão: crescimento do salariado precário, o desmantelamento ou retração das políticas de proteção social, o fortalecimento

do aparelho punitivo, entre outras. Desta forma, Wacquant (2001) ressalta, a partir da experiência estadunidense, como a criminalização dos pobres e seu encarceramento estão ligados ao Estado mínimo. Elucida também como tal modelo punitivo passou a ser internacionalizado nos países europeus e na América Latina, inclusive há uma discussão acerca do caso brasileiro. Em outra obra *As prisões da miséria* (2011), Wacquant diz que a penalidade neoliberal assume um caráter mais grave em nos países com profundas desigualdades sociais, bem como desprovidos de tradição democrática. No Brasil, em razão de sua especificidade histórica e posição subalterna nas relações internacionais, a presença da violência criminal é altamente expressiva. Ressalta também que a ausência de um Estado de direito, presença de práticas autoritárias e de pouca participação da política da população, a atuação do Estado Penal é uma constante, principalmente através do aparato policial e judiciário visando responder as implicações gestadas pela pauperização e desregulamentação neoliberal. Enfim, nosso intento é apresentar, como pano de fundo, como o encarceramento está conectado com questões socioeconômicas mais amplas, onde o Estado mínimo e a ausência da cidadania estão intrinsecamente ligados com a

questão do encarceramento. O segundo objetivo almejado na presente pesquisa diz respeito à teoria do campo de Pierre Bourdieu (1983; 2001; 2003), enfatizando o campo jurídico e os conceitos de Habitus e Violência simbólica. Esse referencial teórico-metodológico será utilizado para pensarmos as situações apresentadas nos dois documentários: “Bagatela” e “Justiça”. Assim, a teoria de Bourdieu será crucial para respondermos determinadas indagações apresentadas nos documentários. Alguns exemplos. Qual a relação entre o campo jurídico e as ações/comportamentos dos agentes do direito (magistrados)? Que tipo de violência transcorre nas situações apresentadas nos documentários? Como o campo jurídico pode reproduzir a desigualdade social? É possível o campo jurídico reproduz injustiças?

Conclusão

O presente estudo ainda não tem nenhuma conclusão, uma vez que nossa pesquisa está em andamento, isto é, se encontra na fase de interação e discussão acerca da bibliografia, bem como dos filmes/documentários que serão analisados.

Referências Bibliográficas

BATISTA, Vera Malaguti. Adesão subjetiva à barbárie. In: Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal. Rio de Janeiro: Revan, 2012.; BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. _____. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. _____. O Poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. COGGIOLA, Osvaldo. Autodeterminação nacional. In: História da cidadania. (orgs). Jayme Pinsky & Carla B. Pinsky. São Paulo: Contexto, 2003. COUTINHO, Carlos Nelson. Democracia e Socialismo. São Paulo: Cortez, 1992. _____. Cidadania e Modernidade. São Paulo: Revista Perspectivas, nº 22, 1999, pp 41- 59. DIREITO DIRETO. O Brasil atrás das grades. São Paulo, 2012.; PASTANA, Débora. Justiça Penal Autoritária e Consolidação do Estado Punitivo na Brasil. In: Revista Sociologia Política. Curitiba: [s.n.], 2009.; DOWBOR, Ladislau. A era do capital improdutivo. São Paulo: Autonomia Literária, 2017. LIMA, Rita de Cassia Pereira. A “violência simbólica” de Pierre Bourdieu. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 57. Ano XIX. Julho de 1998. MOREIRA, Eduardo. A lista dos bilionários da Forbes. Disponível em: Acesso em 5 abril de 2022. SETTON, M. da G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: Uma leitura contemporânea. Revista Brasileira de Educação, 20, 60-70, 2002. SOUZA, Jessé. A radiografia do golpe. Rio de Janeiro: Leya, 2016 SPOSATI, Aldaíza. Concepção e Gestão da Proteção não Contributiva no Brasil. UNESCO & Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Governo Federal. Brasília. 2009. In: Modelo brasileiro de contribuição social não contributiva. WACQUANT, Loïc. As Prisões da Miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. _____. Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2003. _____. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. In: Revista Novos Estudos. [S.l: s.n.]: 2008.

Palavras-Chave: Estado Neoliberal . Cidadania . Encarceramento . Classes Pobres . Desigualdades

ESTUDO DA VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA DA INSTALAÇÃO DE UMA CERVEJARIA ARTESANAL EM ADAMANTINA

Hugo Henrique dos Santos
Pedro Enrique Almeida Paiva
Gabriel Fernando Dias Ribeiro
João Vitor Pardo Simão

Rogério Buchala
Centro Universitário de Adamantina
ihugoo2@hotmail.com

Introdução

A cerveja chegou ao Brasil junto com as colônias europeias: inúmeros comerciantes se instalaram no país e começaram a vender a bebida que até então era desconhecida, influenciando os costumes da época. (MORADO, 2011) Hoje é considerada a bebida alcoólica mais consumida mundialmente, estando facilmente acessível a 99% dos lares brasileiros (Camargo, Camilo. 2015). Com um público tão receptivo a esse tipo de bebida, as inovações são frequentes e os empreendedores contam com novos planos para atingir o mercado consumidor com estratégias diferenciadas. Segundo o Anuário da Cerveja, no ano de 2020, o Brasil atingiu 1.383 cervejarias registradas por todo o país, apresentando um crescimento de 14,4% em relação ao ano anterior. A cerveja ultrapassou os 30 mil produtos registrados, com 33.963 rótulos, este número resulta em uma média de 24,5 registros por cervejaria, aproximadamente 12% a mais que ano anterior. É um mercado em expansão e desperta o interesse de investidores, já que com a tecnologia existente, não existe a necessidade de investimentos vultuosos.

Material e Métodos

Todo conteúdo teórico relacionado ao assunto foi retirado de plataformas como o Google Acadêmico, World Wide Science e BASE e o apoio bibliográfico o livro Fundamentos da Administração Financeira e Artigos Científicos. Para a elaboração de planilhas de todos os custos fixos e variáveis, despesas, tributação, investimentos

foi utilizado o software Excel. Para verificar a viabilidade da abertura da empresa, foram realizados cálculos de custos, despesas, impostos e financiamentos. Com o apoio bibliográfico do livro “Fundamentos da Administração Financeira” e o uso de Artigos Científicos, realizamos cálculos financeiros como: TIR, PAYBACK, VPL, Índice de Rentabilidade e Ponto de Equilíbrio.

Resultados e Discussão

A primeira etapa do projeto consistiu em realizar o levantamento de todos os custos necessários para a implementação da cervejaria. Utilizando o site Contabilizei, SIMPLES Nacional, com alíquota de 10,7% sobre a receita bruta anual que foi estimada em R\$1.800.000,00. Com base nos dados, foi possível iniciar as análises de viabilidade econômica, partindo do princípio que a produção e venda seriam, inicialmente de 70% da capacidade produtiva da empresa, aumentando a veracidade das expectativas. Foi calculado um aumento gradativo de 5% ao ano, até o décimo ano.

Conclusão

Utilizando os métodos de avaliação da viabilidade econômico-financeira como o VPL (Valor Presente Líquido), a TIR (Taxa interna de retorno) e o Payback e a TMA (Taxa mínima de atratividade), até o momento, o investimento se mostra viável. Com a conclusão do estudo será possível afirmar com precisão todos os índices.

Referências Bibliográficas

CERVBRASIL -Associação Brasileira da Indústria da Cerveja. Anuário, 2016. Microcervejarias ganham espaço no mercado nacional. SEBRAE, 2017. MORADO, R. Larousse da Cerveja. Larousse do Brasil. 1 ed, São Paulo, 2011. SANTOS, S. P. Os Primórdios da Cerveja no Brasil. Ateliê Editorial. 1 ed, Cotia, 2003. VALENTE, Bruna Lopes. Cerveja artesanal, um mercado em expansão no Brasil. Administradores, O portal da administração. 2017. CERVBRASIL -Associação Brasileira da Indústria da Cerveja. Anuário, 2016.

Palavras-Chave: Cervejaria. Viabilidade Econômica. Artesanal. Payback. Tir

ESTUDO DA VIABILIDADE ECONÔMICA FINANCEIRA DA IMPLANTAÇÃO DE UMA INDÚSTRIA DE RAÇÃO PARA BOVINOS NO MUNICÍPIO DE FLÓRIDA PAULISTA

Willian Fernando Tassinari

Lucas Cassiano da Silva

Pedro Augusto Ianhes Albuquerque

Eduardo Bernardi dos Santos

Rogério Buchala

Centro Universitário de Adamantina

willianf_2007@hotmail.com

Introdução

O agronegócio tem sido reconhecido como um vetor crucial do crescimento econômico brasileiro. Em 2020, a soma de bens e serviços gerados no agronegócio chegou a R\$ 1,98 trilhão ou 27% do PIB brasileiro. (CNA, 2021). No primeiro trimestre de 2022 as exportações de carne bovina brasileira totalizaram 469,02 mil toneladas, uma variação positiva de 36,6% em relação ao primeiro trimestre de 2021. Além disso, a China manteve-se como principal destino das exportações brasileiras, absorvendo 51,9% dos embarques (IBGE,2021). Nota-se o alto consumo de carne bovina vem crescendo constantemente, e para isso, o confinamento aliado a uma ração adequada, surge como modelo de produção exequível para atender essa demanda. A adequação a pecuária intensiva se traduz em virtude da valorização da terra, obrigando o produtor rural a produzir mais em menos espaço, bem como pela competição com outras culturas, como soja e milho (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 2022). No cenário da pecuária, inclui-se a produção de ração bovina, que tem demonstrado sua inovação e profissionalismo, gerando empregos, produtividade, e alimentos mais saudáveis. Além disso, os produtores estão cada vez mais exigentes com a qualidade da alimentação do seu gado, devido à intensa concorrência no setor. Foi apresentado o estudo de viabilidade econômica de uma empresa do segmento de fabricação de ração bovina, onde foram avaliados investimentos financeiros, gastos preliminares com projeto, custos fixos variáveis, capital de giro, caixa mínimo,

estoques, financiamentos das vendas, ponto de equilíbrio, margem de segurança, índice de rentabilidade, payback, e fluxo de caixa.

Material e Métodos

Os materiais utilizados foram obtidos através de pesquisas realizadas em livros, periódicos e sites especializados no assunto, onde obteve-se um levantamento dos requisitos necessários para realização deste trabalho, diante disso, foram elaborados tabelas e cálculos através do software Excel, contendo desde a compra dos insumos necessários, mão de obra, equipamentos e utensílios, gastos, resultados e receitas. Os valores levantados são referentes ao mês de maio de 2022. Para o levantamento dos valores utilizou-se o método de orçamentos. A metodologia de análise foi baseada em um roteiro de um plano de negócios, onde foram abordados os objetivos, descrição da atividade, análise de mercado e concorrentes, produto ou serviços prestados, plano de vendas, plano financeiro, além dos índices financeiros que compõe o protocolo de viabilidade econômica como Índice de Rentabilidade, Payback, Taxa Interna de Retorno (TIR) e Valor Presente Líquido (VPL).

Resultados e Discussão

O Presente projeto prevê uma capacidade de produção de 12 toneladas por dia, isso se descreve em 3,168 milhões de toneladas por ano de ração. Contendo 02 (duas) mini fábrica de ração compactas que irão trabalhar desde o início do

processo de mistura até o envase do produto. A estrutura conta também com 03 (três) máquina de costuras e 01 (uma) paletizadora, utilizada no processo final de embalagem acabado. Os resultados calculados foram submetidos a 30% da sua capacidade produtiva propositalmente, como meio de adequação de mercado, por se tratar de uma empresa nova. Foi realizado um levantamento de insumos necessários para uma elaboração de uma ração bovina, que contenha todos os nutrientes necessário para o animal. Este deve ser o diferencial competitivo desse produto, destinado a fase principal de engorda. Segundo Connan, os melhores ingredientes

para compor as rações são: farelo de soja, milho integral moído, sal comum e ureia pecuária. Foram obtidos dados satisfatórios neste estudo como o retorno dos investimentos em pouco mais de 4 anos.

Conclusão

O estudo, apesar de ainda não finalizado, aponta viabilidade econômica. O setor é promissor e tende a se expandir, abrindo mercado para o segmento em foco.

Referências Bibliográficas

FREZZATI, FABIO. Gestão da Viabilidade Econômico-Financeira dos projetos de investimento. São Paulo: Atlas. 2008 <https://sindiracoes.org.br/mercado-racao-animal-e-perspectivas-2022/> <https://cnabrazil.org.br/noticias/cna-analisa-cenario-do-mercado-de-proteina-animal> [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31722-ppm-2020-rebanho-bovino-crece-1-5-e-chega-a-218-2-milhoes-de-cabecas#:~:text=Em 2020, o rebanho bovino,, somando 52,4 milhÃµes.](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31722-ppm-2020-rebanho-bovino-crece-1-5-e-chega-a-218-2-milhoes-de-cabecas#:~:text=Em%2020,%20o%20rebanho%20bovino,%20somando%2052,4%20milh%C3%A7es.) <https://www.girodobo.com.br/noticias/diferencas-entre-confinamento-semiconfinamento-e-terminacao-intensiva-a-pasto/> [https://diariodocomercio.com.br/agronegocio/demanda-da-china-eleva-confinamento-no-pais/#:~:text=Em 2021, foram abatidos 27,bovinos foram terminados em confinamento](https://diariodocomercio.com.br/agronegocio/demanda-da-china-eleva-confinamento-no-pais/#:~:text=Em%2021,%20foram%20abatidos%2027,%20bovinos%20foram%20terminados%20em%20confinamento) <https://fonts.googleapis.com/css?family=Lato:300,400,700,900&display=swap> https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2380/epp_2022_1tri.pdf

Palavras-Chave: Viabilidade. Econômico. Metodologia. Plano de Negócio. Investimento

ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA DE UMA FÁBRICA DE PAÇOCAS DO TIPO ROLHA NO MUNICÍPIO DE ADAMANTINA – SP EM 2022

Milena Silva Barbosa

Letícia Borro

Giovanna Carneiro Tonial

Isabelle Aparecida Barbosa Garcia

Rogério Buchala

Centro Universitário de Adamantina

20219@fai.com.br

Introdução

O amendoim é o ingrediente mais importante do doce Paçoca, uma leguminosa rica em proteínas, óleo vegetal e vitamina, em especial a vitamina E (Ramos e Barros, 2014). Nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste do Brasil este é plantado geralmente entre os meses de setembro e novembro, quando há umidade suficiente do solo (artigo de Silvana Teixeira). O ciclo da planta ocorre entre 130 e 150 dias e então a colheita é realizada de forma mecânica. Em geral, o alimento é colhido no outono, quando suas folhas começam a amarelar (artigo de Alana Duarte). O principal produto derivado dessa leguminosa, conhecido popularmente é a paçoca, doce tradicional brasileiro feito à base de amendoim e açúcar. A paçoca tradicional é um dos doces mais consumidos no Brasil, este caiu no gosto de todos e em determinadas épocas do ano seu consumo é ainda maior, como nas tradicionais festas juninas. Dados apontam que nessa época do ano a paçoca tem um aumento de 15% nas produções e vendas nas indústrias de alimentos. Só o estado de São Paulo é responsável pela produção de 80%, localizado, principalmente nas seguintes cidades: Jaboticabal, Presidente Prudente, Tupã, Marília, Barretos, São José do Rio Preto, Assis, Lins, Catanduva e Ribeirão Preto. Portanto, analisou-se a viabilidade econômica e financeira de uma fábrica de paçoca em Adamantina, considerando que o empreendimento não requer um alto montante de capital e a região é propícia para o negócio, pois além de matéria prima próxima, existe um número gran-

de de pessoas que detém know how deste segmento.

Material e Métodos

Para a realização do presente estudo, no primeiro momento, foi realizada a escolha do tema e, posteriormente foram produzidas pesquisas bibliográficas e a partir deste levantamento teórico, construiu-se uma pesquisa quantitativa de mercado para quantificar o consumo de paçocas. Posteriormente foram elaboradas planilhas de indicadores financeiros no software Excel incluindo as estimativas de custos da produção. Também foram estimados os tributos, a receita e despesas considerando 50% da capacidade produtiva instalada, por motivos mercadológicos. Para concluir o estudo, foi calculado e analisado a viabilidade econômica e financeira por meio dos índices financeiros: Payback, Índice de Rentabilidade, Taxa Interna de Retorno (TIR), Valor Presente Líquido (VPL), DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) e DFC (Demonstração do Fluxo de Caixa).

Resultados e Discussão

Primeiramente foram segregados os custos de produção em custos fixos e variáveis e apurada a receita. Foram projetados os custos anuais de R\$ 448.395,60 para os custos fixos e R\$ 947.075,45 para os custos variáveis. Projetou-se uma receita anual inicial de R\$ 1.597.200,00, operando com 50% da capacidade de produção, com o intuito de demonstrar a realidade mercadológica deste

empreendimento. A fim de manter a segurança do negócio calculou-se o ponto de equilíbrio, com a finalidade de evidenciar, em termos quantitativos, qual é o volume de receita é necessária para que a empresa consiga pagar todos os custos fixos. O resultado do Payback foi de 3,96 anos. Os demais índices necessários a conclusão do trabalho, como IR – Índice de Rentabilidade, TIR – Taxa Interna de Retorno e Valor Presente Líquido, ainda serão finalizados.

Conclusão

Portanto, ao analisar os cálculos até então efetuados, a atividade de industrialização do amendoim, com a fabricação de paçocas, mostra-se viável, o que será confirmado com o término do trabalho.

Referências Bibliográficas

ALVES, L. dos S. Taxa Interna De Retorno: Uma Demonstração Matemática E Sua Aplicação Em Matemática Financeira Vía Interpolação Polinomial. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto Federal da Paraíba, Guarabira, 2015. BARBIERI, J. C.; ÁLVARES, A. C. T.; MACHLINE, C. Taxa interna de retorno: controvérsias e interpretações. Revista Gestão da Produção Operações e Sistemas, v. 5, out. 2007. EL−TAHIR, Y.; EL−OTAIBI, D. Internal rate of return: A suggested alternative formula and its macro−economics implications. Journal of American Science, v. 10, n. 11, p. 216–221, 2014. GRECO, Alvisio. Contabilidade - Teoria e Prática Básicas, 4ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. LEONE, George Sebastião Guerra; LEONE, Rodrigo José Guerra. Curso de contabilidade de custos. 4. Ed. SÃO PAULO: EDITORA ATLAS S.A., 2010. MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. São Paulo: Atlas, 2018. PADOVEZE, Clóvis L. Controladoria Estratégica e Operacional – 2º Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009. PEREIRA, W. A.; ALMEIDA, L. da S. Método manual para cálculo da taxa interna de retorno. Revista Objetiva, n. 4, 2008. SILVA, Raimundo Nonato Sousa. LINS, Luiz dos Santos. Gestão de Custos Contabilidade, Controle e Análise, 3ª Edição, Editora Atlas, São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://yubb.com.br/artigos/acoes/tir-taxa-interna-de-retorno-entenda-esse-indicador>>. Acesso em: 29 de ago. de 2022. Disponível em: <<https://capitalresearch.com.br/blog/taxa-minima-de-atratividade-o-que-e-e-como-calcular-nos-investimentos/>>. Acesso em: 29 de ago. de 2022. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/guias/taxa-selic/>>. Acesso em: 29 de ago. de 2022.

Palavras-Chave: Amendoim. Paçoca. Viabilidade Econômica. Custos. Índices Financeiros

ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO E FINANCEIRO DA IMPLANTAÇÃO DE UMA STARTUP PRESTADORA DE SERVIÇOS, NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL, VIA APLICATIVO DE CELULARES, NA CIDADE DE ADAMANTINA/SP

Abigail Fernanda Jordani

Rogério Buchala

Centro Universitário de Adamantina

abigailjordani@gmail.com

Introdução

O setor de serviços é o que mais cresce no Brasil, e apesar da grande oferta, o cliente possui dificuldades em contratar serviços de reparos domésticos. Alavancados pelo uso de smartphones, a utilização de aplicativos abrange um novo segmento de mercado, uma vez que o aproveitamento desta tecnologia se tornou algo orgânico e de uso diário por quase todos os cidadãos. Dessa forma, com o crescimento constante da construção civil, e o nicho de mercado identificado, surge a proposta de um novo modelo de negócio através do uso de um aplicativo para reparos domésticos neste setor. Assim, o cliente consegue solicitar reparos a serem realizados de forma imediata ou com horário agendado, respeitando suas agendas profissionais e pessoais. Estudos apontam a eficácia e viabilidade de aplicativos voltados para a prestação de serviços, sendo um deles o desenvolvimento de app para divulgação de serviços autônomos (LEITE, 2016). Os demais abordam a criação aplicativos para solicitação de reparos domésticos, com foco na localização geográfica (KAWASANI, 2017; DHARANI, 2018). Assim, o estudo visa analisar a viabilidade econômico e financeiro da implantação de uma startup prestadora de serviços no ramo da construção civil, via app; e também identificar os investimentos necessários, determinar os tipos de serviços a serem oferecidos e seus preços, prever custos fixos e variáveis, e por fim, avaliar a viabilidade através de indicadores como índice de rentabilidade, payback, valor presente líquido e taxa interna de retorno.

Material e Métodos

O presente estudo pode ser categorizado quanto aos objetivos, procedimentos, natureza e abordagem. No que se refere aos objetivos, é exploratória, pois busca aprofundar os conhecimentos aplicados ao objeto de estudo. Quanto aos procedimentos, é pesquisa experimental, uma vez que analisa variáveis relacionadas ao objeto de estudo, com a finalidade de apresentar a hipótese de viabilidade proposta pela autora. Em respeito à natureza, classifica-se como aplicada, pois é movida por motivos comerciais voltados para a necessidade de mercado. Quanto à abordagem, é pesquisa quantitativa, com coleta de dados realizada no período de março a junho de 2022, na cidade de Adamantina/SP. As tabulações foram organizadas em planilhas do excel e compõem cronograma financeiro de investimentos, financiamento pretendido, usos e fontes, estrutura de custos fixos e variáveis, estimativa de vendas e tributos, e indicadores para análise de viabilidade econômica. Por fim, foi estipulado a capacidade total da prestação de serviço da empresa e o percentil real utilizado para o estudo, a fim de que fosse possível gerar dados a respeito de estimativa de vendas e tributos.

Resultados e Discussão

Analisados os dados da cidade em que serão inseridos, como sua localização em relação a grandes centros urbanos, número de habitantes, imóveis prediais e territoriais, bem como o número de empresas ou prestadores de serviço inscritos sobre o CNAE, Classificação Nacional de Atividades Econômicas, que engloba serviços da

construção civil. A partir dessas informações, estipulou-se uma média de reparos mensais que correspondem a 2,8% dos 14.171 imóveis prediais existentes no município. Por fim, determinou-se os serviços a serem realizados, baseando sua quantidade em seu índice de recorrência, bem como seus valores a serem cobrados. Identificou-se os equipamentos, veículos, móveis, utensílios e sede necessários para o funcionamento da startup, bem como estimativa dos custos operacionais. O sistema de atendimento da empresa consiste no cliente solicitar reparos via aplicativo, sendo encaminhado notificação ao prestador de serviço ou colaborador contratado, para que os mesmos possam atender a demanda. O pagamento do serviço é feito integralmente via aplicativo, sendo repassado ao prestador de serviço o valor correspondente, abatendo a comissão retida pela empresa. No caso de colaborador contratado, o mesmo recebe seu salário mensalmente, com base no piso da categoria. Dessa forma, com detalhes relacionados ao modelo de negócio e dados coletados previamente, abordou-se informações como capacidade total de prestação de serviços, bem como o percentil real utilizado para o estudo, detalhes sobre financiamento de vendas, emissão de notas e tributos acarretados. Por fim, descreveu-se os indicadores utilizados para a análise de viabilidade econômico e financeiro, que inclui capital de giro, ponto de equilíbrio, margem de segurança, demonstração do resultado do exercício, índice de rentabilidade, payback, fluxo de caixa, valor presente líquido e taxa interna de retorno. Como apontou Brealey (2013), a TIR é um dos

principais indicadores em uma análise de viabilidade, pois reflete a qualidade do investimento. Segundo Ross (2013), através das projeções de retorno, é possível indicar se esse investimento vai ou não valorizar seu dinheiro ao longo do tempo. Para Costa (2011), o IR informa a rentabilidade do projeto. Inclui também, informações a respeito de investimentos fixos, financeiros e gastos preliminares. A partir desses dados, juntamente com o lucro líquido médio, é possível estipular o retorno financeiro que a empresa é capaz de gerar. Segundo Brealey (2013), o VPL é utilizado para avaliar a lucratividade do investimento proposto, pois ao considerar a valorização do capital, é possível analisar o ganho real desse investimento no período analisado. Por meio dos resultados obtidos por esses indicadores, os mesmos foram analisados individualmente e no contexto do objeto de estudo como um todo, a fim de que fosse possível provar a viabilidade do negócio proposto.

Conclusão

Com os critérios de avaliação e indicadores utilizados, como Taxa Interna de Retorno de 132,61%, Índice de Rentabilidade de 222% e o Valor Presente Líquido de R\$2.360.652,70, o modelo de negócio proposto é viável economicamente, apresentou rentabilidade superior as oferecidas pelo mercado financeiro, além de ser um segmento com grande potencial de mercado, uma vez que é um setor é inexplorado possuindo alta demanda pelos serviços.

Referências Bibliográficas

- ABES. Estudo mercado brasileiro de Software – Panorama e tendências 2022, elaborado em parceria com a IDC, 2021. Disponível em: < <https://abessoftware.com.br/dados-do-setor/>>. Acesso em 10 de maio de 2022. BREALEY, R. A.; et al. In: Richard A. Brealey, Planejamento financeiro e gestão do capital de giro. Princípios de Finanças Corporativas. Porto Alegre: AMGH Editora LTDA, 2013. p. 93-97; 99-107; 118-121; 286; 655-657; 705-730. CBIC, Agência. Construção civil: desempenho 2021 e cenário para 2022, dezembro 2021. Disponível em: <<https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2021/12/construcao-civil-desempenho-2021-e-cenarios-2022.pdf>>. Acesso em 15 de maio de 2022. COSTA, L. G. Tinoco Aboim, et al. In: Luiz Guilherme Tinoco Aboim Costa, Análise de desempenho econômico. Análise econômico-financeira de empresas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 83-95. DHARANI, K. et al. Renovate-It: A geo-based technical professional hiring system for repairing and maintenance services. In: 2018 International Conference on Computing, Mathematics and Engineering Technologies (iCoMET). IEEE, 2018. p. 1-9. Disponível em: <<https://ieeexplore.ieee.org/abstract/document/8346318>>. Acesso em 09 de maio de 2022. GUIMARÃES NETO, O. In: Oscar Guimarães Neto, O ponto de equilíbrio. Análise de Custos. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008. p. 95-117. KASAMANI, B. S.; GIKUNDI, D. A Location-Based Service for Handyman Order Placement. Journal of Systems Integration, 2017. Acesso em 21 de março de 2022. KLARMAN, S. A. In: Seth A. Klarman, Value Investing: The Importance of a Margin of Safety. Margin of Safety. Risk-Averse Value Investing Strategies For The Thoughtful Investor. Estados Unidos da América: HarperBusiness, 1991. p. 113-131. LEITE, F. Nascimento. Plataforma gerenciadora de prestação de serviços. In: ACERVO DIGITAL DA UFPR, 2016. Acesso em 09 de maio de 2022. MANEESH REDDY, K., et al. An app-based System for Construction Related Home Services in Urban Areas. Annals of the Romanian Society for Cell Biology, [S.l.], p.16325-16335, 2021. Disponível em: <<https://www.annalsofrscb.ro/index.php/journal/article/view/5374>>. Acesso em 21 de março de 2022. MENDES, Jônatas Veloso et al. Plano de negócio para o "AGENDA XPET APP": uma proposta para um aplicativo de agendamento de serviços de Pet Shop. 2021. In: Repositório UFMG, 2021. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/37383>>. Acesso em 15 de maio de 2022. OLIVEIRA, G.H.M.; SOUZA, L.S.de. Plano

de viabilidade econômica de um aplicativo de caronas universitárias. In: Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (RIUT), 2019. Acesso em 09 de maio de 2022. PEREIRA, D. G.; FONTÃO, H.; LOPES, E. M. Estudo de viabilidade de um aplicativo de serviços autônomos. Revista de Pesquisa Aplicada e Tecnologia (REPATEC), v. 3, n. 05, p. 22-36, 2021. Disponível em: <<http://www.repatec.com.br/index.php/periodico/article/view/29>>. Acesso em 09 de maio de 2022 RIBEIRO, Marcel. Você sabe a importância da tecnologia na construção civil? 2017. Disponível em: <<https://maiscontroleerp.com.br/tecnologia-na-construcao-civil/>>. Acesso em 21 de março de 2022. ROSS, S. A.; et al. In: Stephen A. Ross, Valor Presente Líquido e Outros Critérios de Investimento. Fundamentos de Administração Financeira. Porto Alegre: AMGH Editora LTDA, 2013. p. 281-285; 286-289; 394-301; 321-322. ROSSONI, Morgana. Estudo de viabilidade de um aplicativo de smartphones para atendimento em bares e restaurantes. In: Repositório UCS, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ucs.br/11338/5666>>. Acesso em 09 de maio de 2022.

Palavras-Chave: Viabilidade Econômica E Financ. Prestação de Serviços No Ramo . Startup. Aplicativo de Serviços

ESTUDO SOBRE A VISÃO EFICIÊNCIA VERSUS EFICÁCIA NO CONTEXTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR RESULTADO

Gabriele de Jesus Neves
Abigail Fernanda Jordani
Lissa Cristini Santore Ozelim
Reinaldo de Oliveira Nocchi
Centro Universitário de Adamantina
93519@fai.com.br

Introdução

A visão eficiência versus eficácia no contexto da administração pública por resultado é avaliada na relação dos custos e benefícios, onde a eficiência diz respeito em saber como algo aconteceu, e a eficácia, o que aconteceu. A eficácia, portanto, se classifica como medida normativa do alcance dos resultados, enquanto a eficiência é medida normativa da utilização dos recursos. Cada vez mais a sociedade vem demonstrando mais interesse pelas atividades desenvolvidas pelo governo, a fim de garantir que suas necessidades sejam sanadas, além de verificar como são aplicados os recursos captados, através da contribuição dos seus impostos, cabendo ao gestor público executar os projetos de maneira eficiente, eficaz e transparente, visando o bem comum à sociedade. Desde a aplicação do artigo 37 da CF/1988, esse princípio da eficiência está cada vez mais presente na administração pública. Pois este princípio exige a prestação de serviços governamentais com qualidade, regularidade, transparência e segurança na utilização dos recursos públicos. (Brasil, 1988) Cada organização deve ser considerada sob o ponto de vista de eficácia e eficiência, quando de forma utópica, são aplicadas simultaneamente adquire-se o padrão de excelência. (CHIAVENATO, 2011) Este estudo busca aperfeiçoar conhecimentos no que diz respeito à visão da eficiência e eficácia, no contexto da administração pública por resultado, apresentar definição dos termos, avaliar sua aplicação na administração pública, mostrar sua importância na gestão pública por resultados e discorrer sobre sua relação com o cenário atual da administração pública.

Material e Métodos

O presente estudo pode ser categorizado quanto a sua natureza, abordagem do problema, objetivos e procedimentos. No que diz respeito à natureza, classifica-se como básica, uma vez que tem como objetivo gerar conhecimentos sem aplicação prática. Quanto a abordagem do problema e objetivos, a pesquisa é qualitativa pois interpreta e analisa os fenômenos de forma exploratória e subjetiva. Por fim, em relação aos procedimentos, é pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que a construção do estudo foi baseada em artigos e colunas publicadas sobre o tema abordado. A pesquisa foi realizada levando em consideração um período temporal de 15 anos, utilizando o banco de dados Google e Google Acadêmico, com palavras-chaves: administração pública por resultado, eficiência, eficácia, gestão pública. Por meio das informações obtidas a partir dessas pesquisas, e análise do contexto da administração pública atual, foi sintetizado diretrizes de estudo no que diz respeito ao conceito, objetivos, aplicação e conclusões sobre o tema.

Resultados e Discussão

Analisando a visão da eficiência e eficácia no contexto da administração pública, foi possível verificar que nos últimos anos, o modelo de gestão pública progrediu visando alcançar resultados mais eficazes. A administração pública passou a descobrir um novo ambiente global, novas demandas sociais, tecnologias e novos conceitos de desenvolvimento de projetos onde foi obrigada a adaptar-se aos novos tempos, seguindo a

tendência de outros governos. Diferem-se eficiência e eficácia na gestão pública como responsáveis pelo desenvolvimento social que atinge diretamente a sociedade, agravando melhorias dos serviços públicos prestados pelo governo. Ambas são fundamentais para o planejamento e execução dos projetos pelos meios legais, de maneira transparente e permitindo que a sociedade participe e acompanhe desde o gerenciamento até a execução das políticas públicas, fazendo com que sempre busquem o bem comum. De acordo com o artigo 37 da Constituição Federal, os princípios norteadores da administração pública incluem os princípios de eficiência, que exige sábia execução dos serviços e uso dos bens públicos no interesse da população, por meio de uma administração democrática e eficaz. Considerando que na administração pública o resultado positivo consiste no nível de satisfação do usuário ao receber o serviço, esse deve ser o alicerce para o planejamento tático e operacional, sem priorizar apenas números em detrimento da qualidade. (BRASIL,1988) Ao fornecer serviços públicos, financiamento de projetos, investimentos, a obtenção de resultados positivos por meio dessas ações, em conjunto com outros fatores, é possível concluir com eficiência e eficácia a atuação da administração pública

tendo como foco os resultados. Essa união perfeita entre a eficiência e eficácia em torno de um resultado desejado é atingida quando se utiliza o mínimo de recursos possíveis, para cumprir a finalidade pretendida, evitando desperdícios, e assim, maximizando resultados positivos. Com ênfase no impacto que a medida proporcionada pelo resultado gerou, a partir de mudanças no contexto em que está inserido, essa união é chamada de efetividade. Dessa forma, a efetividade é otimização, pois há preocupação tanto com os resultados (eficácia), como com os meios (eficiência) que são utilizados para atingir os objetivos estabelecidos (resultado). Assim, a efetividade é fator determinante na visão da eficiência e eficácia, uma vez que proporciona equilíbrio entre os fatores, buscando a excelência na gestão pública por resultado.

Conclusão

Assim, a administração pública deve sempre seguir de acordo com o interesse dos cidadãos. O gestor encontrará diversas dificuldades na execução de seus projetos, e se tratando de administração pública, deverá sempre agir com eficácia e eficiência, visto que a sociedade está cada vez mais atuante no exercício da cidadania.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/155571402/constituicao-federal-constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988>. Acesso em: 01/09/2022
CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração / Idalberto Chiavenato — 8. Ed. — Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Pág 155. Disponível em: <https://redeprocurcos.com.br/docs/T%C3%A0%CNICO%20EM%20ADMINISTRA%C3%A7%C3%A3O/M%C3%A0dulo%20teoria-geral-da-administracao-chiavenato.pdf>. Acesso em: 04/09/2022

Palavras-Chave: Eficiência. Eficácia . Administração Pública. Governança. Gestão Por Resultados.

ESTUPRO DE VULNERÁVEL NO ÂMBITO FAMILIAR: A INEFICÁCIA DA LEI QUANTO AO ABUSO SEXUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO LAR

Maria do Sacramento Castro e Silva Neta
Eliana Kátia Pupim, José Luis Junqueira de Andrade Filho
Faculdade de Direito da Alta Paulista
mariahcastro38@gmail.com

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo abordar o crime de estupro de vulnerável no âmbito familiar, mais especificamente, o abuso sexual contra a criança e ao adolescente dentro do lar, demonstrando sua dificuldade para denunciá-lo, deixando clara a vulnerabilidade do menor, devido ao abuso partir de pessoas, que este cresceu acreditando que deveriam protegê-lo, expressando o desamparo psíquico e moral do menor. Inicialmente, o presente trabalho diferenciará o que é o crime de estupro dentro do Código Penal, e porque esse tipificou o crime quando envolver vulneráveis. Posteriormente, será expressado o descuido que o legislador teve em não tornar o estupro do menor, quando cometido por familiares, motivo agravante, tipificando este, fazendo com que, consequentemente, se torne causa de aumento de pena. Nesse tópico será abordado a ineficácia da lei, e suas falhas, uma vez que essa deixou lacunas em aberto, desamparando o menor. Em seguida, relatará sobre a negligência familiar e demonstrará como essa é uma das principais dificuldades para a denúncia do crime, visto que um dos critérios para um menor apresentar denúncia, é que esse esteja assistido pelo seu representante legal. Por fim, expressará os aspectos culturais e religiosos, no Brasil e no mundo em relação ao abuso sexual do menor, seguido dos aspectos de como funciona o exame de corpo de delito, quando o crime deixa vestígios, possibilitando a sua denúncia, e na ausência de vestígios, como é recolhida a prova testemunhal.

Material e Métodos

O trabalho a seguir exposto tem como objetivo discorrer sobre o crime de estupro de vulnerável, para alcançar o objetivo proposto, a metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, utilizando os conceitos Estupro, Vulnerável, Âmbito familiar, abuso Sexual, Lei ineficaz, nas bases de dados em livros e artigos científicos. Trata-se de uma pesquisa de motivação aplicada, que através dos fatos expostos, a intenção é que mais venha ser falado até que o legislador opere, alterando e dando a devida importância para a gravidade do caso. Ainda, diz respeito a uma pesquisa que possui como método pesquisas bibliográficas, a qual foi usada doutrinas na área de Direito Penal e o expresso Código Penal para expor do que se trata o crime. O fornecimento doutrinário veio da Minha Biblioteca, que possibilitou uma pesquisa eficaz e rápida. Foi utilizada ainda a Constituição Federal e o ECA (Estatuto da Criança e do adolescente) para relatar a importância da proteção da criança e do adolescente no Brasil. Foi usado o banco de dados da Scielo, que através das palavras chaves supracitadas, possibilitou uma abrangência sobre o tema, possibilitou um enriquecimento de conhecimentos, que possibilitaram um aperfeiçoamento no artigo aqui exposto. Tem como objetivo explorar e alertar o meio social sobre o abuso sexual contra o menor, evidenciando que o cenário mais recorrente para o estupro é o próprio lar da criança e do adolescente. Foi usado os mais elaborados dados e doutrinas para a sua melhor desenvoltura, o qual possui objetivos exploratório.

Resultados e Discussão

Tratando-se do tema estupro da criança e do adolescente dentro do lar, mediante pesquisa no banco de dados da SciELO-Brasil obteve-se 98 resultados, a partir da pesquisa pelas palavras chave (Estupro- Vulnerável- Abuso sexual- Criança- Lei ineficaz), destes, somente 6 trabalhos foram utilizados para elaboração do artigo científico discutido. Conforme já ponderado, ao analisar outros artigos semelhantes sobre o tema, foi notório observar que a criança e o adolescente não se encontram seguros âmbito familiar, conforme já evidenciado, visto que “[...] grande parte das violências sexuais em crianças e adolescentes ocorreram dentro de casa, tendo o pai como autor.” (PLANTT, Vanessa. Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências. *Ciência & Saúde Coletiva*. Abril, 2018, v. 23, n. 4 pp. 1019-1031. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018234.11362016>>. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018234.11362016>. Acessado em: 7 de setembro de 2022]). Outrossim, no Brasil o número de abuso em menores cresce descomedidamente, embora o ECA disponha em seus artigos sobre a importância de proteger a criança e o adolescente, e como cabe a sociedade e família garantir a devida proteção, é evidente o quanto a sociedade e a lei que deveria resguardar esses direitos apresenta-se falha nos dias atuais, pois “[...] a maioria de casos de abuso sexual ocorrem em meninas entre 5 e 10 anos [...]” (PLANTT, Vanessa et al. Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. Abril, 2018, v. 23, n. 4, pp. 1019-1031. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018234.11362016>>. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018234.11362016>. Aces-

sado 7 de Setembro de 2022). Na plataforma Minha Biblioteca, três doutrinas foram utilizadas, para que haver um aprofundamento jurídico sobre o tema. Ao que se trata da problemática, que ergue a questão, se a criança e ou adolescente se sentem amparados pela lei, quando estuprados dentro do próprio lar, é visível o descuido que o legislador teve, já que esse deixou uma lacuna em aberto, não arguindo a hipótese do estupro ocorrer dentro do próprio lar, notoriamente a lei acaba penalizando o autor do crime, que apresenta-se como ente familiar, de maneira análogo ao autor que pratica o crime ser ter vínculos. Não colocando o fato de ligação sanguínea como agravante de pena, nos crimes para o autor familiar “A sanção cominada possui patamar mínimo [...]” (ESTEFAM, André Araújo L. *Direito Penal - Vol. 2*. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. 9786555596564. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596564/>. Acesso em: 07 set. 2022. Diante de todas as pesquisas realizadas, pode-se notar a suma importância da discussão do tema, visto que os números só tendem a crescer, deixando o Brasil cada vez mais no topo das pesquisas entre os países que mais tem crianças e adolescentes abusados.

Conclusão

Em vista dos fatos, é notório que por mais desenvolvido que pareça ser nossas leis, estas ainda possuem lacunas que deverão ser corrigidas e preenchidas. Conclui-se ainda, que a criança e o adolescente não se encontram protegidos dentro dos seus lares, devendo-se criar um alerta na sociedade sobre o crime.

Referências Bibliográficas

ESTEFAM, André Araújo L. *Direito Penal - Vol. 2*. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2022. E-book. 9786555596564. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596564/>. Acesso em: 07 set. 2022. PLANTT, Vanessa Borges et al. Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2018, v. 23, n. 4 [Acessado 7 Setembro 2022], pp. 1019-1031. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018234.11362016>>. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018234.11362016>. ESTEFAM, André. *Direito Penal Contemporâneo*. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2022. E-book. 9786555597486. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597486/>. Acesso em: 07 set. 2022.

Palavras-Chave: Estupro. Vulnerável. Abuso Sexual. Criança. Lei Ineficaz

EXCELÊNCIA NA GOVERNANÇA PÚBLICA

José Carlos Dias de Lima
Matheus Gabriel Capaldi Iorino
Hugo Alberto Rombalde
Reinaldo de Oliveira Nocchi
Centro Universitário de Adamantina
90319@fai.com.br

Introdução

A Gestão Pública passa por inúmeros desafios na atualidade, a crescente crise econômica dificulta o exercício das funções de distribuição e estabilizadora do Estado, o aumento da demanda por serviços públicos e a diminuição arrecadatória obrigam as organizações a efetuar mudanças na gestão e impõem desafios à governabilidade. A Administração Pública é alvo de muitas críticas, que vão desde a estrutura excessiva, ocorrendo pela falta de profissionalismo e qualidade baixa dos serviços oferecidos, altos custos de manutenção e funcionamento, pouca participação social, até os insatisfatórios resultados apresentados por instituições públicas dos três poderes: executivo, legislativo e judiciário. A qualidade poderá ser alcançada pelo serviço público, através da gestão estratégica com foco na aptidão, um governo empreendedor que atue em rede, com o acompanhamento dos indicadores de desempenho e a promoção do efetivo controle social. As organizações públicas devem analisar a implementação das ferramentas de gestão da qualidade nos processos gerenciais, bem como desenvolver um planejamento estratégico voltado para atendimento de qualidade ao usuário do serviço público. Os objetivos deste trabalho são descrever e explorar de que maneira a busca da excelência na gestão pública, pode contribuir para a qualidade de vida da população. O objetivo exploratório busca maior familiaridade com o problema e o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

Material e Métodos

Este trabalho estudará uma proposta de modelo para Implementação de Governança em Ins-

tituições Públicas, como instrumento de planejamento e desenvolvimento. Prevaecem neste campo o levantamento bibliográfico, entrevistas com quem possui experiências relacionadas ao problema pesquisado, e análise de exemplos que facilitem a compreensão. A implantação de ferramentas da qualidade visa dar suporte à tomada de decisões, à resolução de problemas e a priorização de ações, a escolha das ferramentas pela organização pública leva em consideração a finalidade do uso, os custos da implementação, a manutenção, a flexibilidade e o atendimento das necessidades do cidadão. Para a International Federation of Accountants (IFAC), o objetivo principal das entidades do setor público é alcançar os resultados pretendidos para manter ou atender com qualidade e bem-estar os cidadãos. As partes interessadas nas instituições públicas, por sua vez, “estão de olho” nas entregas e nos resultados, e se isto foi feito de maneira eficiente, equitativa e eficaz.

Resultados e Discussão

O Modelo de Excelência em Gestão Pública, foi concebido a partir da premissa de que a administração pública tem que ser excelente, sem deixar de considerar as particularidades inerentes à sua natureza pública, adaptando o modelo privado à esfera pública, tendo em vista as diferenças entre os tipos de gestão. A adoção de práticas de excelência em gestão com o objetivo de melhorar o desempenho e a qualidade da gestão pública, visa aumentar a eficiência, a eficácia e a qualidade dos serviços prestados, pelos entes públicos. Os critérios de gestão do negócio são os mesmos da iniciativa privada, com exceção do critério clientes que é substituído pelo cidadão. O conteúdo dos critérios desse

modelo foi adaptado às especificidades da administração pública. O enfoque refere-se ao nível, a aplicação analisa se a prática é implementada por toda a organização ou apenas por uma área, o aprendizado refere-se ao grau em que os processos são aperfeiçoados e a integração observa se as práticas estão coerentes com a estratégia da organização e se há colaboração de outras áreas para a sua implementação. Visando auxiliar o gestor público na compreensão desse tema, conceitua-se a Governança aplicada aos órgãos e entidades públicas, ou seja, a Governança Organizacional Pública, como o sistema que, em harmonia com as normas e princípios vigentes e preservando o interesse público-social, assegura às partes interessadas o governo e o direcionamento estratégico da sua instituição, o monitoramento e controle do desempenho da administração, o gerenciamento dos riscos, a busca e avaliação dos resultados, a garantia de transparência, e a responsabilização dos agentes com poder de decisão, é importante compreender que a Governança Organizacional pública é semelhante, porém não é a mesma da iniciativa privada; para tal a Governança corporativa privada foi adaptada às particularidades dos órgãos e

entidades públicas, em especial ao interesse público-social, denominando-se Governança Organizacional pública. A Governança deve assegurar o “governo estratégico”; ela não trata apenas de estabelecer requisitos para o bom funcionamento e controle das organizações. Esse “governo estratégico” também assegura que as partes interessadas tenham voz e vez, que a estrutura, recursos e competências sejam adequados e suficientes, que os serviços atendam às necessidades dos cidadãos, e que os resultados sejam satisfatórios para a maioria das partes interessadas.

Conclusão

A Governança organizacional em entidades públicas veio para ficar; no entanto, mero discurso de sua implementação, desacompanhado das práticas, distorce o papel da Governança de se guiar pelo interesse público e focar em resultados que atendam aos usuários e às partes interessadas, de forma a melhorar o bem-estar dos cidadãos.

Referências Bibliográficas

JUNIOR, David Cutrim Aragão. Excelência Na Gestão Pública: Gestão Da Qualidade No Serviço Público. 2016. PALUDO, Augustinho V.; OLIVEIRA, Antonio G. Governança Organizacional pública e planejamento estratégico. Editora Foco. PALUDO, Augustinho Vicente et al. Governança aplicada ao setor público como instrumento de planejamento e desenvolvimento: proposta de modelo para implementação. 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Palavras-Chave: Excelência. Gestão. Serviços Públicos. Ensino. Governança

EXPLORANDO COMO OS MECANISMOS DE SENTIMENTOS MORAIS DOS CONSUMIDORES ATENUAM O COMPORTAMENTO DE SHOWROOMING: UM ENSAIO TEÓRICO

Matheus Gonçalves

Everton Verga

Centro Universitário de Adamantina

matheusgonsalves125@hotmail.com

Introdução

Showrooming refere-se a consumidores que visitam uma loja de varejo offline para coletar informações, mas fazem sua compra online em um varejista concorrente (GENSLER et al., 2017). Sendo assim, esse comportamento prejudica consideravelmente o desempenho dos varejistas físicos (RAPP et al., 2015), nesse sentido, duas correntes de pesquisa desconexas buscam entender como mitigar os efeitos do showrooming para lojas físicas de varejo. Embora esses estudos anteriores tenham proporcionado um avanço na compreensão do que varejistas e vendedores podem fazer para mudar o comportamento de showroom do cliente e converter a venda, duas lacunas ainda precisam ser abordadas. Primeiro, estudar a percepção de moralidade dos consumidores em relação ao comportamento de showrooming, considerando as crenças morais pessoais e das normas convencionais compreendendo julgamentos do que é, em última análise, “certo” e “errado” (LUTTRELL; PETTY, 2021). Em segundo lugar, ainda sabemos pouco sobre como as estratégias de varejo, como ajustes na abordagem do vendedor (por exemplo, RAPP et al., 2015), podem desencadear um julgamento moral no consumidor em relação ao comportamento de showrooming. Resolver essa lacuna é importante, enquanto a tecnologia alterou drasticamente a tomada de decisão do consumidor (SOLOMON, 2019), a pesquisa sobre comportamento ético do consumidor não acompanhou o ritmo (FUKUKAWA; ENNEW, 2010). Assim, é necessário investigar fatores subjacentes, como a percepção de moralidade do consumidor, desse modo o que se levanta como questão é se bom atendimento do vendedor pode influenciar a in-

tenção de compra na loja física ao desencadear um julgamento moral sobre o comportamento do showrooming.

Material e Métodos

Sendo assim, considerando a questão apresentada torna-se relevante um levantamento teórico sobre o que a literatura discute sobre esse contexto, desse modo o método aplicado foi o levantamento bibliográfico, ou prospecção da informação para fins técnicos-científicos. Galvão (2010) destaca que elaboração do levantamento bibliográfico deve estar fortemente relacionada à especificação do tema da pesquisa científica a ser realizada. Nesse caminho a revisão da literatura discutida, que foi o elo condutor para a construção da proposta nesta pesquisa, com a finalidade de analisar se o bom atendimento do vendedor pode influenciar a intenção de compra na loja física ao desencadear um julgamento moral sobre o comportamento do showrooming. Considerando o método do levantamento bibliográfico, o termo norteador para o levantamento foi showrooming, a partir do artigo *The showrooming phenomenon: its more than just about price*. *Journal of Interactive Marketing*, a partir desse ponto foram identificados outros trabalhos disponibilizados em diversas bases de dados como a da Base Capes, Pergamum, entre outras. Como descrito por Galvão (2010) a ideia do levantamento bibliográfico não é encontrar milhões de textos sobre um conceito genérico, mas encontrar informação precisa e relevante relacionada a um tema de pesquisa, em quantidade razoável a fim de que possa ser lida e analisada durante parte do tempo de realização de uma pesquisa. Foram selecionados 30 trabalhos

que abordam o tema que sustentaram a versão final da pesquisa.

Resultados e Discussão

Levando em com a proposta apresentada o que se descreve neste tópico e a sustentação teórica para uma pesquisa em desenvolvimento considerando o comportamento do showrooming. Como primeiro passo, a compreensão da teoria da ética do consumidor é fundamental (VITELL; MUNCY, 1992; VITELL, 2003), de modo que partimos do argumento de que os consumidores internalizam crenças e atitudes sobre comportamentos éticos (BRINKMANN, 2004) e podem atribuir ao showrooming um comportamento eticamente questionável. Por exemplo, Vitell e Muncy (1992, p. 591) medem o comportamento do consumidor eticamente questionável perguntando se é certo ou errado para um consumidor “passar mais de uma hora experimentando vestidos diferentes e não comprar nenhum”, uma situação típica de showroom. Uma heurística básica de vendas é que os vendedores que prestam um bom atendimento ao cliente (vs. ruim x neutro) são mais propensos a converter a intenção de showrooming e aumentar a probabilidade de compra. Em segundo lugar, Theriault et al. (2021) desenvolvem uma perspectiva biológica para explicar por que uma pessoa às vezes pode se sentir obrigada a se comportar de uma determinada maneira, independentemente de qualquer benefício reputacional - ou seja, ela sente um senso de dever. O modelo formal do senso de dever, baseado em um conjunto mínimo de suposições biológicas: que o cérebro é preditivo, que o erro de previsão tem um custo metabólico e que os custos metabólicos são evitados prospectivamente. Nessa linha, diante do bom atendimento, o consumidor pode dei-

xe de realizar o showrooming como estratégia prospectiva para evitar custos metabólicos frustrando as expectativas do vendedor. Terceiro, Michael et al. (2016) oferecem uma perspectiva psicológica para explicar por que as pessoas desenvolvem um senso de compromisso. Para os autores, os compromissos podem surgir de forma não intencional e implícita, desde que atendam a uma estrutura mínima. Para ilustrar esse processo cognitivo e motivacional para nossa hipótese, imagine que um vendedor exerça muito esforço durante o atendimento ao cliente. O vendedor pode sentir que o cliente está comprometido em fazer a compra simplesmente porque o cliente é receptivo ao serviço, e fazer a compra seria uma contribuição crucial para seu objetivo. A última linha de explicação de nosso argumento é que os consumidores podem abster-se de se envolver em comportamento de showrooming para evitar a decepção do vendedor. A decepção é experimentada em uma situação em que algo positivo era esperado, mas não ocorreu (FRIJDA, 1987). Projetado sob a psicologia da decepção, procuramos explicar por que os clientes podem desistir do comportamento de showroom se se sentirem motivados a evitar a decepção de terceiros, acreditamos que os clientes podem optar por realizar a compra e evitar o showrooming diante do bom atendimento dos vendedores.

Conclusão

Considerando a proposta aprestada, é possível que esse ensaio oferece insights relevantes para gerentes de marketing interessados em entender como os sentimentos morais do consumidor agem para influenciar a intenção de compra, despertando um senso de dever nos clientes e minimizando o showrooming.

Referências Bibliográficas

Brinkmann, J. Looking at consumer behavior in a moral perspective. *Journal of Business Ethics*, 51(2), 129-141, 2004. Frijda, N. H. Emotion, cognitive structure, and action tendency. *Cognition and Emotion*, 1(2), 115-143, 1987. Fukukawa, K., & Ennew, C. What we believe is not always what we do: An empirical investigation into ethically questionable behavior in consumption. *Journal of Business Ethics*, 91(1), 49-60, 2010. Galvão, M. C. B. O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica. Em: Laércio Joel Franco, Afonso Dinis Costa Passos. (Org.). *Fundamentos de epidemiologia*, 2ª. ed., São Paulo: Manole, 2010. Gensler, S., Neslin, S. A., & Verhoef, P. C. The showrooming phenomenon: its more than just about price. *Journal of Interactive Marketing*, 38, 29-43, 2017. Luttrell, A., & Petty, R. E. Evaluations of self-focused versus other-focused arguments for social distancing: An extension of moral matching effects. *Social Psychological and Personality Science*, 12(6), 946-954, 2021. Michael, J., Sebanz, N., & Kno-

blich, G. The sense of commitment: A minimal approach. *Frontiers in Psychology*, 6, 2016. Rapp, A., Baker, T. L., Bachrach, D. G., Ogilvie, J., & Beitelspacher, L. S. Perceived customer showrooming behavior and the effect on retail salesperson self-efficacy and performance. *Journal of Retailing*, 91(2), 358-369, 2015. Solomon, M. Consumer behaviour: Buying, Having and Being. 13th ed. Global: Pearson Education Limited, 2019. Theriault, J. E., Young, L., & Barrett, L. F. The sense of should: A biologically-based framework for modeling social pressure. *Physics of Life Reviews*, 36, 100-136, 2021. Vitell, S. J. Consumer ethics research: Review, synthesis and suggestions for the future. *Journal of Business Ethics*, 43(1), 33-47, 2003. Vitell, S. J., & Muncy, J. Consumer ethics: An empirical investigation of factors influencing ethical judgments of the final consumer. *Journal of Business Ethics*, 11(8), 585-597, 1992.

Palavras-Chave: Consumidor. Comportamento. Compras. Varejo

HISTÓRIA E BAIRROS RURAIS DE ADAMANTINA

Igor Francisco Bôa
Bruno Vinicius Martielo Rondon
Cristiane Celeste Martielo Rondon
Hiago de Oliveira Perassoli
Centro Universitário de Adamantina
igorfranciscoboa@gmail.com

Introdução

Até meados do século passado os municípios brasileiros eram formados por um núcleo urbano rodeado por uma malha de bairros rurais que eram centros de convivência dos moradores da zona rural. Na maioria desses bairros havia uma pequena Igreja com um salão para festas, uma escola, alguns bares, um campo de futebol. Com a acelerada urbanização do Brasil ocorrida com industrialização de certas regiões do país neste período, a grande maioria desses bairros entrou em decadência. Hoje restam alguns moradores que resistem em viver na zona urbana. O Projeto de extensão “Os Bairros Rurais contam as suas Histórias” visa inicialmente resgatar a história e memória dos bairros rurais do município de Adamantina, como os bairros Tucuruvi, Mourão, Lagoa Seca, Pavão e outros. Ainda espera-se que no futuro os bairros rurais de outros municípios da região possam ser incluídos neste projeto por meio de parcerias. Este projeto será realizado em parceria com o projeto “Feira Livre”, que é feito em parceria entre a Rádio Cultura FM, mantida e administrada pela UNIFai com a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, pois o acervo que espera-se montar – fotos, mapas, depoimentos - serão expostos para a “visitação” da população no local de apresentação dos artistas regionais do referido projeto.

Material e Métodos

São os moradores de uma cidade que constroem a cidade e a história desta cidade, sejam eles moradores da zona urbana ou da zona rural, moradores do centro ou da periferia. Conhecer a história do lugar em que se vive ou que se viveu é uma forma de se desenvolver o sentimento

de pertencimento a este lugar, sentimento que permite consolidar uma relação de afetividade com a comunidade de origem. Dar voz aos habitantes comuns, mostrar a sua história, resgatar as suas memórias, mostrar a vida cotidiana que existiram e existem nesses bairros – suas formas de lazer, de cozinhar, de praticar a sua religiosidade - é uma forma tanto de disseminar a ideia de que todas as pessoas fazem história como para contribuir para a afirmação de uma identidade local e regional. As novas abordagens das Ciências Humanas tem valorizado o papel do indivíduo como personagem histórico. Só se pode compreender história de uma dada sociedade investigando as relações entre indivíduos concretos e as diversas estruturas que compõem a sociedade. Neste sentido, que cada vez mais tem se recorrido a história oral, à história de vida para compreender as múltiplas facetas da cultura humana. A maneira de preparar um doce, de rezar um terço, de jogar futebol de várzea são manifestações culturais tão importantes quanto as da cultura erudita.

Resultados e Discussão

Este projeto pode contribuir com o ensino e a pesquisa acadêmica na medida em que irá se trabalhar com os alunos metodologias de história oral, técnicas de entrevistas, organização de material fotográfico e de depoimentos para montagem de exposição ao público. Despertar nos estudantes o sentimento de pertencimento local e regional, como também conscientizá-los sobre a realidade local, o que é de suma importância uma vez que muitos alunos são moradores da região e desenvolverão suas atividades profissionais na região. O projeto pretende principalmente contribuir para o exercício da cida-

dania plena, pois o trabalho embora inicialmente focado nos bairros rurais, tem como objetivo geral despertar para os todos os moradores da cidade o interesse por saber mais sobre o seu bairro, sua rua, sua localidade e assim disseminar a concepção que a identidade e memória do seu bairro e região são construídos e que as pessoas podem agir nesse sentido. Uma contribuição que esperamos que possa vir acontecer no futuro seria que este projeto ao dar visibilidade e valorizar as manifestações culturais dos moradores desses bairros rurais poderia ajudar na sua revitalização como locais de turismo por exemplo. As imagens recolhidas e produzidas e os relatos - devidamente transcritos - serão expostos em murais no projeto Feira Livre para apreciação do público frequentador deste espaço. Podendo ser também expostos em outros lugares públicos, como na Biblioteca Municipal e em estabelecimentos de grande afluxo de pessoas existentes nos próprios bairros etc. Além

disso, espera-se que este projeto possa dar início a um acervo de som, imagem e texto, a ser incorporado ao acervo do Museu Municipal que está sendo criado na cidade de Adamantina e assim possa ser exposto ao público visitante em especial aos estudantes aos alunos do ensino fundamental e médio. E, quiçá, este projeto se torne uma etapa de um projeto de mais longo prazo, de recolhimento de memórias e histórias de vida dos moradores de todas as partes da cidade.

Conclusão

De acordo com a proposta apresentada, faz-se necessário que a Memória destes bairros sejam registradas por meio de material afins aos objetivos, tais como: vídeos, gravações e outros meios disponíveis. A memória deve ser preservada para que o passado possa estar no presente com o futuro.

Referências Bibliográficas

AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da História Oral. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1996. BERNARDO, Júlio. Dias de Feira. Cia das Letras, SP, 2014. BOM MEIHY, José Carlos Sebe. Manual de história oral. 5ª ed., SP, Loyola, 2005. FERREIRA, Pollyana. A Força da Mídia Social: Interface e Linguagem Jornalística. 2ª. Edição. Estação das Letras e Cores, SP, 2014. JENKIS, Henry, Cultura da Convergência. Editora Aleph, SP, 2009. KERCKHOVE, Derrick de. A pele da Cultura: Uma Investigação Sobre a Nova Realidade Eletrônica. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1997. HOLANDA, Fabíola; MEIHY, José Carlos Sebe. História Oral: como fazer, como pensar. Contexto, SP, 2007. MARTINO, Luís Mauro Sá, Teoria das Mídias Digitais: Linguagens, Ambientes e Redes. 2ª. Edição. Editora Vozes, SP, 2.014.

Palavras-Chave: História. Memória. Bairros. Rural. Adamantina

INFLUÊNCIA DA ATIVIDADE FÍSICA NA QUALIDADE DE VIDA DE INDIVÍDUOS COM ESCLEROSE MÚLTIPLA - REVISÃO DE LITERATURA

Jaine Carolina da Silva
Gabriela Gallucci Toloi Cardoso
Centro Universitário de Adamantina
51519@fai.com.br

Introdução

A esclerose múltipla é uma doença provocada por lesões dos nervos causados por distúrbios e falta de comunicação das células nervosas do cérebro com a medula espinhal e, respectivamente, o corpo. 54), “uma das formas de minimizar o comprometimento motor na esclerose múltipla e, conseqüentemente, a perda das habilidades funcionais é a realização de atividade física.” Por tanto, a atividade física é muito importante na vida das pessoas com esclerose múltipla, porque auxilia no seu desenvolvimento e condicionamento, além de ajudar a melhorar o consumo de oxigênio, o que melhora a recuperação física e mental, por sua vez evitando problemas futuros com riscos de complicações. Além disso, a multiplicidade de sintomas e sinais, e o modo como eles interagem, traduz-se, muitas vezes, num padrão complexo de incapacidade, quase único em cada doente, que requer conhecimento, sagacidade, e colaboração dos profissionais de saúde com diferentes perspectivas e competências. Alguns cuidados devem ser tomados para indicação de atividade física a indivíduos com esclerose múltipla, recomendam-se exercícios de volume e intensidade moderada, com sessões em dias intercalados que permitam sua adequada recuperação, a fim de evitar a fadiga, uma vez que esta pode agravar os demais sintomas da doença. qualidade de vida desses indivíduos é gravemente afetada, seja no ambiente de trabalho ou em casa, e compreender seus sintomas e tratamento é importante para retardar a progressão da doença e melhorar a qualidade de vida desses pacientes.

Material e Métodos

Foram estudados artigos científicos sobre o tema através das bases de dados do google acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Ovid Discovery - UpToDate. Utilizando as palavras chaves: Exercícios; Atividade Física; Esclerose Múltipla; Qualidade de Vida. Este trabalho científico é classificado como revisão bibliográfica, onde foi desenvolvido o estudo que ajudou a concretizar e fundamentar ideias minuciosas na exploração do tema, ampliando novos conhecimentos, desta maneira podendo ser realizado a construção do conteúdo sobre a influência da atividade física na qualidade de vida de indivíduos com esclerose múltipla. Os estudos foram realizados por autores selecionados, analisando os dados específicos, semelhanças e diferenças sobre o tema, fornecendo uma investigação de natureza indireta. Dos artigos identificados, foi realizada uma análise preliminar com base no título e, em caso de dúvida, seus resumos foram analisados para garantir que os artigos atendessem aos critérios de inclusão estabelecidos. (Imagem 1 - Fluxograma).

Resultados e Discussão

A esclerose múltipla é uma doença por sua vez inflamatória e crônica que acontece em uma progressão em um dos seus nervos centrais do crânio, os fatores que influenciam para essa progressão da doença e genético e ambientais pois traz alterações imunológica em todo o sistema do corpo, desta forma a esclerose é uma patologia que acontece a grande perda da mielina. A doença pode ser rigorosa mas também tem seus benefícios para conseguir tratar sendo o

estímulo físico algo necessário, pois uma pessoa ativa com seu desenvolvimento no exercício físico pode conseguir conter e estabilizar a doença, isso não quer dizer que a pessoa vá conseguir a cura, mas sim estimular para que a doença não evolua cada vez mais e torna necessário ter um processo de reabilitação. A atividade física regular tem efeitos positivos tanto na disfunção física quanto na função psicológica relacionada à doença. Os exercícios podem diminuir a fadiga e melhorar as habilidades cardiorrespiratórias e funcionais, como a mobilidade do paciente, equilíbrio e força muscular. A atividade física também tem sido associada à redução dos sintomas depressivos e das dificuldades cognitivas que muitas vezes acompanham a doença, melhorando assim a qualidade de vida das pessoas com esclerose múltipla. Dos artigos selecionados que utilizamos em todo o trabalho, três estudos foram de intervenção com programas de treinamento, onde os autores citaram uma melhora na qualidade de vida dos indivíduos portadores de EM. Os demais estudos dizem que as atividades com curto prazo também minimiza

os riscos dos sintomas que são causados pela EM, os exercícios físicos na vida de portadores de esclerose múltipla pode ser benéficos não só para doença que são portadores mas também na sua saúde mental, flexibilidade e resistência do seu corpo. Sendo assim, os artigos foram fundamentados para estudo deste trabalho esclarecendo o quanto é importante o exercício físico na vida de portadores com esclerose múltipla, para estimular a doença e ter o desenvolvimento e resistência de seu corpo. As doenças que são estabilizadas adquirem uma evolução é de extrema importância pois o indivíduo consegue ter uma vida com benefícios positivos para sua saúde.

Conclusão

Pessoas com esclerose múltipla devem buscar os exercícios físicos para estimular o melhor funcionamento do corpo, pois é um vínculo que os indivíduos desenvolvem para ter resistência nas reações mentais e físicas do corpo.

Referências Bibliográficas

DOS SANTOS, C. F.; DA SILVA, E.; RIBAS, D. I. R. AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DOS EXERCÍCIOS NEUROMOTORES NA FUNCIONALIDADE DE UM INDIVÍDUO PORTADOR DE ESCLEROSE MÚLTIPLA. *Cadernos da Escola de Saúde*, v. 17, n. 1, p. 53-66, 24 ago. 2017. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrazil.com.br/index.php/cadernos/article/view/3078>. Acesso em: 07/04/2022. MORALES, Rogério de Rizo et al. Qualidade de vida em portadores de esclerose múltipla. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*. 2007, v. 65. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anp/a/dLcG6CwbF8B39hHmb3pbc8C/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28/03/2022. Silva, Rodrigo Sinnott et al. Atividade física e qualidade de vida. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2010, v. 15, n. 1 [Acessado 17 Agosto 2022], pp. 115-120. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000100017>. Epub 08 Feb 2010. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000100017>. Pedro L, Pais-Ribeiro JL, Pinheiro JP. A importância de um programa de atividade física em doentes com esclerose múltipla na satisfação com a vida e bem-estar psicológico. *Saúde & tecnologia*. 2013. pág. e49 a e51. Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/2598>. Acesso em: 17/08/2022. Pedro L, Pais-Ribeiro JL, Pinheiro JP. Programa de atividade física no bem-estar pessoal em doentes com esclerose múltipla. In: Leal I, Godinho C, Marques S, Vitória P, Pais-Ribeiro JL, editores. *Atas do 11º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Psicologia da Saúde; 2016. p. 443-448. Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/6757>. Acesso em: 17/08/2022. SÁ, Maria José Pontes Marques de. *Esclerose Múltipla*. Universidade Fernando Pessoa. Faculdade de Ciências da Saúde. Porto 2012. Sumário da Lição, 09 de junho de 2008. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3304/3/LiãããEo_MJS.pdf. Acesso em: 03/06/2022. SILVA, Solange Cristina da; CRESPIELHO, Daniel Maciel; GUARIGLIA, Débora Alves. Oito Semanas De Exercícios Físicos São Capazes De Melhorar A Qualidade De Vida E Aptidão Física Em Uma Mulher Com Esclerose Múltipla: Um Estudo De Caso. *Revista Hórus*, v. 9, n.1, p. 1-11, 2014. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/revistahorus/article/viewFile/4220/1938>. Acesso em: 13/09/2022 WORDPRESS. *Esclerose múltipla e atividades físicas*. 2007. Disponível em: <https://esclerosemultipla.wordpress.com/2007/06/13/esclerose-multipla-e-atividades-fisicas/>. Acesso em: 03/06/2022.

Palavras-Chave: Exercícios; . Atividade Física. Esclerose Múltipla. Qualidade de Vida. Pessoas

INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE

Isabella Ramos Araujo

Eliana Kátia Pupim, Silvia Regina Stefanini Fernandes

Faculdade de Direito da Alta Paulista
isabella_ra_araujo@hotmail.com

Introdução

Com o advento da Constituição Federal de 1988 foi apresentado um notável avanço para o paradigma da família brasileira, entre eles foi a retirada do tratamento diferenciado entre os filhos havidos ou não dentro do casamento, ou por adoção e instalando total igualdade, além de ser vedada qualquer tipo de discriminação quanto a filiação. Através dessa inovação, o reconhecimento da relação de parentesco tornou-se um direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercido através da ação de investigação de paternidade, que é um amparo assegurado pelo Poder Judiciário para aqueles que buscam um reconhecimento do vínculo de parentesco. Encontrada na Lei nº 8.560/92, a investigação de paternidade é responsável por identificar e reconhecer a filiação entre um filho e seu pai, tendo uma natureza declaratória, ou seja, apenas precisa do reconhecimento judicial para produzir seus efeitos. Sendo assim, através do exame de DNA, a ação irá fornecer a prova concreta que afirmará a paternidade, dando o autor um encerramento e comprovação pela sua busca pelo judiciário. O objetivo principal do presente artigo é elaborar um estudo que analisa e informa sobre a indispensabilidade da investigação de paternidade para aqueles que almejam um esclarecimento sobre a busca pela verdade biológica. Já os objetivos específicos são identificar a relevância da investigação de paternidade; identificar os meios pelo qual a ação é realizada e identificar a importância do teste de DNA para a assessoria da ação.

Material e Métodos

A motivação do presente artigo é uma pesquisa pura, que vem apresentar a importância da rea-

lização da ação de investigação de paternidade para o interessado, seja ele a própria mãe ou o filho, em forma de análise quanto ao mérito da ação e ao meio de execução, que se dá através do exame de DNA. Para tal propósito, a metodologia adotada foi a qualitativa, buscando um aprofundamento sobre o assunto e quanto aos objetivos propostos, a pesquisa é vista como descritiva e explicativa. Ademais, foi feito um levantamento bibliográfico, em bancos de dados disponibilizados pela FADAP-FAP, como a Minha Biblioteca e também no Portal de Periódicos da CAPES, o Scielo e o Google Acadêmico, como busca em diversos artigos e monografias com o levantamento das palavras chaves: “filiação”, “investigação de paternidade”; “teste de DNA” e “Lei nº 8.560/92”, além de pesquisa documental, utilizando-se do Código Civil e a Constituição Federal.

Resultados e Discussão

O presente artigo foi dividido em três capítulos, com uma ordem cronológica. O primeiro capítulo traz uma introdução sobre o reconhecimento do tema, tal qual é a investigação de paternidade, seguindo com um ingresso no contexto da família no âmbito jurídico, visto que a concepção de família sofreu grande evolução tanto dentro da legislação brasileira como em diversos outros ramos. Em sequência, é desenvolvido sobre a importância do entendimento do conceito e mudanças do Direito de Filiação para maior compreensão do tema. O segundo capítulo trata sobre o reconhecimento da paternidade como um direito, visto na Carta Magna, em seu art. 226, §7º, acompanhada também do princípio da dignidade humana e através do Provimento n. 16 da Corregedoria Nacional de Justiça é constituído um conjunto de regras para facilitar, agilizar as demandas e estabelecer a paternidade. A

partir deste fato, também há o reconhecimento dos filhos, no qual um pai assume e provém um registro do filho, voluntariamente, porém, também há casos em que não é possível ter esse reconhecimento, trazendo à tona a importância que se tem através da realização do exame de DNA para que haja a descoberta e identificação do pai. No terceiro capítulo é desenvolvido sobre a ação de investigação de paternidade, encontrada na Lei nº 8.560/1992, explorando seu mérito, a participação do Ministério Público caso o suposto pai não atender no prazo de trinta dias, a notificação judicial, ou negar a alegada paternidade. Ademais, é abordando sobre a nova Lei nº 14.138/2021 que traz o conjunto de inovações para que o interessado tenha a comprovação do reconhecimento da paternidade, sendo eles: se

o suposto pai houver falecido ou não existir notícia de seu paradeiro, é determinado pelo juiz a realização do exame de DNA em parentes consanguíneos. Tais inovações determinadas são decorrente da recusa do réu em se submeter ao exame de DNA, que acarreta na presunção de paternidade.

Conclusão

Conclui-se que a realização da ação de investigação de paternidade é um meio para que o interessado busque sua verdade biológica, através de todos os meios legais para que se chegue a verdade dos fatos, tendo então o devido reconhecimento da filiação.

Referências Bibliográficas

TARTUCE, Flávio. Direito Civil: Direito de Família. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. MADALENO, Rolf. Direito de Família. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Direito de Família. 18. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. MALUF, Carlos Alberto Dabus; MALUF, Adriana do Rego Freitas Dabus. Curso de Direito de Família. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jun. 2022. BRASIL. [Código Civil (2002)]. Código Civil de 2002. Brasília, DF: Presidência da República, [2002]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 15 jun. 2022. ZANETTI, Lilian. Investigação de paternidade. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Direito, Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas, São Paulo, 2003. Disponível em: <http://arquivo.fmu.br/prodisc/direito/lz.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022. PRADO, Vanessa Leonel. Investigação de paternidade. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Direito, Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://arquivo.fmu.br/prodisc/direito/vlp.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022. NEGRÃO, Anny Gabrielle Frez. Ação de investigação de paternidade e o direito personalíssimo da criança em confronto com o direito do suposto pai. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Direito, Faculdade do Norte Novo de Apucarana, Acuparana, 2012. Disponível em: <https://facnpar.com.br/conteudo-arquivos/arquivo-2017-06-14-14974735403464.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Palavras-Chave: Filiação. Investigação de Paternidade. Lei Nº 8.560/92. Teste de Dna

MUSICOTERAPIA E SEUS EFEITOS NA SAÚDE DE IDOSOS

Paulo Carvalho da Silva Júnior
Cassiano Ricardo Rumin
Centro Universitário de Adamantina
119117@fai.com.br

Introdução

Historicamente a musicoterapia foi percebida como recurso terapêutico em uma situação de adoecimento denominada popularmente como doença do sono. Esta condição recebeu o nome de encefalite letárgica, deixando os indivíduos acometidos incapazes de falar ou se mover de forma independente, tendo a vida restrita ao leito (Kesby, 2019). Após a exposição dos pacientes de uma ala de internação de pessoas com encefalite letárgica, verificou-se que movimentavam os membros, tentando acompanhar o ritmo musical e tentavam até vocalizações. Assim, a música foi integrada como recurso para desestabelecer a doença do sono. A musicoterapia é oferecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS) como prática integral complementar. A Política Nacional de Práticas Abrangentes e Complementares (PNPIC) foi estabelecida pelo Ministério da Saúde com o Decreto nº 145/2017 que proporcionou 29 práticas complementares à população (Brasil, 2017). Por meio da musicoterapia, é possível ampliar a comunicação, aprendizagem, interação física e emocional, estimular a sociabilidade e a expressividade para promover processos de vida saudáveis. Com a musicoterapia é possível proporcionar autoconhecimento, ampliar a autoestima, a percepção de autoeficácia e aceitação das singularidades constitutivas de cada indivíduo. A musicoterapia é empregada como forma de tratamento de crianças, adolescentes adultos e idosos, com características do espectro autista, quadros psicóticos e síndromes demenciais. Este estudo tem o objetivo de discutir o uso da musicoterapia como recurso terapêutico para o tratamento de idosos institucionalizados.

Material e Métodos

O presente estudo é de cunho qualitativo e buscou compreender a importância da música como recurso terapêutico para idosos institucionalizados. Estrutura-se como um estudo de caso por ter tomado o documentário "ALIVE IN INSIDE", de Dan Cohen (2014), como objeto de análise. Este documentário foi realizado em uma casa de repouso, nos Estados Unidos. Teve seus diálogos transcritos e analisados a partir de referenciais em Psicologia que possibilitaram compreender a interação humana e seus desdobramentos afetivos e cognitivos. Também foi possível investigar os significados que os idosos atribuíram às suas experiências nas intervenções em musicoterapia. Este documentário tem como referência o assistente social Dan Cohen, fundador de uma organização sem fins lucrativos chamada Music & Memory (Música e Memória) e mostra os esforços para demonstrar a capacidade da música para combater a perda de memória e restaurar um senso profundo de si mesmo para os idosos. Também participam do documentário ALIVE IN INSIDE o neurologista e escritor Oliver Sacks e o músico Bobby McFerrin.

Resultados e Discussão

O documentário analisado inicia-se com uma senhora de 90 anos que não se recorda de seu passado, alegando que se esqueceu de atividades que realizava quando ainda era adolescente. Dan Cohen propõe uma experiência para esta idosa: ouviria músicas de seu tempo de juventude, e em seguida, diria o que sentiu e se lembrou de algo daquele tempo. Através da memória afetiva, o idoso tem acesso a memórias que se mantinham em estado inconsciente e relacione determinados momentos de sua vida ao contex-

to da música escutada. Além disso, consegue-se comunicar ao outro suas experiências vividas em outro tempo, o que estimula a comunicação entre os idosos institucionalizados. Após o emprego da música de Louis Armstrong como recurso terapêutico, a senhora relata que começa a lembrar de seus tempos de escola, quando era jovem. Começa a se lembrar do tempo que fugia à noite para ir aos bailes da época. Lembrou-se onde trabalhou, detalhando exatamente o prédio onde executava seus serviços, e recordou diversas datas como aniversários e acontecimentos da época. Destaca-se que a música proporcionou o que Kães (2005) define como o “trabalho da memória”. Para o autor este “trabalho complexo da memória é o de desocultar aquilo que foi apagado ou reprimido ou recalçado; ele é também de recalcar e de manter, no esquecimento e o silêncio, aquilo que não pode ser tolerado; ele é, enfim, um trabalho de ressignificar a partir do presente, a colocação, em perspectiva, do passado (Kães, 2005, p.176-177)”. Dan Cohen, seis anos antes de o documentário ser realizado, atuou como voluntário em uma casa de repouso. Neste ambiente, ele presenciou comportamentos surpreendentes de idosos que sofriam de demência ao entrarem em contato com músicas que adoravam. Henry, residente da casa de repouso há dez anos, apesar de ouvir bem seus cuidadores, não conseguia se comunicar na maioria das vezes. Este senhor passou a maior parte de sua vida na igreja, onde tinha um con-

tato assíduo com a música gospel. Quando sua cuidadora inicia o dispositivo terapêutico colocando o fone de ouvido em Henry, ele começa a cantar, acompanhando a cantora, sendo possível enxergar ali, reações e expressões faciais que são pouco vistas quando Henry está em um dia comum na casa de repouso. O trabalho da memória possibilita o compartilhamento de vínculos, objetos e funções. No entanto, os conteúdos não são compartilhados de maneira homogênea pelos integrantes. Justamente por essa característica de distribuição, o compartilhamento implica diferenciação de lugares e funções e “organiza o processo de subjetivação” (Kães, 2004, p.59). A subjetivação possibilita a expressão da singularidade dos idosos o que contribui para delimitação da identidade, esta que é frequentemente achatada pelos afazeres cotidianos das instituições de longa permanência.

Conclusão

A musicoterapia, como “objeto mediador” (Kães, 2005), ativa ou reanima “certos processos psíquicos não mobilizáveis ou modificáveis de outro modo”(Kães, 2005, p. 47). Ocasiona a “ressonância inconsciente”, com suas “respostas emocionais e comportamentais inconscientes de um indivíduo à presença e à comunicação de outro indivíduo” (Kães, 1997, p. 67).

Referências Bibliográficas

A MISTERIOSA PANDEMIA QUE DEIXOU MILHÕES DE PESSOAS COMO ESTÁTUAS VIVAS DURANTE DÉCADAS. Brasil: Bbc News Brasil, 17 dez. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-50810606>. Acesso em: 10 jun. 2022. COHEN, D. YOU TUBE: ALIVE INSIDE. Música e Memória. 18 jan. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QcKktBdENes> Acesso em: 30 abr. 2020. Ilari B. Música, comportamento social e relações interpessoais. *Psicol Estud.* 2006;11(1):191-8. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722006000100022>. KÆS, R. (1996). Souffrance et Psychopathologie des Lien Institués. IN: _____.et. all. Souffrance et Psychopathologie des Lien Institutionnels. Paris: Dunod, 2005. _____. Lettre à Pierre Benghozi à propos du colloque d'Hyères sur les groupes à mediations en pratique institutionnelle. IN: *Revue de psychothérapie psychanalytique de groupe (Groupes à médiation en pratique institutionnelles)*, Éres, 2004. _____. O grupo e o sujeito do grupo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. _____. Os Espaços Psíquicos Comuns e Partilhados. Transmissão e Negatividade. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2005.

Palavras-Chave: Musicoterapia. Envelhecimento. Idosos. Objeto Mediador. Grupo de Mediação

O AVANÇO DO SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO COM AS URNAS ELETRÔNICAS

Ana Flora Micali
Bruna Aparecida de Oliveira Rocha
Fernanda Stefani Butarelo
Centro Universitário de Adamantina
anamicali@hotmail.com

Introdução

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre a segurança das urnas eletrônicas, haja vista a aproximação das eleições de 2022 e as desconfianças que têm sido objeto de debates na sociedade civil, especialmente pelas notícias falsas veiculadas, conhecidas como fake news. O sistema eleitoral brasileiro está fundamentado na Constituição Federal, na legislação pertinente e tem como órgão máximo o Tribunal Superior Eleitoral, instância do Poder Judiciário expressamente prevista na Constituição Federal (artigo 118, inciso I). A urna eletrônica brasileira é uma criação tecnológica que teve o intuito de evitar fraudes eleitorais muito comuns no voto por cédula de papel e na apuração manual, em decorrência da inevitável intervenção humana que existia no sistema anterior. O equipamento é utilizado no Brasil desde 1996, ou seja, são 26 anos de utilização em 13 eleições já realizadas. Não há nenhum indício, tampouco processos judiciais que possam respaldar desconfianças reais sobre as urnas eletrônicas. Entretanto, uma matéria produzida pelo Jornal Gazeta do Povo, em maio de 2022, traz dados demonstrativos de que, em média, um em cada cinco eleitores desconfiam da segurança das urnas eletrônicas. As pesquisas divulgadas pelos Institutos Quaest/Genial e CNT/MDA apontam que a desconfiança do eleitor brasileiro no modelo de urna eletrônica era, em maio de 2022, de 22% a 28,6%. Assim, o presente estudo visa trazer informações que possam combater a desinformação que gera insegurança jurídica sobre as urnas eletrônicas, analisando o tema no âmbito da Justiça Eleitoral, instância do Poder Judiciário que tem previsão constitucional.

Material e Métodos

O presente trabalho descritivo, de natureza qualitativa, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental para a coleta de dados. A doutrina jurídica pesquisada possibilitou o entendimento da Justiça Eleitoral como uma instância especializada do Poder Judiciário, fundamentada na Constituição Federal. As obras jurídicas consultadas também fundamentaram a interpretação sobre o direito de liberdade de expressão do pensamento no contexto das redes sociais e da disseminação de notícias falsas, demonstrando a necessária responsabilidade nas comunicações, pois, quando mal utilizadas, podem desinformar e gerar insegurança jurídica. A pesquisa documental permitiu o acesso aos dados relativos à legislação que fundamenta o objeto de estudo, especialmente a Constituição Federal (artigo 1º, parágrafo único; artigo 5º, inciso IV; artigo 14; artigos 118 a 121). Os documentos e informações disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre as urnas eletrônicas, de acesso público, serviram de base para a análise da veracidade das principais notícias disseminadas acerca da segurança do equipamento utilizado nas eleições brasileiras há mais de 25 anos.

Resultados e Discussão

A Democracia é o regime político brasileiro, nos termos do artigo 1º, parágrafo único da Constituição Federal. É notório que a liberdade de expressão do pensamento é um símbolo do regime democrático, tratando-se de direito fundamental previsto no artigo 5º, inciso IV da Lei Maior. Todavia, a liberdade de expressão do pensamento

não deve ser utilizada para disseminar notícias falsas, as chamadas fake news, tampouco para desinformar e criar inseguranças jurídicas. Há atualmente muita desinformação por parte da população, especialmente quando se acredita em notícias falsas decorrentes da manipulação das redes de comunicação. As urnas eletrônicas têm sido objeto de notícias falsas que geram insegurança jurídica. Na verdade, as urnas eletrônicas surgiram da necessidade de combater fraudes eleitorais recorrentes no sistema eleitoral que utilizava o voto em cédula e a apuração manual. Há muitos casos de fraudes registrados pela Justiça Eleitoral no sistema eleitoral anterior. Cite-se alguns casos: “Havia a estratégia do “voto formiguinha”, na qual um dos primeiros eleitores que se apresentava na seção eleitoral recebia a cédula do mesário, entrava na cabina de votação e, em vez de preenchê-la e depositá-la, guardava a cédula em branco e colocava um papel qualquer na urna de lona. Outra pessoa que estava fora da seção recebia a cédula oficial, assinalava os candidatos desejados e a entregava para um próximo eleitor. Esse tinha a incumbência de depositar a cédula já preenchida, pegar outra em branco e devolver novamente para a pessoa que organizava o esquema. Havia ainda a tática das “urnas emprenhadas”, pois as urnas de lona eram frágeis e contavam apenas com um simples fecho cadeado e lacres de papéis sem nenhum requisito de segurança de verificação de violabilidade.”¹ São muitas notícias veiculadas nas redes sociais sobre as urnas ele-

trônicas. Uma das notícias que traz grande insegurança diz respeito a ataques hackers. Ocorre que as urnas não são conectadas com a internet ou qualquer rede externa, sendo ligadas apenas na energia elétrica. São, portanto, plugadas em uma tomada e não são equipadas com hardware ou software que permita conexão com a internet ou acesso remoto. Tal fator afasta a possibilidade de ataques que possam ocorrer pela rede externa de computadores. As mídias utilizadas pela Justiça Eleitoral são protegidas por técnicas de assinatura digital. Ademais, todo sistema eleitoral, desde o desenvolvimento do software até a lacração das urnas eletrônicas e os resultados das eleições, pode ser acompanhado e questionado pelo Ministério Público, pela Ordem dos Advogados do Brasil, pelos Partidos Políticos, pelos candidatos e por todos os cidadãos, tudo a demonstrar que a urna eletrônica não é facilmente manipulável como as notícias falsas tentam convencer.

Conclusão

Informações sobre segurança das urnas eletrônicas são públicas e podem ser consultadas por todos. Dúvidas podem existir e pessoas podem livremente expressar a sua opinião, o que não se pode admitir é a disseminação de notícias falsas com o propósito de desinformar e gerar insegurança jurídica para a sociedade em geral.

Referências Bibliográficas

BRASILTRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.¹ Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Maio/urna-eletronica-extinguiu-ocorrencias-de-fraudes-em-eleicoes>, acesso em 12 set 2022 BRASILTRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Maio/urna-eletronica-25-anolancado-em-1996-equipamento-e-o-protagonista-da-maior-eleicao-informatizada-do-mundo>, acesso em 12 set 2022 BRASILTRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em <https://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n-6-ano-4/por-que-a-urna-eletronica-e-segura>, acesso em 12 set 2022 Gazeta do Povo. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2022/urnas-eletronicas-um-em-cada-cinco-eleitores-desconfia-do-sistema/>, acesso em 12 set 2022 LENZA, P. ESQUEMATIZADO - DIREITO CONSTITUCIONAL. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2021. 9786555594928. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555594928/>. Acesso em: 12. set. 2022 TAVARES, A. R. Curso de Direito Constitucional. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2022. 9786555596915. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596915/>. Acesso em: 12 set 2022

Palavras-Chave: Sistema Eleitoral Brasileiro. Poder Judiciário. Urnas Eletrônicas. Desinformação. Segurança Jurídica

O CRIME DE ESTELIONATO NA CONTEMPORANEIDADE

Isadora de Sousa

Eliana Kátia Pupim, Sérgio Fabrício de Lima Bindilatti

Faculdade de direito da alta paulista
229759@fadap.br

Introdução

O presente artigo tem por finalidade compreender o crime de estelionato a partir da modernidade. Desse modo, estelionato é um delito material. Crime material é aquele cujo tipo descreve o comportamento e menciona o resultado, exigindo a sua produção. Na espécie, o legislador define o comportamento do sujeito, empregando fraude no induzimento ou na manutenção de alguém em erro, e o resultado, vantagem ilícita em prejuízo alheio. (JESUS, 2022). O objetivo geral é mostrar ao leitor o grande aumento do delito, devido ao avanço das tecnologias, bem como mostrar que cada vez mais pessoas vem caindo nesse golpe devido à falta de informações. Sendo assim, o referido artigo irá abordar desde o início de como era, como surgiu o crime de estelionato até os dias atuais. O delito de estelionato era reprimido extra ordem, e não abrangia apenas a fraude executada com o intuito de lucro, mas muitos outros fatos. A pena, embora arbitrária, tinha como limite o trabalho nas minas para os humildes e, para os honestos, consistia na rejeição. (PRADO, 2021) Veremos no artigo como o Código Penal Brasileiro tipifica o crime de estelionato atualmente, bem como suas sanções cabíveis hoje em dia e suas principais vítimas.

Material e Métodos

Esta é uma pesquisa de natureza básica, descritiva e exploratória quanto ao objetivo e de abordagem qualitativa. Para atingir o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental. Para conduzir a pesquisa bibliográfica, foram consultados livros na plataforma Minha Biblioteca Digital e artigos científicos que abordam os temas: O crime de estelionato

e suas implicações na era contemporânea. Para acesso aos artigos, foram consultadas a CAPES, Web of Science, Scopus e Google Acadêmico. Para as buscas, foram utilizados os termos “Estelionato”, “História do estelionato”, “Crime de estelionato do ambiente online” e “Direito Penal”. Os livros selecionados para a pesquisa versam principalmente sobre o Direito Penal. Entre os principais autores consultados estão Prado (2021), Jesus (2015), Estefam (2022), entre outros. Além da pesquisa bibliográfica, também foi realizada uma pesquisa documental, por meio do acesso a relatórios e documentos, informações disponibilizadas em sites, entre outros. O Código Penal, e outras legislações e jurisprudências que tratam sobre questões penais também foram consultadas e entendem a finalidade de entender quais são as sanções cabíveis com a evolução da maneira que a fraude é aplicada.

Resultados e Discussão

Para entender a evolução do crime de estelionato de acordo com a modernidade, cabe primeiro entender os motivos que levam as vítimas a cair no referido golpe, bem como quem pode ser as vítimas nesses casos o sujeito ativo do estelionato, poderá ser qualquer pessoa, tendo em vista que é de crime comum, ou seja, não exige qualquer tipo de qualidade ou condição especial do agente. No que diz respeito à vítima, ela deve possuir capacidade de discernimento, ou seja, capacidade para ser iludida. Caso não venha ter referida capacidade, não ocorrerá o delito de estelionato, mas sim, o agente deverá ser julgado por incurso no art. 173 do Código Penal, no delito denominado abuso de incapazes. (DINIZ, 2022, p.06 No caso de estelionato contra idoso, ou seja, pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, a pena do crime é aumentada de um terço até o dobro, tendo em vista o §

4º do art. 171 do CP, incluído pela Lei n. 13.228, de 28-12-2015 e modificado pela Lei n. 14.155, de 27-5-2021. Também se aplicará mencionada causa de aumento quando a vítima for vulnerável, isto é, pessoa menor de 14 anos. No caso da vulnerabilidade prevista no § 1º do art. 217-A do Código, é dizer, relativa a pessoas com déficit cognitivo ou incapazes de oferecer resistência, será necessário interpretá-las em conexão com o bem jurídico protegido no Título II da Parte Especial. (ESTEFAM, 2022, p.677). Para maior resultado é necessário também ver a maneira como os principais autores do delito agem para atrair as vítimas de conhecimento notório que os estelionatários além de astutos são, acima de qualquer coisa, grandes sedutores. Possuem boa aparência e excelente vocabulário e se favorecem de argumentos que possuem a capacidade de convencer pessoas das mais diversas idades, níveis

de escolaridade e grupos da sociedade em geral. Todavia, não atuam sozinhos. Para configuração do delito de estelionato, é necessário que a vítima entregue de forma espontânea a vantagem ao criminoso. Se dessa maneira não fosse, estar-se-ia diante de outros crimes, como de roubo ou extorsão (HERTES, 2012)

Conclusão

Os resultados demonstram um grande aumento nas vítimas de estelionato, tendo em vista que o avanço da tecnologia vem contribuindo cada vez mais para este tipo de crime, pelo fato de que cada vez mais pessoas tem o acesso às tecnologias, porém nem todas tem acesso a informações.

Referências Bibliográficas

GONÇALVES, V.E.R.; REIS, A.C.A. Esquematizado - Direito Processual Penal. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2022. 9786553623101. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553623101/>. Acesso em: 16 Sep 2022 Jesus, D. D. Direito penal: parte especial (arts. 121 a 183). v.2. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2015. 9788502619302. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502619302/>. Acesso em: 16 Sep 2022 OCTAVIANO, G.; FIGUEIREDO, M.P.V. Manual de Direito Penal. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2022. 9786555596199. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596199/>. Acesso em: 16 Sep 2022 Prado, L. R. Tratado de Direito Penal Brasileiro - Parte Especial - Vol. 2. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2021. 9786559640416. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559640416/>. Acesso em: 16 Sep 2022 Estefam, A.A. L. Direito Penal - Vol. 2. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2022. 9786555596564. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596564/>. Acesso em: 16 Sep 2022 DINIZ, F. F.; CARDOSO, J. R.; PUGLIA, E. H. P. O crime de estelionato e suas implicações na era contemporânea: o constante crescimento dos golpes via internet. LIBERTAS DIREITO, [S. l.], v. 3, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.famig.edu.br/index.php/direito/article/view/215>. Acesso em: 16 set. 2022.

Palavras-Chave: Estelionato. Modernidade. Fraude. Sanção. Vítimas

O ENDIVIDAMENTO DOS BRASILEIROS JUNTO AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DURANTE A PANDEMIA DE COVID 19

Bruno Gabriel da Silva
Eliana Kátia Pupim, Flávia Eliana de Melo Colucci
Faculdade de Direito da Alta Paulista
admbrunogabriel@msn.com

Introdução

A presente pesquisa com o tema “O endividamento dos brasileiros juntos às instituições financeiras durante a pandemia de Covid 19”, traz uma observância quanto ao comportamento econômico-financeiro dos brasileiros em razão das medidas tomadas pelas autoridades em razão da contenção da disseminação do novo Coronavírus e o reflexo delas sobre a sociedade. Tomando como base a análise de dados estatísticos, o estudo viabiliza uma percepção aprofundada das consequências sociais desse fenômeno, traçando uma perspectiva do período que perdurará sobre a vida financeira da sociedade de modo geral. A pandemia de Covid 19 foi um fenômeno mundial cujos reflexos desse período ficarão registrados na história. O presente estudo aborda as consequências que as medidas de enfrentamento do vírus repercutiram na vida financeira dos brasileiros. Por meio da análise de dados estáticos é possível traçar um panorama que nos permitirá compreender qual a classe social mais atingida e que obteve junto às instituições financeiras recursos para cumprir com obrigações previamente assumidas e cujos recursos foram limitados pela estagnação da maioria dos setores da economia.

Material e Métodos

A motivação do presente estudo desenvolve-se em uma pesquisa aplicada, buscando compreender dentro do período de pandemia de Covid 19 o nível de endividamento dos brasileiros frente às instituições financeiras. Assim, adotou-se a pesquisa quantitativa por meios de dados estatísticos ao longo do biênio 2021/2022 para contribuir para uma melhor compreensão da amplitu-

de dos reflexos de fenômeno econômico social vivenciado mundialmente. Para tanto, realizou-se a pesquisa bibliográfica, tendo o levantamento como palavras-chaves: “endividamento”; “pandemia”; covid 19”, na base de dados Portal de Periódicos da CAPES e portal Scielo. Complementando e contribuindo para a presente pesquisa com dados relevantes e que ilustram evidenciando a presente análise, buscou-se consultar os dados sobre endividamento publicadas pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), tomando como início a data em que oficialmente a Organização Mundial de Saúde (OMS) considerou a Covid-19 como pandemia.

Resultados e Discussão

Conforme evidenciado pelo Banco Central, em novembro de 2020, o endividamento das famílias com os bancos atingiu 51% da renda dos últimos 12 meses, fazendo deste percentual o maior da série histórica, cuja observação iniciou-se em 2005. É oportuno ao tema, observar o estudo realizado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) com base nos resultados mensais da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), também mostrou alta no endividamento das famílias no ano de 2020 Divulgada no fim de janeiro de 2021, a análise mostra que a média de famílias endividadas em 2020 cresceu 2,8 pontos percentuais, em comparação com o ano anterior, chegando a 66,5%, que é a maior porcentagem média anual da série histórica, iniciada em 2010. Observa-se que as reduções dos juros, por meio da Taxa Selic, aos menores patamares da

história, contribuíram para que houvesse uma concentração maior na contratação de operações financeiras, visto que esta redução ampliou as condições de contratação de crédito (MARTELLO, 2021). Sob a ótica do Portal Serasa (2021) salienta-se que o cartão de crédito é a operação mais utilizada pelos brasileiros, visto a facilidade da aprovação e disponibilização dos limites. Apesar da benevolência com que se apresenta ao consumidor, o cartão é o grande vilão das despesas quando não quitado periodicamente, pois as taxas acrescidas pelo uso do crédito rotativo ou parcelamento de fatura podem superar duzentos por cento da dívida, logo levando o consumidor ao colapso. Na mesma categoria de crédito rápido e acessível, encontra-se o limite de cheque especial, que como indicado pelas próprias instituições, devem ser utilizados para fins emergenciais e por curtos períodos (PEREIRA, 2022). Nota-se que mediante a paralisação de grande parte dos segmentos da economia

em razão das medidas de contenção do vírus, de 40% da população que tem o produto disponível, recorreram utilização desta linha de crédito para complementar a renda (SPC, 2022). Logo, tais consumidores estão propensos ao endividamento, sobretudo pelo risco de inadimplência por se tratar de produto, assim como o cartão de crédito, com taxas relativamente altas e desproporcionais a capacidade de pagamento dos brasileiros.

Conclusão

O presente estudo encontra-se em desenvolvimento, sendo ainda inoportuno a conclusão de dados. Ressalva-se, porém, que o aumento do endividamento dos brasileiros durante a pandemia é uma realidade cujos reflexos estarão presentes no orçamento da maioria das famílias pelos próximos meses.

Referências Bibliográficas

ABDAL, A. Sobre regiões e desenvolvimento: o processo de desenvolvimento regional brasileiro no período 1999-2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 261. 2015. FERNANDES, Ana Elisa Silva; FERMENTÃO, Cleide A. G. R. O endividamento e as políticas governamentais de combate a crise econômico-financeira frente ao covid-19. Revista Húmus, vol. 10, num. 30, 2020. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/352034529.pdf>, acesso 31 ago. 2022. PEREIRA, Paloma Ayllin Maria. O endividamento das famílias brasileiras frente à pandemia da covid-19. Monografia do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto. Minas Gerais. 2022. SERASA. OPINION BOX. Endividamento 2021. Disponível em <https://www.serasa.com.br/assets/cms/2021/Pesquisa-Endividamento-2021-Release-.pdf>. Acesso em 07 set. 2022, às 20h36.

Palavras-Chave: Endividamento. Pandemia. Covid 19. Brasileiros. Instituições Financeiras

O IMPACTO DA ELETIVA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA ASTRONOMIA BÁSICA EM SALA DE AULA

Luis Felipe Sanches

Universidade Estadual do Paraná
sanches.luisfelipe@hotmail.com

Introdução

Corroborando para a melhoria dos índices e atendendo as novas perspectivas educacionais, a SEDUC implementou no ano de 2020 em todas as escolas da rede pública estadual, o projeto INOVA, uma reestruturação das aulas e a concepção de desenvolvimento integral do aluno tornando-o protagonista de seu desenvolvimento e tornando-o cidadão crítico e ético para intervir na sociedade. Para isso, novas disciplinas foram adicionadas a grade. Semestralmente é ofertado aos estudantes as aulas de eletivas. Essencialmente, eletivas são aulas desenvolvidas pelos professores, partindo da atividade de Projeto de Vida – O Varal dos Sonhos. Nesta atividade elaborada na intenção de que o aluno desenvolva e reconheça suas habilidades socioemocionais, os alunos descrevem seus objetivos futuros. Com o mapeamento desses objetivos (descritos como sonhos), os professores se organizam em duplas multidisciplinares e elaboram aulas pautadas em metodologias ativas, para que os estudantes desenvolvam e aprimorem suas competências e habilidades e promovam seu protagonismo. Para isso, os discentes escolhem, em um evento denominado “Feirão das Eletivas”, as aulas que irão frequentar. É de uma dessas aulas ofertadas que surgiu a ideia deste presente artigo. Pensando na replicabilidade de atividades bem-sucedidas para serem utilizadas em outras escolas PEI, a prática da eletiva “- Não olhe para cima! - Astronomia e tecnologia”.

Material e Métodos

Para ser colocado como protagonista do seu processo de ensino/aprendizagem, se torna primordial que o professor encontre abordagens metodológicas para conquistar tal feito. A própria

reformulação do Ensino Médio e o programa PEI (Projeto Escola Integral) que já citado anteriormente oferece e estimula tais processos, assim, as disciplinas “eletivas” servem de ferramenta pedagógica para a promoção aos estudantes desta consciência de si. Assim, como mediadores do processo de ensino-aprendizagem do aluno, partimos do princípio de trazer ao aluno situações-problema para a sala de aula. Quase sempre as aulas tinham início com questões disparadoras que buscavam fazer com que o aluno reflita sobre a sua realidade como tal. Constantemente, então, manchetes de eventos astronômicos, reportagens sobre feitos tecnológicos do homem para a conquista e desbravamento do espaço eram utilizados como delimitadores do pensamento dos jovens. a Sala de Aula Invertida é metodologia ativa que também foca na atitude protagonista do estudante. Tal processo se demonstrou muito forte e cresceu bastante, principalmente dentro da modalidade de ensino híbrido que surge por conta da pandemia de SARS-COVID-19. Assim, diversas entidades educacionais buscaram compartilhar boas práticas e metodologias eficazes para superar os desafios educacionais. Encontramos no manual divulgado em 2020 pelo Instituto Federal de Goiás, a referência metodológica para aplicar, com segurança, tais metodologias. Escrito pelo professor Carlos Roberto da Silveira Junior, reconhecemos como sala de aula invertida como: uma perspectiva metodológica na qual o/a estudante aprende por meio da articulação entre espaços e tempos on-line - síncronos e assíncronos - e presenciais.

Resultados e Discussão

Após a definição do cronograma de nossas atividades semestrais, o desenvolvimento da ele-

tiva seguiu o roteiro criado dentro do Plano da Eletiva. Assim, de maneira objetiva e cumprindo com as obrigações gerais da escola, a programação das aulas se deu de maneira cronológica com aulas devidamente pré-agendada. O cumprimento integral da eletiva não foi possível de ser contemplado. Durante o percurso das aulas, adequações a realidade escolar tiveram que ser realizadas, a título de exemplo: a Culminância da eletiva foi adiantada e, durante 15 dias de abril, a escola passou por problemas estruturais que impossibilitaram a realização das aulas de maneira presencial. Os trabalhos com astronomia e ciências humanas envolvem, principalmente, dois eixos temáticos. A título de conhecimento, são eles a Investigação científica, essencial para o desenvolvimento do protagonismo e curiosidade do aluno, mas também a Mediação e Intervenção sociocultural para que o aluno perceba a relação da humanidade com os astros. Segundo relatado pela estudante: “As aulas da eletiva de astronomia foram legais e interessantes, atingiram todas as minhas expectativas! Aprendi muito e ao mesmo tempo me diverti. A eletiva é importante para ajudar a escolha no futuro dos jovens, pois ela ajuda você a ir fundo nos conhecimentos e saber se é realmente aquilo que você quer fazer”. A disponibilidade de utilização de recursos didáticos e tecnológicos diversificados possibilitou a dinamização das atividades

e, aliado as metodologias ativas, colocarem os estudantes para “colocarem a mão na massa” e aprenderem sobre os astros. Assim, para as aulas, constantemente foram utilizados Notebook, celulares, aparelhos de medição, telescópio, trechos de obras antigas, além de cubo de realidade aumentada e simuladores astronômicos. A realização das atividades lúdicas pautadas em metodologias ativas permitiram, ainda, a idealização da culminância do projeto. De início, a proposta era a visualização dos astros e elaboração de maquetes relacionadas ao tema, porém, conforme as aulas ocorreram, novas ideias e adaptações curriculares permitiram que possibilidades fossem aplicadas, assim, com os dados coletados em sala pelos alunos, os estudantes geraram propagandas publicitárias como guias turísticos para uma suposta visitação aos planetas e astros estudados.

Conclusão

Ao final de cada semestre os estudantes avaliam a eletiva e realizam novamente o varal dos sonhos, para que possa ser elaborado novas propostas de estudos com base nessas avaliações. Ao final a eletiva foi avaliada com 100% satisfatória.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. DOURADO, L.; SOUZA, S.C. Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP): um método de aprendizagem inovador para o ensino educativo. HOLOS, Ano 31, Vol. 5, 2015 EDUCAÇÃO SP anuncia nova expansão do ensino integral e deve chegar a 3.000 unidades em 2023. ClickGuarulhos, jornal online, 22 de março de 2022. Data de acesso: 14/09/2022

Palavras-Chave: Eletiva. Astronomia . Ciências Humanas. Pei

O PROCEDIMENTO DA USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA NO ÂMBITO EXTRAJUDICIAL

Gustavo Aparecido Bandiera

Jose Eduardo Lima Lourencini

Centro Universitário de Adamantina
gustavo.gustavoaparecido2@gmail.com

Introdução

Em nosso mundo contemporâneo, onde a sociedade se encontra englobada por um prisma dinâmico e mutável, é evidente que há um rotineiro aumento de ações judiciais, assim, o Poder Judiciário vem tendo grandes dificuldades em suprir importantes causas que demandam de um agente mediador, pois o mesmo se ocupa em dar atenção a processos que podem ser resolvidos de maneira extrajudicial. Nesse sentido, a desjudicialização tem se aportado cada vez mais no Direito Brasileiro, constituindo-se em suprimir no âmbito judicial atividades que lhe pertencem, transferindo para os notários e registradores públicos. Tendo em vista esse panorama, o novo C.P.C. trouxe, em seu art. 1.071, uma possível desjudicialização, prevendo a possibilidade de reconhecimento extrajudicial da usucapião imobiliária. A usucapião administrativa trata-se de um modo milenar de aquisição da propriedade remontada ao direito romano, consistindo uma forma de obtenção de propriedade ou de outro direito real pelo decurso de tempo e mediante o preenchimento dos requisitos estabelecidos em lei. Dentre suas espécies, encontramos a “extraordinária”, que é a modalidade habitual cartorária. Regulamentada no art. 1.238, caput, do Código Civil, apenas exige a posse “ad usucapionem” por quinze anos de forma contínua e incontestada, podendo ter o tempo reduzido para dez anos, caso esteja de acordo com o art. 1.238, parágrafo único, do Código Civil, que prevê duas situações específicas: a primeira, se baseia caso o possuidor estabeleça o imóvel como sua moradia habitual; e a segunda, se faz quando o proprietário realiza obras ou serviços de caráter produtivo em seu imóvel.

Material e Métodos

O presente estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental de caráter qualitativo, que tem o objetivo de esclarecer o procedimento prático da usucapião extraordinária convencional no mundo extrajudicial, aspirando explicar o processo desde a lavratura da ata notarial até o registro, valendo-se, para esse esclarecimento, da lei, visando o art. 216-A da lei n.º 6.015/73; art. 1.071 da lei n.º 13.105/15; art. 1.238 ao art. 1.244 da lei n.º 10.406/02; Provimento n.º 65/2017 do CNJ de 14/12/2017 publicado no D.J.E. de 15/12/2017. Em segundo lugar, foram estudados materiais que possuem procedências jurídicas, como a doutrina (Manual da Usucapião Extrajudicial, Nobre, 2018; Usucapião Extrajudicial, Couto, 2021; Usucapião Extrajudicial, IRIB, 2020; Lei de Registros Públicos Comentada, Neto, Cláppis, Cambler, 2019) e jurisprudência. Em seguida, foi utilizado a pesquisa de campo, que visou a coleta de principais informações e dúvidas sobre esse instituto, onde foram entrevistados o Tabelião responsável pela comarca de Lucélia, o Oficial de Registro de Imóveis da mesma comarca e alguns advogados que acompanharam o processo.

Resultados e Discussão

Com base nos levantamentos realizados, resume-se portanto que o processo começa com a apresentação da seguinte documentação para a formalização do requerimento: Ata notarial, que consiste em um documento que deva indicar todos os fatos relevantes a respeito da posse, de suas características e das eventuais benfeitorias e acessões realizadas ao longo do tempo. É também exigido a planta e o memorial descritivo,

tendo que ser a primeira apresentada em escala que permita sua fácil leitura, com indicação dos logradouros, e outras informações importantes que possibilitem a certeza na identificação do imóvel, e o segundo deve conter no mínimo, as informações necessárias à abertura de matrícula. Também, é de suma importância apresentar os documentos que comprovem a posse, como os pagamentos de impostos predial ou territorial, pagamentos de cotas condominiais, contas de serviço público, entre outras. Cabe ainda juntar as certidões de distribuição, que tem como propósito, averiguar se existe ação judicial proposta em face do requerente ou de seu cônjuge, que possa descaracterizar a condição de posse pacífica. Deverá também ser apresentado os documentos relativos à representação postulatória, e os que comprovam a natureza urbana ou rural do imóvel (caso for necessário). Achando-se em ordem o requerimento com todos os seus requisitos é seguida para a fase notificatória. A essas alturas, o usucapiente já terá arrolado todas as pessoas a serem notificadas que não anuíram na planta e todos os endereços disponibilizados nos registros e fora deles, de seu conhecimento. Por seu turno, o oficial já terá conferido essas informações para que, a partir delas, sejam emitidas as notificações previstas em lei. A fiscalização dos chamamentos há de ser feita de

modo criterioso sem o uso de presunções, pois a prova de recebimento deve ser feita estreme de dúvidas. Decorrido o prazo das notificações e intimações é passada à fase instrutória, que consiste em ouvir o requerente e testemunhas, inspecionar o local e até mesmo determinar a realização de perícia. Se o requerimento se achar em termos e confortado pela prova instruída aos autos, o oficial deferirá o pedido em nota fundamentada, caso contrário, haverá de rejeitá-lo, também em decisão fundamentada. Em todo caso, caberá recurso de dúvida ao juízo competente, quer do legitimado ativo, quer do legitimado passivo. Digno de nota que a qualificação promovida pelo oficial é contínua e permanente, pois se trata de título em formação. E por fim, as conferências são cruzadas constantemente, assim como os atos e resultados das diligências, obtendo o registro.

Conclusão

Por fim, conclui-se que o artigo supracitado foi redigido com a finalidade de explicar como é um procedimento de usucapião extraordinária no cenário extrajudicial na prática, tendo o intuito de disseminar o máximo de informações sobre um assunto pouco conhecido a todos os aplicadores do direito.

Referências Bibliográficas

CAMBLER, Everaldo; CLÁPIS, Alexandre; NETO, José. Lei de Registros Públicos Comentada. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2019. COUTO, Marcelo. Usucapião Extrajudicial. 4ª Edição. Salvador: Editora JusPodivm, 2021. NOBRE, Francisco. Manual da Usucapião Extrajudicial. 1ª Edição. Ananindeua: Editora Itacaiúnas, 2018.

Palavras-Chave: Usucapião. Extrajudicial. Procedimento. Registro. Prática

O PSICÓLOGO ESCOLAR E A ADAPTAÇÃO DOS ALUNOS POS-PANDEMIA

Jéssica Nunes Carvalho de Oliveira

Beatriz Basso de Souza

Claudia Regina Parra

FACULDADE DE DRACENA

jessicanunescarvalhodeoliveira@gmail.com

Introdução

O seguinte estudo tem o intuito de investigar as possíveis consequências decorrentes da pandemia da Covid-19, devido ao isolamento, distanciamento social e outras medidas restritivas que afetaram de frente o sistema de educação, impossibilitando o ensino presencial, impactando diretamente na aprendizagem dos alunos do ensino fundamental, propondo uma nova adaptação na forma de ensino e aprendizagem que englobavam os meios tecnológicos e plataformas on-line para se criar uma “nova escola” dentro da casa de cada aluno. A rápida mudança nos meios de ensino-aprendizagem fez com que muitos se sentissem perdidos, devido à falta de habilidade para o manuseio de novas ferramentas, a falta de recursos para tal e até mesmo a dificuldade dos familiares em assumirem a função de mediadores do processo pedagógico. São recorrentes as queixas no contexto educacional que após o turbilhão de mudanças em nossa sociedade pós-pandemia, houve mudanças significativas no ensino infantil e no sistema educacional de uma forma geral. Se foi complexo a adaptação ao sistema remoto, a volta às aulas e as atividades totalmente presenciais também não deixou de ser impactante, por todo contexto que permeia essa nova realidade, desde perdas pedagógicas, cuidados sanitários até aspectos emocionais o que provoca insegurança em todos os sujeitos envolvidos neste cenário. Essa realidade ainda sobressaltou a importância de áreas ligadas a educação como no caso da psicologia. Nesta interface com a educação, os psicólogos escolares passaram a ser requisitados. Neste aspecto buscou-se refletir sobre as possíveis contribuições podem ser dadas pelo

psicólogo escolar no contexto do ensino fundamental.

Material e Métodos

Trata-se de um estudo com coleta de dados realizada a partir de fontes secundárias, por meio de revisão de literatura que usou como fonte as publicações científicas disponibilizadas nas seguintes bases de dados: LILACS, Scielo, PeP-sic, entre outros. Foram incluídos todos os artigos originais indexados no período entre 2020 e 2022. Ao finalizar as pesquisas em cada base, as referências duplicadas foram excluídas. Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: artigos publicados em português, artigos na íntegra que retratassem a temática referente à revisão integrativa. Optou-se pelo idioma em português por se tratar de uma realidade brasileira. O processo de utilização e análise dos artigos obedeceu ao critério dos seguintes descritores: COVID-19, alunos do ensino fundamental e pós-pandemia, atuação do psicólogo escolar, escola e pós pandemia, educação. Após a leitura e fichamento dos artigos foram levantados resultados da pesquisa buscando elucidar as questões mais pertinentes ao tema. A análise dos estudos selecionados, em relação ao delineamento de pesquisa, pautou-se em Almeida; Camargo; Cecílio; de Souza; Facci; Glienke; Machado; Reis; e Silva, sendo que tanto a análise quanto a síntese dos dados extraídos dos artigos foram realizadas de forma descritiva, possibilitando observar, descrever e discutir os principais dados, com o intuito de reunir o conhecimento produzido sobre o tema explorado na revisão.

Resultados e Discussão

A escola nunca mais voltará a ser a mesma depois da pandemia, é fato. Entende-se que os professores e familiares também não, afinal de contas o mundo mudou os hábitos, comportamentos e valores, sendo criada uma nova maneira e forma de existir (Santana e Borges Sales, 2020). A escola enquanto organismo vivo e atuante, se reinventa diariamente para continuar a sua existência na interação com as crianças e adolescentes, nas quais vivenciam um cenário de incerteza e vulnerabilidade. O surgimento estarecido da pandemia mostrou mais do que nunca a fragilidade humana diante das mudanças ocorrentes, as alterações drásticas e frenéticas ao nosso redor e, uma das diversas formas de minimizar o contágio da doença, as escolas fecharam os seus portões sem previsão de retorno às aulas presenciais, fato esse que desestruturou a todos, por lidar com a imprevisibilidade dos acontecimentos. No ensino fundamental esta realidade não foi diferente. Ribeiro, P. R. (2020). em Crianças e Distanciamento Social: breve análise de destaca, como uma das consequências da pandemia nas vidas das crianças, “a perda da memória da vivência pedagógica frente à interrupção da frequência às instituições de Educação Infantil”. É preciso destacar que a necessidade de distanciamento social, diminuindo a diversidade do convívio das crianças com outras crianças, pode afetá-las em seu desenvolvimento cognitivo como destaca a teoria sócio interacionista de Vygostsky. Assim, as contribuições da Psicologia Escolar e Educacional ao cenário da pandemia e os desdobramentos do pós-pandemia, se embasaram nos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural. O psicólogo escolar e educacional na crise sanitária buscou qual seria

o caminho a seguir e amplificar as suas possibilidades de atuação. Visando o cenário atual da educação brasileira, mais especificamente da educação infantil, vem à reflexão de como será a atuação do psicólogo escolar e educacional referente a esta nova casualidade? Neste cenário de pós-pandemia a importância deste profissional nunca foi tão necessária, o psicólogo deverá recorrer as suas experiências ao longo da construção do seu saber para viabilizar uma real educação emancipatória e transformadora, com vistas a relações sociais mais humanas e solidárias. Castelli, Delgado(2021) destacam a necessidade de que seja promovido um maior contato das crianças com a natureza e uma convivência mais saudável, ou seja ao ar livre, uma vez que a “escola moderna”, a escola entre paredes, afastou a criança desse espaço onde ela poderia se: sujar, relacionar e expressar. Agora, ela precisa disso, assim como de atividades pedagógicas em grupo, em dupla. Devido a desconexão social no isolamento, o intervalo tornou-se um momento mais importante ainda no pós-pandemia, pois é a melhor oportunidade de interagir, criar amizades, relatam professores. A psicologia traz o olhar para a importância desta interação social na construção do aspecto pedagógico saudável.

Conclusão

Seguramente vários estudos na área da Psicologia serão relevantes para avaliar os impactos a curto, médio e longo prazo da pandemia e a pós pandemia no desenvolvimento das crianças no cotidiano escolar. Sobretudo, a psicologia exercitada neste contexto pode contribuir amenizando os efeitos prejudiciais deste período pandêmico.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Patrícia Rodrigues de, Charlene Bitencourt Soster Luz, Hildegard Susana Hung, e Paulo Fossatti. “Relações No Ambiente Escolar Pós-pandemia: Enfrentamentos na Volta às Aulas Presenciais.” *Actualidades Investigativas En Educación* 21.3 (2021). CAMARGO, N. C.; CARNEIRO, P. B. Potências e desafios da atuação em Psicologia Escolar na pandemia de Covid-19. *Cadernos de Psicologias*, Curitiba, n. 1, 2020. Disponível em: Acesso em: 19 mar. 2022. CECÍLIO, Camila. Educação Infantil: caminhos para apoiar as crianças na adaptação à nova rotina escolar. 2021. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/20575/educacao-infantil-caminhos-para-apoiar-as-criancas-na-adaptacao-a-nova-rotina-escolar>. Acesso em: 15 mar. 2022. DE SOUZA, Carolina Apolinário. Notas sobre o fazer de uma psicóloga escolar na pandemia. *Estilos da Clínica*, v. 26, n. 1, p. 17-28, 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/178685/171206>> Acesso em: 02 jun.2022. Facci, Marilda Gonçalves Dias, Silva, Sílvia Maria Cintra da e Souza, Marilene Proença Rebello de A PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL EM TEMPOS DE PANDEMIA. *Psicologia Escolar e Educacional [online]*. 2020, v. 24 [Acessado 20 Março 2022], e2020editorial. Epub 30 Nov 2020. ISSN 2175-3539. <https://doi.org/10.1590/2175-35392020editorial>

GLIENKE, Jéssica; LIEBERKNECHT, Fernando; KESKE, Cátia; PIRES, Fabiana Lasta Beck; TREVISAN, Mônica de Souza. A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO NO CONTEXTO DE ENSINO REMOTO: O QUE PENSAM OS ALUNOS DE LICENCIATURA DO IFFAR CAMPUS PANAMBI. 2020. Acesso em: 16 abr. 2022. MACHADO CASTELLI, C.; COLL DELGADO, A. C. Educação infantil na pandemia e pós-pandemia: reflexões sobre o emparedamento das crianças. *Sociedad e Infancias*, v. 5, n. 2, p. 31–42, 29 Nov.2021 <https://doi.org/10.5209/soci.77913>. REIS, Mira Caroline Milen Viégas; SILVA, Thalia de Nazaré Trindade da; SILVA, Bárbara Chagas da. ENSINO REMOTO: IMPORTÂNCIA E BENEFÍCIOS DA CAPACITAÇÃO DOCENTE. 2020. Financiamento da pesquisa: Inteceleri Tecnologia para Educação. Acesso em: 16 abr. 2022. SILVA, Bárbara Maria Costa; DA SILVA, Sílvia Maria Cintra. Psicologia Escolar e Educacional na crise sanitária e política: qual caminho seguir? *School and Educational Psychology in the health and political crisis: which way to go?*. *Revista Cocar*, v. 16, n. 34, 2022. Acesso em: 02. Jun.2022

Palavras-Chave: Covid-19. Alunos do Ensino Infantil E Pó. Atuação do Psicólogo Escolar. Escola E Pós Pandemia. Educação

O USO DA CARTA PSICOGRAFADA COMO PROVA NO JUDICIÁRIO

Bruna Laine Claro

Eliana Kátia Pupim, Michele Ribeiro de Melo

Faculdade de Direito da Alta Paulista
brunalaineclaro@gmail.com

Introdução

O presente artigo tem como foco analisar a validade das Cartas Psicografadas como prova dentro do Processo Penal. Desenvolveremos um pensamento crítico a respeito da utilização da psicografia como prova, tendo em vista comprovações incontestáveis da sua veracidade. Assim como, mesmo ainda sendo questionada dentro do judiciário, deduzindo-se como prova ilícita, a carta psicografada já foi crucial quando utilizada para o julgamento em determinados casos, tendo em vista que o direito à prova é garantia fundamental. A psicografia existe, é um fato, que em divergente locais vem sendo estudado como uma ciência, atrelada a ideias fáticas provadas das mais diversas formas, que virão a serem discutidas. Em apenso a esse fato, adentramos a discussão do seu uso como prova, já que por ainda estar mais próxima do ideal religioso, uma parte dos juristas entende como inaceitável em razão da laicidade do Estado. Porém, contamos atualmente com métodos para que possa ser comprovada a veracidade da mensagem psicografada, lembrando que esse tipo probatório já evitou em diversos casos julgamentos injustos e aplicações de penas incorretas. Com racionalidade e fundamentação, a psicografia vem adentrando aos tribunais e torna-se meio de prova lícito, e seu uso vem sendo alvo de discussões, como a que adentramos no presente trabalho.

Material e Métodos

A prova no judiciário tem por objeto a reconstrução do fato que deu origem a determinado crime, refere-se a uma análise fática dos acontecimentos que derivaram aquela ação judicial. O uso das cartas psicografadas vem como um auxiliador nessa questão, através da comunica-

ção por psicografia com os que já desencarnaram. Para uma abertura da discussão sobre a temática, deve ser analisado inicialmente o que é a psicografia, através dos estudos de doutrinas espíritas, em especial, as obras de Allan Kardec, o precursor da ciência em questão. Focando no surgimento do seu estudo, a forma como é realizada a comunicação psicográfica, sua validade e quem está apto para tais colocações. Posterior a essa análise, o foco deve ser o estudo da prova documental no judiciário, sua disciplina e aplicabilidade. Desse modo, foi essencial o estudo e aplicação de doutrinas jurídicas que tratam a respeito das provas dentro do processo, em especial na esfera penal. Foi utilizado, além do Vade Mecum com as leis vigentes, a doutrina do mestre Guilherme Nucci. Para complementar o embasamento científico para o presente trabalho, foram utilizadas as plataformas de pesquisas SciELO e CAPES, de onde foi retirado base de artigos científicos já publicados por outros pesquisadores que serão citados adiante.

Resultados e Discussão

É o direito à nossa maior conquista e forma mais clara de obter justiça social, devendo o mesmo desse modo estar sempre atento e flexível às transformações que ocorrem constantemente no mundo. A psicografia e doutrina por trás dela traz consigo anos de perseguições e preconceitos, entretanto com o decorrer do tempo, foi adentrando cada vez mais na sociedade e conquistando mais adeptos e estudiosos. As cartas psicografadas que de início eram consideradas como uma forma de consolo dos que desencarnaram para os que aqui ficaram, uma forma de encarar o luto de maneira mais fraternal. Entretanto elucidada-se que com o decorrer dos anos e o aprimoramento dos estudos sobre a ciência que envolve os métodos de comunicação psico-

gráfica, a mesma vem trazendo consigo demais focos e objetivos diversos, no caso discutido aqui, como meio de prova no judiciário. Cabe esclarecer que psicografia, é fenômeno mediúnicamente definido pela doutrina espírita como uma “transmissão do pensamento dos Espíritos por meio da escrita, pela mão de um médium” (KARDEC, 1972, p.201). A escrita a mão, como elucida Kardec ser a forma de materialização dos pensamentos dos espíritos, pode ser provado através de exames grafotécnicos, eliminando assim as dúvidas sobre a veracidade das mensagens. Segundo as conclusões de Janaína Simone Campos, muitos entendem a psicografia como uma prova ilícita, entretanto, por não se tratar de violação ao direito e nem de um dano causado a terceiro, a carta psicografada não pode ser considerada prova ilícita. A vedação à utilização da prova ilícita no processo se choca com a presunção de inocência e com a ampla defesa, merecendo prevalecer estes últimos princípios, pois vinculados à liberdade individual. O outro princípio conecta-se ao

processo e à atuação do Estado, razão pela qual, axiologicamente, é menos relevante. (NUCCI 2009, p.33) A psicografia já se consolidou como ítem construtivo na comunidade científica, e tendo sua valoração comprovada, não há motivos para sua não admissão como prova dentro do âmbito jurídico. De acordo com Mirna Policarpo (2010, p. 66) “Vivemos num estado laico, a liberdade de crença religiosa é garantia constitucional e todo meio de prova é admitido, exceto os ilícitos.”

Conclusão

Em concordância com o explanado, conclui-se que a psicografia é um método recorrente, existente e provado. Em concordância, deve ser aceita dentro do cenário judicial, tendo em vista seu caráter real, que é provado por métodos grafotécnicos, em hipótese alguma pode ser vista como uma prova ilícita.

Referências Bibliográficas

ANGHER, Anne Joyce, organização, Vade Mecum Acadêmico de Direito. 30. ed. São Paulo: Rideel: 2020. NUCCI, Guilherme de Souza. Provas no Processo Penal. Local da editora: Ed. Revista dos Tribunais: 2009. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Vol. I. 63a edição. Local da editora: Rio de Janeiro. Ed. Forense: 2020. KARDEC, Allan. Iniciação espírita.. São Paulo: Edicel Ltda, 1972. KARDEC, Allan. O livro dos espíritos. 93. ed. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2013. PITELLI, Mirna Policarpo. P Revista Vianna Sapiens, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 26, 2017. Disponível em: <https://www.viannasapiens.com.br/revista/article/view/11>. Acesso em: 10 set. 2022. CAMPOS, Janaína Simone. A PSICOGRAFIA COMO PROVA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO. Repositório Institucional UFJF. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/5192>. Acesso em: 10 set. 2022. MELO, Michele Ribeiro. A PSICOGRAFIA COMO PROVA JUDICIAL. Repositório Institucional UNIVEM, 2012. Disponível em: <https://aberto.univem.edu.br/handle/11077/849?show=full>. Acesso em: 10 set. 2022.

Palavras-Chave: Psicografia. Judicial. Prova. Lícita. Grafotécnico

OS EFEITOS DA PANDEMIA E AS CONSEQUÊNCIAS NA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Cleiton Brandina Ferreira

Melissa Soares Pimentel

Faculdade da Fundação Educacional de Araçatuba
cleiton.fatec@gmail.com

Introdução

O trabalho teve como objetivo analisar dados estatísticos sobre o aumento da violência contra a mulher (VCM), a partir de 2020, com o surgimento da COVID-19 e a instituição do isolamento social como medida de prevenção à doença que já matou quase 684 mil pessoas, somente no Brasil¹. O isolamento social foi instituído fazendo com que o convívio íntimo ficasse maior. Essa situação fez aumentar uma estatística já conhecida e tão letal quanto a própria doença, o aumento da VCM. Em contrapartida observou-se a diminuição de registros de ocorrências sobre essa agressão. Algumas hipóteses foram consideradas: maior proximidade do agressor e a dificuldade para denunciar. Situação que resultou no aumento do feminicídio e a constatação já observada que o maior índice de VCM é praticada dentro de casa por pessoas de seu convívio íntimo de afeto. Segundo a ONU Mulheres houve aumento de registros de ocorrências em países desenvolvidos, como Canadá, Alemanha, Espanha, Reino Unido, Estados Unidos e França². Já no Brasil, como foi pontuado, os registros diminuíram demonstrando que os serviços de atendimento e acolhimento precisam ser aperfeiçoados

Material e Métodos

O estudo foi realizado utilizando como base, o relatório Visível e Invisível feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Instituto de Pesquisa Data Folha, patrocinado pela empresa Uber, desde 2018 a empresa tem desenvolvido programas de incentivo ao combate a VCM, juntamente com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública promove encontros anuais para discus-

sões de enfrentamento a VCM, o programa de incentivo ao combate da VCM incluem a formação de policiais para atendimento especializado as mulheres que necessitam de algum tipo de auxílio ou ajuda por estarem sofrendo violência. Realizou-se, também, um compilado dos dados mostrando os tipos de violência doméstica cometidas, começando por agressões psicológicas, restrições de liberdade, como o uso de roupas, frequentar certos ambientes, na qual o agressor julga ser um ambiente não propício para uma mulher, passando para agressões físicas leves, como empurrões, tapas, socos, chute e chegando ao extremo que seria o feminicídio, dados estatísticos que foram levantados por esses dois institutos.

Resultados e Discussão

Após análise detalhada dos dados estatísticos obtidos pela pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Instituto Data Folha no ano de 2021, a abordagem adotada para a pesquisa foi um questionário que deveria ser respondido pela mulheres entrevistadas, um questionário com duração média de 20 minutos para preenchimento das respostas, com as respostas foi elaborado uma estatísticas, infelizmente triste onde observou-se que: a) 61,8% das mulheres que sofreram violência afirmam que tiveram a renda familiar diminuída por consequência da pandemia; 46,7% perderam seus empregos ficando vulneráveis a manutenção dos parceiros agressores. b) Nos dois primeiros meses da pandemia houve uma queda de 27,2% nos registros de lesões corporais dolosas e de 31,6% nos de estupro. Já no anuário, a queda foi de 10,9% nos registros de lesões corporais dolosas e 23,5% nos de estupros, em razão da dificuldade

em denunciar, da manipulação psicológica e da ameaça. c) Das vítimas agredidas, 48,8% sofreram a agressão dentro da casa, 19,9% sofreram na rua², atestando a vulnerabilidade da mulher dentro do próprio lar. d) As taxas de feminicídio aumentaram 2,2% nos dois primeiros meses e 1,2% no anuário e mais 0,8% que foi registrado com homicídio doloso de mulheres. O estudo ainda constatou que as violências verbais e os xingamentos são sempre o início das agressões, por isso o número elevado de casos com 13 milhões. Outros tipos de violência tem uma menor ocorrência como tapas, socos ou chutes, relatados por 4,3 milhões de mulheres, isso é relativo a 8 agressões contra mulheres a cada minuto no Brasil. O estudo foi realizado em 130 municípios de todo o território brasileiro, com um total de 2.079 entrevistas, dessas 1089 eram mulheres as

entrevistadas, de todas as classes sociais e com 16 anos ou mais. A pesquisa procurou demonstrar uma a violência contra a mulher de uma visão geral, tanto de homens quanto de mulheres, enfatizando a vitimização direta das mulheres.

Conclusão

Conclui-se que a pandemia foi um agravante para a violência contra as mulheres, a maior parte desta violência ocorreu dentro de casa e os agressores são do convívio íntimo. NA evidente dificuldade das mulheres brasileiras em denunciar a violência, políticas públicas devem ser aperfeiçoadas, na esfera educacional, cultural e segurança.

Referências Bibliográficas

BUENO, S. et al. Visível e invisível: A vitimização de mulheres no Brasil. n. 3, 2021. BRASIL, Ministério da Saúde. Corona vírus Brasil. ago. 2022. Disponível em: . Acesso em: 31 ago. 2022.

Palavras-Chave: Violência. Mulheres. Pandemia

PROJETO DE VIABILIDADE ECONÔMICA PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA QUEIJARIA NA CIDADE DE ADAMANTINA

Paulo Henrique de Souza Matos

José Carlos Dias de Lima

Ana Paula Barbosa de Carvalho

Ana Julia Aparecida Silva

Rogério Buchala

Centro Universitário de Adamantina

57219@fai.com.br

Introdução

O mercado alimentício brasileiro é um dos setores com maior impacto econômico-financeiro nacional, a indústria brasileira de alimentos e bebidas é a maior do País, representando 10,6% do PIB brasileiro e gerando 1,72 milhão de empregos formais e diretos. O Brasil é o segundo maior exportador de alimentos industrializados do mundo, levando seus alimentos para 190 países, dados do Ministério da Economia e ABIA 2021 (Associação Brasileira da Indústria de Alimentos). Em 2021, foram investidos R\$ 13,2 bilhões no setor alimentício e R\$ 13,6 bilhões investidos em fusões, totalizando um investimento de R\$ 26,8 bilhões. (ABIA, 2022). Em algumas regiões do estado, o setor queijeiro emprega cerca de 30 mil famílias de pequenos proprietários rurais e movimentam mensalmente em torno de 10 milhões de reais. Dados de 2013 indicam que a produção leiteira no Brasil é de cerca de 20 milhões de litros, sendo 60% deste total destinado fabricação de queijos, a qual atinge 450 mil toneladas anuais. (ABIQ, 2014). Os países com os maiores níveis de consumo de queijo per capita em 2019 foram, República Tcheca 64 quilos, Alemanha 37 e França 25. (ABIQ, 2021). Impulsionado pelo aumento da demanda por queijos em todo o mundo, espera-se que o mercado continue seu padrão de aumento de consumo na próxima década. Com base nessas informações, observou-se a importância desse segmento o que norteou a realização do estudo de viabilidade econômica e financeira para a implantação de uma queijaria na cidade de Adamantina.

Material e Métodos

Como embasamento metodológico, foram aplicadas pesquisas de caráter quantitativo/exploratório, utilizando de conteúdos bibliográficos e pesquisas online de artigos científicos, que serviram de fonte para a coleta de dados de todo o processo. Foi também realizada visita técnica a associação Leite Joia, localizada no município de Adamantina. Para a elaboração do estudo, foram seguidas 6 etapas: 1ª – Levantamento de dados para revisão com base em livros, artigos e teses, priorizando a base de dados do Google Acadêmico, e a plataforma SciELO. 2ª – Visita técnica na associação Leite Joia em Adamantina/SP. 3ª – Análise e interpretação dos estudos coletados com foco na indústria de produção de queijos. 4ª – Levantamento da produção, dos equipamentos necessários e do consumo do queijo com foco no mercado nacional e regional. 5ª – Levantamento das projeções realizadas, de receitas, despesas e custos. 6ª – Análise dos cenários do mercado de laticínios no ano de 2022. 7ª – Realização do texto utilizando os resultados obtidos nos cálculos financeiros. Os métodos utilizados para análise financeira foram, análise do Índice de Rentabilidade (IR), cálculo do tempo de retorno do investimento - payback, Taxa Interna de Retorno TIR e o cálculo do Valor Presente Líquido -VPL.

Resultados e Discussão

Definiu-se a comercialização de três produtos básicos, queijo muçarela tradicional a R\$ 37,50 o quilo, nozinho de muçarela R\$ 47,50 e cabaça de

muçarela R\$ 52,50, tendo como custo de produção para o quilo produzido R\$ 24,89. A produção mensal foi estimada em 6.000 quilos de queijo mensais, divididos entre os 3 produtos. Os custos variáveis para a produção da quantidade definida estão projetados para R\$ 160.344,66 mensais, totalizando no ano-exercício em R\$ 1.924.135,87, destes 75% são referentes a matéria-prima, principalmente ao leite “in natura”, os demais 25% estão diluídos entre materiais secundários e tributos operacionais. O projeto apresentou um índice de rentabilidade de 50%, com o payback definido em 2 anos e 9 meses, uma Taxa Interna

de Retorno (TIR) de 34,38% e um Valor Presente Líquido de R\$ 1.077.543,34.

Conclusão

Após a análise dos resultados, pode-se concluir pela viabilidade econômico-financeira do projeto. Com um índice de rentabilidade de 50% ao ano, um payback de 2 anos e o Valor Presente Líquido de R\$1.077.543,34, o projeto é considerado mais atrativo que as remunerações oferecidas pelo mercado financeiro.

Referências Bibliográficas

ABIA, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE ALIMENTO. Relatório anual 2020, 2020. Disponível em: <https://www.abiq.com.br/index.asp> Acesso em: 26/03/2022
_____. Faturamento da indústria de alimentos cresce 12,8% em 2020 Acesso em: 26/03/2022
ABIQ. Associação Brasileira das Indústrias de Queijo. A busca por produtos funcionais deve impulsionar a venda crescente de queijos, 2014 Acesso em: 26/03/2022
AMARANTE, José Osvaldo Albano. Queijos do Brasil e do mundo para iniciantes e apreciadores, cidade, Mescla Editorial, 2015. Capítulo 01. Brasileiro aumentou o consumo de queijos durante a pandemia Acesso em: 21/03/2022
CONCHY, Juli Magali et al. Caracterização físico-química de queijo artesanal produzido pela agricultura familiar. 2016. Disponível em: <https://bdm.ufmt.br/handle/1/723> Acesso em: 28/05/2022
DE PAULA, Junio César Jacinto; DE CARVALHO, Antônio Fernandes; FURTADO, Mauro Mansur. Princípios básicos de fabricação de queijo: do histórico à salga. Revista do Instituto de Laticínios Cândido Tostes, v. 64, n. 367, p. 19-25, 2009. Disponível em: <https://rilct.emnuvens.com.br/rilct/article/view/76> Acesso em: 27/03/2022
LEITE, Zélia Therezinha Custódio et al. Leite e alguns de seus derivados: da antiguidade à atualidade. Química nova, v. 29, n. 4, p. 876-880, 2006. Acesso em: 20/03/2022
Margem de segurança Acesso em: 21/05/2022
Mercado global de queijos bate recorde em 2019 Em 2019, o mercado global de queijos aumentou 2,3,pequenas flutuações em certos anos. Acesso em: 26/03/2022
Payback Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/18111> Acesso em: 21/05/2022
Ponto de equilíbrio O IMPACTO DO CUSTO DO CAPITAL PRÓPRIO NO PONTO DE EQUILÍBRIO | Westarb Cruz | Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ Acesso em: 21/05/2022
Produção de queijo no Brasil Disponível em: <https://www.abiq.com.br/index.asp> Acesso em: 17/03/2022
Queijos: Aspectos químicos, bioquímicos e microbiológicos. Acesso em: 22/03/2022
VERDE, Cabo. ROTAS e ALQUIMIA. 2021. Disponível em: <https://www.imvf.org/wp-content/uploads/2021/04/rotas-e-alquimia-turismo-maio.pdf> Acesso em: 28/05/2022
TIR Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jrae/a/GmGgfkPxc5K7DNvPQSm3dLR/?lang=pt#> Acesso em: 21/05/2022

Palavras-Chave: Projeto De Viabilidade. Queijaria . Laticínio. Payback. Vpl

REFORMAS NECESSÁRIAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE GERENCIAL

Hugo Henrique dos Santos
Pedro Enrique Almeida Paiva
Gabriel Fernando Dias Ribeiro
João Vitor Pardo Simão

Reinaldo de Oliveira Nocchi
Centro Universitário de Adamantina
ihugoo2@hotmail.com

Introdução

A maneira como as coisas são executadas no Brasil é eficiente, porém necessita de algumas alterações para otimizar o que chamamos de evolução constante. O que é preciso fazer para que o Brasil retorne ao desenvolvimento? Os setores predominantemente rentistas da sociedade (ou seja, cujo rendimento é formado principalmente por juros) afirmam que o mais importante é prosseguir com as reformas. No extremo oposto, velhos desenvolvimentistas contam com a política industrial - ou seja, com a intervenção do Estado estimulando determinados setores ou empresas estratégicos para que a retomada do desenvolvimento ocorra. Para restaurar o crescimento e reduzir a desigualdade de renda, o Brasil precisa desenvolver conjunto abrangente de reformas na previdência social, tributação, mercado de crédito, ambiente de negócios, salvaguardas legais, liberalização comercial, privatização, política social e educação. Reforma também traz incerteza, embora todos saibam que o país vai melhorar no futuro, todos enfrentarão a incerteza sobre como sua situação particular será retrógrada.

Material e Métodos

Todo conteúdo utilizado para o levantamento de dados relacionados ao assunto foi inicialmente retirado de plataformas acadêmicas como o Google Acadêmico e BASE, tendo como apoio bibliográfico o livro fundamentos da Administração Pública e o livro Gestão Pública. No presente estudo, foi realizado um estudo de cunho qualitativo levando em conta experiências já obtidas anteriormente em algumas gestões governa-

mentais. Após a coleta de dados, foram realizadas análises fundamentais para a compreensão das informações obtidas para que houvesse sua devida colocação no trabalho em questão, pelo fato do tema em si abranger diversos setores como o da previdência, tributação, privatização, educação, agricultura, etc. Por ser uma pesquisa de caráter quantitativo realizou-se levantamentos estatísticos do gasto em cada setor levando em consideração o fator Pandemia. Afim de analisarmos os gastos em questão para podermos ter ideias de melhorias em cada setor abordado, implementamos um gráfico para melhor visualização e interpretação do tema.

Resultados e Discussão

Nosso país possui uma carga tributária análoga àquela existente em países de renda média-alta e um retorno em serviços prestados que nem de longe permite repetir a comparação. Além do mais, aquele que empreende passa um tempo considerável do ano apenas analisando quais tributos deve pagar. Além de cobrar a simplificação tributária, fica aqui a sugestão de que, nas próximas eleições, também estejamos atentos ao fato de que todo novo benefício pedido ao Estado tem seu o custo integralmente pago por nós mesmos e, estando atentos a esses meios de custear as ações estatais, podemos cobrar do poder público não só a otimização do uso desses recursos como o corte daqueles que não apresentem benefícios em bem-estar para a população. Os millenials (nascidos entre 1980 e 2000) começam a se preparar para a velhice muito cedo, o que é bom porque nosso sistema previdenciário agora é muito insustentável e não deve ser capaz de satisfazer aqueles que decidem a

aposentadoria das pessoas. Pare de trabalhar nos próximos vinte anos. O foco na seguridade social não se limita ao Brasil, o mundo inteiro está preocupado com a expansão populacional, e agora está focando em sua redução e seu impacto nos mercados previdenciário e de trabalho, bem como nos consumidores. Felizmente, o Brasil país ainda está um pouco atrasado nessa questão, pois o crescimento da população economicamente ativa superará o crescimento da população aposentada até 2020 - porém, isso é compensado pelo fato de os benefícios serem cumulativos (o que obviamente é algo que deve ser revisto, pois para cada pessoa que acumula mais de um benefício, deve haver outra pessoa que não tem mais benefícios aceitáveis porque os recursos são limitados), o que faz com que os orçamentos se concentrem cada vez mais apenas nesses pagamentos, o que acabará por reduzir o uso do orçamento público em outras áreas. Apesar dessas dificuldades, ao longo dos últimos 50 anos, muitos países fizeram reformas abrangentes. Estudando essas experiências, observa-se características desses países que ajudaram a quebrar resistências. Infelizmente, o Brasil não possui qualquer dessas características "facilitadoras" de reformas. Em primeiro lugar, é

mais fácil reformar economias de países pequenos. Estes não têm mercado interno significativo e precisam se abrir para o mundo. Com economia aberta, são mais vulneráveis a oscilações da economia internacional e, por isso, precisam manter macroeconomia saudável. Para atrair capitais externos precisam de uma justiça rápida e segura. Além disso, têm uma elite menos numerosa, o que diminui o custo de transação para realizar acordos. Também têm governo unitário, não sofrendo os conflitos e bloqueios gerados nos sistemas federativos. Nova Zelândia e Irlanda seriam exemplos nesse grupo. O Brasil, grande, fechado e com uma federação conflituosa está longe desse perfil.

Conclusão

É nítido que precisamos de uma reforma para continuar progredindo, esse modelo (previdência e tributação) funcionava muito bem no caso da previdência nos tempos antigos, hoje com as famílias tendo cada vez menos filhos fica difícil financiar quem está aposentado atualmente, pode deixar de ser sustentável, portanto, necessária a mudança.

Referências Bibliográficas

LIMA, Junior, BRASIL, Olavo. As reformas administrativas no Brasil: modelos, sucessos e fracassos. Número padronizado: v. 49, n. 2 (1998) Revista do Serviço Público - RSP, ano 49, n. 2, p. 5-32 MENDES, marcos. "Por que é difícil fazer reformas econômicas no Brasil." (2019). INFOMONEY, As seis reformas que o Brasil precisa realizar. Disponível em: (www.infomoney.com.br/colunistas/terraceo-economico/as-seis-reformas-que-o-brasil-precisa-realizar/). Acesso em: 31/08/2022.

Palavras-Chave: Mudança. Reforma. Economia. Desenvolvimento. Crescimento

RELAÇÃO ENTRE DIVERSIDADE E PRODUTIVIDADE NO AMBIENTE DE TRABALHO

Gislaine Maria de Souza Freitas
Luciana Passos Marcondes Scarsiotta, Agatha Stela de Moraes
Centro Paula Souza
gislaine.souza.gims@gmail.com

Introdução

A implementação de diversidade nas empresas é importante sob o aspecto econômico. É inegável que além da importância econômica, a empresa também tem uma responsabilidade social, já que está inserida dentro de um território e interagem com diversos aspectos da sociedade. A vantagem mais evidente de se promover a diversidade dentro das empresas é passar uma mensagem de respeito às diferenças, de tolerância, de diálogo entre as pessoas e de atingimento de objetivos de forma coletiva. A empresa é um espaço importante da sociedade em que pode iniciar um processo, com objetivo mais amplo, de integração de pessoas de diferentes naturezas, para cumprimento de objetivos em comum. Apesar do objetivo da empresa ser a maximização de riquezas e lucro, o fato de haver uma equipe diversificada atingindo tal objetivo mostra para os demais setores da sociedade que é possível transpor esse processo para outras áreas e para outros objetivos. Além desse aspecto social, evidente que é necessário analisar se a implementação da diversidade garante alguma vantagem do ponto de vista empresarial. Em vários lugares no mundo, e em especial no Brasil, há uma tendência a rejeitar as pessoas enquadradas como minoria, fazendo com que os quadros empresariais fiquem sem essa diversidade e, dessa forma, fazem com que diversas empresas não explorem todo o seu potencial. Este trabalho tem por objetivo apresentar a relação entre diversidade e produtividade no ambiente de trabalho.

Material e Métodos

Trata-se de uma revisão da literatura acerca da diversidade e produtividade. Para a construção desta revisão foi trilhado o percurso metodológico subdividido em duas etapas. A primeira refere-se a busca on-line na base de dados em sites que disponibilizasse em sua base de dados artigos, revistas, capítulos de livros, Anais de eventos, relacionados a temática diversidade e produtividade. Através da pesquisa bibliográfica foi possível levantar um conhecimento disponível sobre o assunto. Para a localização dos artigos foram utilizados os seguintes descritores: diversidade relação com a produtividade. Para o alcance do objetivo optou-se pela pesquisa descritiva, a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Segundo Vergara (2000, p.47), “a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. A autora coloca também que a pesquisa não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.”.

Resultados e Discussão

Diversidade significa variedade, pluralidade e multiplicidade. Para Fleury (2000, p.14) define diversidade como o resultado da interação entre indivíduos com diferentes identidades e que convivem no mesmo sistema social. “O tema diversidade cultural pode ser estudada sob diferentes perspectivas: no nível da sociedade, no nível organizacional e no nível do grupo ou indivíduo” Para Fleury (2000) administrar a diversidade em âmbito organizacional significa adicio-

nar valor à empresa. No entanto, explicam que apenas aumentar a diversidade das equipes, levando em consideração conceitos tão abrangentes de diversidade, não necessariamente é uma boa estratégia organizacional. É importante classificar a diversidade em tipos, pois cada tipo irá se correlacionar de forma diferente aos resultados das equipes. O conceito de produtividade foi introduzido e desenvolvido nas organizações para auxiliar, avaliar e melhorar seu desempenho. Inicialmente, a produtividade era calculada pela razão entre o resultado da produção e o número de empregados. Outras formas de medir a produtividade apareceram ao longo do tempo, quando era comparado o resultado da produção com a utilização de outros recursos, por exemplo, energia, matéria-prima, insumos, entre outros (SINGH et al., apud KING, 2007). De acordo com King (2007), as empresas devem medir sua produtividade através de indicadores que apoiam-se no desenvolvimento do planejamento da empresa, Uma das formas de aumentar a produtividade por meio da diversidade na empresa é trabalhando com algumas estratégias, segundo Fleury (2000), sendo elas:

a) Atrair talentos além dos estereótipos: olhar para a qualificação, dons e talentos; b) Preparar o ambiente para gerar relacionamentos interpessoais, uma boa forma são os espaços “Makers” c) Proporcionar debates construtivos, desenvolvendo a capacidade de ensinar e aprender, a criar opiniões e ideias inovadoras. d) Apresentar atividades que possibilitam a criatividade e a inovação, culturas e pessoas diferentes, geram conflitos que geram novas ideias. Quando pessoas diferentes se unem, surgem ideias melhores e mais eficientes. Por isso, é importante que a empresa crie projetos com pessoas de habilidades e experiências diferentes para que gerem novas soluções.

Conclusão

Conclui-se que a a diversidade causa efeitos positivos na produtividade. A existência de várias perspectivas e experiências ajudam as empresas a superar problemas com mais criatividade e a gerar mais inovação, melhorando a eficiência e eficácia no ambiente de trabalho.

Referências Bibliográficas

FLEURY, Maria Tereza Leme. Gerenciando a diversidade cultural: experiências de empresas Brasileiras. Rev. adm. empres., São Paulo , v. 40, n. 3, p. 18-25, Set. 2000. Disponível em . Acesso em 08 jun. 2019. KING, N. C. O. Desenvolvimento de um processo para análise da Produtividade Sistêmica. Curitiba: PUC/PR, 2007. LINS, Bernardo Estellita. Breve História da Engenharia da Qualidade. Cadernos Aslegis 12, São Paulo: UNESP, 2004. VERGARA, Sylvia C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

Palavras-Chave: Diversidade. Produtividade. Empresa. Inovação. Criatividade

RELATO DE EXPERIÊNCIA: A PSICOLOGIA EDUCACIONAL NO TRABALHO COM ADOLESCENTES NO SISTEMA EDUCACIONAL

Yuri Kawan Cabreira Facco
Maria Eduarda Stefani Casa Grande
Thaísa Angélica Déo da Silva Bereta
Centro Universitário de Adamantina
yurifacco1@gmail.com

Introdução

Tendo em vista que a escola está sendo um campo de trabalho para o psicólogo, caracterizado pela inserção do psicólogo muitas vezes para intermediar o desenvolvimento humano dos alunos e a aprendizagem. A escola é uma instituição que além de conhecimento transmite todo o processo de cultura e de espaço de desenvolvimento da subjetividade, com isso a premissa que a Psicologia Escolar tem o principal objetivo o processo educacional. O psicólogo educacional trabalha tanto os aspectos emocionais quanto a ordem cognitiva, também trabalha na orientação de professores e familiares pois isso reflete consideravelmente na vida escolar e no desempenho da criança/adolescente na escola. Trabalhar com adolescentes nem sempre é uma tarefa fácil, pois a adolescência é vista como um período de transformações, emoções, crise de identidade, questionamentos sobre sua existência, seu corpo, escolhas que devem ser tomadas.

Material e Métodos

O estágio obrigatório foi realizado em uma escola estadual do interior do estado de São Paulo, tendo ocorrido com uma sala do 6º ano, duas salas do 7º ano, uma sala do 8º ano e uma sala do 9º do Ensino Fundamental. Foi trabalhado a partir de dinâmicas em grupo usando técnicas para integrar, divertir, aprender, refletir e principalmente o autoconhecimento e assim os estagiários observaram os comportamentos dos envolvidos. Todas as dinâmicas foram aprovadas pela supervisora de estágio e pelos coordenadores da escola e vice diretor. As dinâmicas foram montadas a partir de pesquisas em livros, arti-

gos e discussões na supervisão. Foram utilizados os seguintes materiais e recursos: slides, folhas de sulfite, lápis, balões e lousa da sala para que os alunos pudessem interagir entre eles.

Resultados e Discussão

Durante as supervisões foi discutido sobre o bullying que refere se ao comportamento agressivo entre os envolvidos do ambiente, esse ato ocorreu durante algumas dinâmicas os alunos faziam piadas principalmente sobre cor de pele e cabelo e assim gerando desorganização na sala de aula e muitas risadas. No que concerne à escola, especificamente, suas consequências incidem, sobretudo, no ambiente de socialização, no processo de ensino/aprendizagem e na integridade física e emocional dos estudantes. Para vítimas e observadores, decorrem desse contexto sensação de insegurança, movimentos de esquiva das agressões, mediante, principalmente, faltas às aulas, diminuição da autoestima, do autoconceito e fomento de sentimentos negativos (SILVA et al., 2013, p. 123). Há algumas salas na escola que são denominadas pelos professores como as piores salas da escola e até mesmo os próprios alunos diziam que a sala dele era a pior da escola, ou seja, eles não se empenharam mais por já ter recebido essa titulação e outros alunos até se gabavam por isso. Um dos intuitos do estágio foi trazer uma reflexão sobre esse rótulo de piores salas, reforçando que não existe pior sala e sim, que cada sala tem suas qualidades e dificuldades, sendo todas importantes para a escola como um todo. O uso do celular chamou a atenção, pois muitos alunos durante as aulas e as dinâmicas ficavam mexendo intensamente no aparelho e os professores ressaltaram isso na

sala dos professores que alguns alunos ficavam ouvindo música, ou conversando por mensagem para não atrapalhar a sala de aula fazendo bagunça, então era melhor o aluno ficar entretido no celular e entregar as atividades mesmo que copiando do colega do lado do que ficar bagunçando durante a aula. Mesmo com uma lei estadual que proíbe o uso do celular dentro da sala de aula e tendo um aviso, colado na parede, os alunos ainda assim, utilizam o aparelho tanto para realizar ligações, enviar mensagem, ficar

em rede sociais, jogos e até mesmo durante, a prova para compartilhar as respostas com seus colegas de turma (NAGUNO; TELES, 2016, p. 359).

Conclusão

Conclui-se que o desenvolvimento do estágio foi essencial para a formação dos estagiários, ampliando as possibilidades de intervenções que podem ser pensadas no ambiente acadêmico.

Referências Bibliográficas

DE OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes; PINTO, Raquel Gomes; SOUZA, Alessandra da Silva. Perspectivas de futuro entre adolescentes: universidade, trabalho e relacionamentos na transição para a vida adulta. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 11, n. 1, p. 16-27, jun. 2003. Acesso em: 12 de Março de 2022. DIAS, Ana Cristina Garcia; PATIAS, Naiana Dapieve; ABAID, Josiane Lieberknecht Wathier. Psicologia Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: algumas reflexões. *Psicologia Escolar e Educacional* [online]. 2014, v. 18, n. 1 [Acessado 20 Março 2022], pp. 105-111. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-85572014000100011>>. SANTOS, J. V.; GONÇALVES, C. M. . Psicologia educacional: Importância do Psicólogo na Escola. dez, 2016. Acesso em: 20 mar. 2022. NAGUNO, Estevon; TELES, Lucio França. O uso do celular por estudantes na escola: motivos e desdobramentos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* [online]. 2016, v. 97, n. 246 [Acessado 15 Maio 2022], pp. 356-371. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S2176-6681/371614642>>. OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAUJO, Claisy Maria. Psicologia escolar: cenários atuais. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, dez. 2009. Acessos em: 20 mar. 2022. SILVA, Jorge Luiz da et al . Bullying na sala de aula: percepção e intervenção de professores. *Arq. bras. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 65, n. 1, p. 121-137, jun. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672013000100009. Acesso em: 15 mai. 2022.

Palavras-Chave: Psicologia Educacional. Ensino Fundamental. Adolescentes

RESENHA DO ARTIGO: HOJE VAMOS POVOAR O CÉU: VIOLÊNCIA E MARTÍRIO NA CONVERSÃO DA AMÉRICA PORTUGUESA

Natan Alves Gonçalves

Amanda Laís Gonçalves

Pedro Henrique Lacerda de Carvalho

Tiago Rafael dos Santos Alves

Faculdade da Alta Paulista

natan_a.g@hotmail.com

Introdução

O artigo tem como objetivo analisar o contexto da morte violenta dos Quarenta Mártires do Brasil ocorrida em 1570, evidenciando a tensão religiosa que marcou o período posterior ao Concílio de Trento (1545-1563). Um grupo de quarenta jovens da Companhia de Jesus, que seguia para as terras da América portuguesa, teve a embarcação que ocupavam interceptada por calvinistas franceses, na região das Ilhas das Canárias. O navio dos jesuítas foi cercado e atacado pelos calvinistas, e a maioria dos missionários cristãos foi lançada ao mar, alguns mortos e outros ainda vivos. Esse episódio foi um dos momentos mais trágicos e violentos da conquista espiritual das terras americanas, fazendo que o papa Pio IX realizasse a beatificação dos religiosos em 11 de maio de 1854. Também possui breve introdução a respeito da história de Martinho Lutero que mesmo sendo perseguido pela igreja, sendo considerado herege fugitivo por questionar dogmas do cristianismo permaneceu defendendo suas teses e fazendo traduções do livro sagrado para que a população tivesse maior acesso à obra sem intermédio da Igreja.

Material e Métodos

O material consiste em uma apresentação composta por elementos orais e visuais, se trata de uma apresentação falada e uma apresentação de slides, modelo arquivo de Power Point dotado de textos relevantes para a compreensão do artigo, palavras-chave e imagens que em sua maioria são pinturas datadas da época em que se passa a história retratada no capítulo que

será apresentado. O método utilizado é denominado revisão bibliográfica, que é, de forma geral, a revisão das pesquisas e das discussões de outros autores sobre o tema que será abordado no trabalho. Neste caso será realizada a revisão das pesquisas e discussões de Mary del Priore e Angélica Müller presentes no Capítulo 1: “Hoje vamos povoar o céu: Violência e martírio na conversão da América portuguesa” do livro intitulado “História dos crimes e da violência no Brasil” A apresentação terá como subtítulos principais: “Autoras; Objetivo; Conflitos; Intolerância e Violência; Converter a América Portuguesa; Conclusões e Referências Bibliográficas”.

Resultados e Discussão

A trágica morte do padre Inácio de Azevedo e seus 39 companheiros é um dos registros da intolerância que se alastrou entre as religiões cristãs durante o processo de evangelização nas terras coloniais. A expansão e afirmação do protestantismo na Europa causaram milhares de vítimas e o episódio em tese comprova a sanguinária violência dos huguenotes. Por esse fato, em 1571, o monarca português protestou junto ao soberano francês e determinou que os piratas fossem perseguidos até ser encontrados e punidos com o rigor que mereciam. A exaltação da imagem dos Quarenta Mártires do Brasil não foi um ato inédito, pois a cultura do martírio surgiu durante o Concílio Tridentino e já estava se propagando. O martírio era uma virtude, pois demons trava a perseverança na fé católica e a luta heroica na defesa dos ideais. Dessa maneira, os jesuitas passaram a ser um exemplo de sacrifício e mortificação para aqueles que desejassem seguir para as missões. A consolidação da

convivência pacífica entre dogmas diferentes foi dificultada não só por questões de fé, mas também pela necessidade de solucionar questões políticas a interferir diretamente no fenômeno religioso. A violência praticada no século XVI, que coincide com o processo de colonização do Brasil, implicou crueldade, intolerância de ambas as partes: da Igreja e dos protestantes, responsáveis diretos pelo jorro de muito sangue. Baseado no artigo, nota-se o rastro de sangue deixado durante a formação do Brasil e também que mártires cristãos e suas trajetórias de vida dotadas de significado têm grande relevância para a formação histórica e cultural do Brasil. Ob-

serva-se que a morte dos 40 mártires é lembrada até nos dias de hoje mesmo tendo acontecido em um passado distante dado ao nível de injustiça, especialmente envolvendo religiões que continuam com enorme relevância e poder.

Conclusão

O objetivo do trabalho é exibir um passado da formação do Brasil repleto de sofrimento para extrair reflexão em relação a certos assuntos como a nítida intolerância religiosa presente nos relatos.

Referências Bibliográficas

Priore, Marie del; Müller, Angélica. História dos crimes e da violência no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

Palavras-Chave: Direito. História. Crimes

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR ERRO JUDICIÁRIO: UM OLHAR PARA O PRECEITO CONSTITUCIONAL DO ARTIGO 5º, INCISO LXXV

Roberto Torres do Nascimento

Tainara de Souza Silva

Fernanda Stefani Butarelo

Centro Universitário de Adamantina

31221@fai.com.br

Introdução

Atualmente vive-se um momento de diversificação do sistema jurisdicional brasileiro, adotando-se métodos mais eficientes para chegar a decisões judiciais, inclusive com reformas legislativas nas regras processuais. Entretanto, é importante ressaltar que as modernas alterações nos mecanismos processuais não impedem definitivamente dois graves acontecimentos que podem decorrer da jurisdição: a condenação criminal indevida e o excesso de tempo que um condenado pode passar em cárcere após o cumprimento da pena. O artigo 5º, inciso LXXV da Constituição Federal, diretamente ligado ao direito fundamental à segurança jurídica, estabelece: “o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.” A previsão constitucional tem a sua força, mas é necessário enxergar as consequências que erros judiciários trazem para a sociedade, sobretudo para a pessoa que teve a sua dignidade humana (assegurada pelo artigo 1º, inciso III da Lei Maior) lesada pela falha no julgamento de um caso concreto. É de conhecimento público os problemas existentes nos cárceres brasileiros, apresentando-se como um sistema precário em termos de proteção de direitos humanos, levando muitos encarcerados a experiências degradantes, com exposição a doenças e maus tratos que podem, inclusive, acarretar a morte. O objetivo do presente trabalho é refletir sobre as graves consequências do erro judiciário, sobretudo em matéria criminal. Para tanto, analisou-se o trágico caso de Marcos Mariano da Silva, preso indevidamente, permanecendo por quase 19 anos no sistema prisional

do Estado de Pernambuco, com sequelas irreversíveis.

Material e Métodos

O presente trabalho descritivo, de natureza qualitativa, está baseado nas disposições constitucionais vigentes, especialmente no artigo 1º, inciso III e no artigo 5º, inciso LXXV. Os Princípios Constitucionais do Devido Processo Legal, bem como do Contraditório e da Ampla Defesa, previstos no artigo 5º, incisos LIV e LV da Lei Maior, também fundamentam as discussões propostas. A pesquisa bibliográfica permitiu a interpretação da legislação sobre o tema. A pesquisa documental levou à escolha de um caso concreto de erro judiciário, público e notório, com a finalidade de evidenciar as trágicas consequências da falha na função jurisdicional do Estado. O caso escolhido também corrobora a problemática relativa à eficácia da disposição constitucional no que se refere à responsabilidade civil e a indenização devida pelo Estado nos casos em que fica comprovado erro decorrente da jurisdição. Trata-se da decisão final do Superior Tribunal de Justiça (STJ) nos autos do Recurso Especial nº 802.435 – PE, proferida pela 1ª Turma, publicada no DJ de 03/11/2004. Apesar da data do julgamento, o caso é um marco para a reflexão sobre os danos à dignidade humana decorrentes de erro judiciário.

Resultados e Discussão

Marcos Mariano da Silva, pernambucano, foi preso em 1976, sem provas, pelo simples fato de seu nome ser parecido com o de um acusado de ho-

micídio. Ele permaneceu ilegalmente preso por alguns períodos. Inicialmente, de 1976 a 1982, sendo colocado em liberdade. Posteriormente, foi preso novamente, permanecendo no sistema prisional do Estado de Pernambuco por quase 13 anos ininterruptos, de 27/09/1985 a 25/08/1998. No cárcere ele contraiu tuberculose, além de ter perdido a visão dos dois olhos durante uma rebelião. No total foram quase 19 anos encarcerado indevidamente. Após muito sofrimento, o erro judiciário foi reconhecido e o réu, que na verdade sempre foi vítima, foi colocado em liberdade. Considerando todo o ocorrido, ingressou com Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais contra o Estado de Pernambuco, com fundamento no artigo 5º, inciso LXXV da Constituição Federal. Os danos decorrentes do erro judiciário foram reconhecidos pelo próprio Poder Judiciário, sendo o Estado de Pernambuco condenado a pagar uma indenização de R\$ 156.000,00 de danos materiais e R\$ 1.844.000,00 de danos morais. Ficou reconhecida a gravidade do fato, revelando-se grave atentado à dignidade humana. O Estado de Pernambuco recorreu até a terceira instância judicial, mas nos autos do Recurso Especial nº 802.435 o Superior Tribunal de Justiça negou provimento ao recurso estatal, mantendo a indenização fixada. Cite-se trecho da decisão: “Deveras, a dignidade humana retrata-se, na visão Kantiana, na autodeterminação; na vontade livre daqueles que usufruem de uma vivência sadia. É de se indagar, qual a aptidão de um cidadão para o exercício de sua dignidade se tanto quanto experimentou foi uma “morte em vida”, que se caracterizou pela supressão ile-

gítima de sua liberdade, de sua integridade moral e física e de sua inteireza humana?” ,(REsp 612.108⁄PR, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJ 03.11.2004) Registre-se que apesar da indenização fixada em favor de Marcos Mariano da Silva como forma de compensar os danos materiais e morais decorrentes da prisão ilegal, contrária a todos os ditames constitucionais, prisão que decorreu de erro judiciário, o mesmo faleceu em 22/11/2011, aos 62 anos de idade, de infarto do miocárdio, antes de receber o valor integral, tendo em vista o sistema de precatório (forma de pagamento da dívida pública). O caso exposto, com o fim de pautar a presente reflexão, é, sem dúvidas, apenas um exemplo entre tantos casos já ocorridos e que podem estar ocorrendo diariamente no Brasil. Casos esquecidos em que os réus condenados, verdadeiras vítimas de erros judiciários, lutam pela real justiça. Neste contexto, essencial o zelo e a diligência do Poder Judiciário e das funções essenciais à justiça, caso a caso, pois envolvem vidas humanas.

Conclusão

Os ditames constitucionais relacionados com a segurança jurídica, como a dignidade humana, devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, precisam estar conectados, sendo rigorosamente observados pelo Poder Judiciário, com o fim de evitar casos desumanos como o de Marcos Mariano da Silva, vítima da justiça que deveria protegê-lo.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp 612.108⁄PR, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJ 03.11.2004. Ex-mecânico, que ficou cego em rebelião, foi confundido com assassino em PE. Migalhas. Disponível em: < <https://www.migalhas.com.br/quentes/24248/ex-mecanico-que-ficou-cego-em-rebeliao-foi-confundido-com-assassino-em-pe>>. Acesso em: 14.ago.2022 LENZA, P. ESQUEMATIZADO - DIREITO CONSTITUCIONAL. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2021. 9786555594928. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555594928/>. Acesso em: 14. Ago. 2022 TAVARES, A. R. Curso de Direito Constitucional. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2022. 9786555596915. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596915/>. Acesso em: 14 Ago 2022

Palavras-Chave: Dignidade Da Pessoa Humana. Erro Judiciário. Segurança Jurídica. Devido Processo Legal. Ampla Defesa E Contraditório

RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA NAS RELAÇÕES DE CONSUMO: TUTELA JURÍDICA DE DIREITOS E DEVERES

Vinicius Campos de Souza
Mauri Buzinaro, Eliana Kátia Pupim
Faculdade de Direito da Alta Paulista
229839@fadap.br

Introdução

O presente artigo versa sobre a responsabilidade civil objetiva consequentes às relações de consumo, dando ênfase em noções gerais e fundamentações a serem aplicadas, trazendo amparo ao consumidor, muitas vezes prejudicado pela insciência de conhecimento dos direitos e deveres dispostos em nosso ordenamento jurídico, concernente ao Código de Defesa do Consumidor. O objetivo geral deste artigo é elaborar documento a fim de transmitir domínios que amparem os leitores que buscam aprendizados específicos nas relações de consumo, semeando direitos com o intuito de identificar a tutela a ser adotada na relação. Tendo como objetivos específicos: resgatar o conhecimento geral da responsabilidade e analisar os efeitos da equidade nas relações de consumo; apresentar aos consumidores, direitos e tutelas à sua disposição para auxílio; relacionar casos concretos onde consumidores são prejudicados em razão da não ciência de suas possibilidades de ação, possibilitando ao leitor a descoberta do amplo conjunto de suporte e sustentação que dispõe a seu favor. Ao deparar com diversos fatos relacionados aos possíveis prejuízos do consumidor ou prejuízo já concretizado, foi necessário um estudo aprofundado do tema com o sentimento de dever a apresentar conhecimentos aos numerosos consumidores, com a finalidade de eludir detrimen- tos e possibilitar o equilíbrio nas relações com a compreensão das ações cabíveis a serem tomadas nos casos concretos praticados no dia a dia.

Material e Métodos

Visando o conhecimento pessoal de direitos básicos do cliente consumidor, o presente artigo

está em desenvolvimento através do método de pesquisa bibliográfica; motivado pelos conceitos de pesquisa básica, também conhecida como pura ou fundamental; tendo como abordagem a qualitativa; como objetivos os quesitos exploratórios; e com a coleta de dados sendo realizada por levantamentos bibliográficos. Em busca de atingir os objetivos apresentados, foram realizados estudos seccionais de base da pura ciência já aplicada até o presente momento. Foi praticado em conjunto, o estudo e observância das Leis dispostas no Código de Defesa do Consumidor e Código Civil, ao menos durante 4 anos, desde o início do curso de Direito e atualmente cursando por quem vos descreve, entre o período de 2019 a 2022. Pesquisas foram efetuadas no portal de periódicos da capes e na biblioteca eletrônica SciElo Brasil, através de palavras-chave como responsabilidade civil objetiva, relação de consumo, consumidor e direito do consumidor, localizando estudos como o do artigo RESPONSABILIDADE PELO FATO DO PRODUTO E DO SERVIÇO (COSTA, 2007, p. 7, a p. 9) e o artigo científico DANO TEMPORAL NA RELAÇÃO DE CONSUMO: O DIÁLOGO DAS FONTES COMO MÉTODO PARA UMA CONCRETIZAÇÃO DE TUTELA JURÍDICA AUTÔNOMA (BORGES, LEANDRO, p. 3 a p. 6), entre exemplo, além da execução de análise prática de casos concretos.

Resultados e Discussão

Quem nunca realizou certa compra, contratou determinada prestação de serviço, ainda que indiretamente, ou confiou seu automóvel em local específico para a segurança do bem, como os estacionamentos, e se deparou com as seguintes frases semelhantes à “não nos responsabilizamos por danos ou objetos deixados no interior

do veículo”, ou mesmo parecido com “é de responsabilidade do passageiro em caso de perda ou qualquer avaria ocorrida com a bagagem”, e também similares à “não nos responsabilizamos por perdas ou danos de sua encomenda”, entre outras expressões pré-estabelecidas pelo comerciante, onde o ideal principal a ser transmitido é NÃO NOS RESPONSABILIZAMOS! A polêmica ao esbarrar com esse tipo de situação é se realmente a responsabilidade não é do comerciante, ou se utilizam os meios citados para se eximirem da obrigação de assumir o risco pelo serviço específico e prestado, deixando o consumidor de mãos atadas. Existe algo que possa ser feito? Se você nunca havia presenciado esse tipo de situação, ou se observa corriqueiramente fatos análogos aos exemplificados acima, ou até mesmo já tenha vivenciado certa condição, este artigo é pensado e desenvolvido especialmente para você, que, ao final, terá ao menos noções básicas de qual direção deverá tomar para que não seja explorado! De acordo com artigo 12 do CDC (Código de Defesa do Consumidor), Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, dispõe que “o fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos” (Brasil, 1990). Ainda assim, o comerciante que insere o produto ou serviço ao mercado, também se responsabiliza idoneamente, com amparo no Art. 13 do CDC (Brasil, 1990). E no terceiro artigo base para a identificação da responsabilidade, o Art. 14 do mesmo

código, dispõe que “o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e risco” (Brasil, 1990). Vale ressaltar que os danos não se limitam somente ao produto, mas também engloba ao próprio consumidor que, por um caso atípico, vier a sofrer algum tipo de lesão física decorrente do produto fornecido. Como exemplo, o IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) faz menção a um dos casos citados acima em sua matéria, apontando que os “estacionamentos não devem se eximir de culpa por dano no veículo, mesmo com placa de aviso”, onde o comerciante que disponha de estacionamento tem o dever de zelar pela segurança do veículo e seus objetos que o complementem, sendo responsabilizado pela má prestação de serviço (IDEC, 2011, p. 1). Dentre outras conjunções que disporão em sequência no presente artigo.

Conclusão

Embora tenhamos ainda nos dias atuais, diversas declarações contrárias por parte dos comerciantes, a legislação concedeu a responsabilidade civil objetiva nas relações de consumo, independente da comprovação de culpa, ou seja, mesmo que não tenha agido com a intenção de prejudicar, o fornecedor é responsabilizado.

Referências Bibliográficas

TARTUCE, Flávio. NEVES, Daniel Amorim Assumpção. MANUAL DE DIREITO DO CONSUMIDOR: Direito Material e Processual. 7ª ed. volume único. São Paulo: Método. 2018. p. 154 a p. 208. COSTA, Michele. RESPONSABILIDADE PELO FATO DO PRODUTO E DO SERVIÇO. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, [S. l.], volume 2, número 3, 2007. DOI: 10.5902/198136946815. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/6815>. Acesso em: 07 setembro de 2022. p. 7, p. 8, p. 9. BORGES, Gustavo. LEANDRO, Rafael. DANO TEMPORAL NA RELAÇÃO DE CONSUMO: O DIÁLOGO DAS FONTES COMO MÉTODO PARA UMA CONCRETIZAÇÃO DE TUTELA JURÍDICA AUTÔNOMA, Revista de Direito, Globalização e Responsabilidade nas Relações de Consumo, Volume 5 (1), 2019. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2526-0030/2019.v5i1.5367. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistadgrc/article/view/5367/pdf>. Acesso em: 07 setembro de 2022. p. 3, p. 4, p. 5, p. 6. ESTACIONAMENTOS NÃO DEVEM SE EXIMIR DE CULPA POR DANO NO VEÍCULO, MESMO COM PLACA DE AVISO. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor IDEC, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078compilado.htm](https://idec.org.br/consultas/dicas-e-direitos/estacionamentos-nao-devem-se-eximir-de-culpa-por-dano-no-veiculo-mesmo-com-placa-de-aviso#:~:text=Estacionamentos nã&oe devem se eximir,Brasileiro de Defesa do Consumidor. Acesso em: 07 setembro de 2022. _____. Código de Defesa do Consumidor. Decreto Presidencial nº 2.181, de 20 de março de 1997, Brasília, DF, 1997. Disponível em: <a href=). Acesso em: 10 setembro de 2022.

Palavras-Chave: Direito do Consumidor. Garantias Legais. Responsabilidade Civil Objetiv. Código de Defesa do Consumidor. Noções Gerais

VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA DE UMA ALAMBIQUE DE CACHAÇA EM ADAMANTINA

Matheus Gabriel Capaldi Iorino
Hugo Alberto Rombalde
Rogério Buchala
matheus.iorino@hotmail.com

Introdução

O álcool como bebida, está presente na civilização em várias culturas e tempos; existem vestígios no Egito de 4000 anos A.C. já havia o consumo de cerveja, e que o álcool é tão antigo quanto a agricultura. O processo de destilação tenha sido criado cerca de 3000 anos A.C. pelos Árabes. (DA SILVA, 2020). Considerado patrimônio cultural do Brasil, a cachaça tem o potencial de movimentar um grande mercado como turismo cultural ou gastronômico do País. Com o consumo e mercado crescentes, nas últimas décadas, por esforços de produtores da bebida e do governo, com incentivos e valorização, consideram-na como um produto genuinamente brasileiro (SIMONCINE, 2022). A cachaça é considerada uma bebida com quinhentos anos de história, sendo a primeira bebida destilada das Américas segundo o Instituto Brasileiro da Cachaça (IBRAC, 2022). De acordo com Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (BRASIL 2021), o estado de Minas Gerais é o líder de produção da bebida no país, com 397 estabelecimentos registrados até o ano de 2020, ficando à frente do estado de São Paulo, com 128 registros, diferença de 269 estabelecimentos. Em 2021 houve aumento de produtores de 2,4% e um aumento de 18,5% nas marcas do destilado (BRASIL, 2021), ainda, segundo o MAPA, dois estados se destacam por não produzirem o destilado no país, sendo Amapá e Roraima. Fundamentados sobre o mercado e produção da bebida, foi analisado, neste trabalho, a viabilidade da implantação de uma alambique para produção de cachaça, em Adamantina, interior de São Paulo.

Material e Métodos

Trata-se de um estudo experimental de caráter exploratório, realizado no período de fevereiro a julho de 2022, com o referencial teórico baseado em artigos nacionais e livros sobre a temática proposta disponibilizados nos bancos de dados das plataformas Scielo, Google Acadêmico e biblioteca online do Centro Universitário de Adamantina - UNIFAI. Valores e números foram obtidos com planilhas desenvolvidas no software Microsoft Excel, levando em consideração todos os investimentos em máquinas e equipamentos, móveis e utensílios com estimativa dos custos fixos e variáveis, tributos e receitas. Desta forma, foi possível identificar os valores referentes ao Capital de Giro necessário, Índice de Rentabilidade, Taxa Interna de Retorno, tempo de Retorno do Investimento (Payback) e o Valor Presente Líquido (VPL). A simulação foi baseada com a comercialização de 70% da capacidade produtiva da empresa, ou seja, 30% de ociosidade. Este parâmetro foi adotado como premissa básica para retratar a realidade de mercado; uma empresa entrando no mercado não conseguiria iniciar suas atividades vendendo 100% da sua produção. Essa condição é importante para retratar as dificuldades de implantação de um empreendimento. Estimou-se um crescimento de 5% das vendas por ano, durante os 10 primeiros anos, com um preço inicial unitário de R\$ 15 reais por litro.

Resultados e Discussão

Os resultados obtidos são positivos, entre eles, o valor total dos investimentos é de R\$ 282.019,10, investidos na compra de um veículo, readequação civil do prédio, compra de todos os equipa-

mentos, máquinas, utensílios, móveis e o valor de capital de giro necessário. Do total a ser investido, pode-se pedir 70% de financiamento junto a instituições financeiras, os 30% restantes, deve ser integrado com capital próprio societário. Os custos são considerados todos gastos ou saídas de caixa que estejam relacionados a produção, estes podem ser divididos em fixos, aqueles que não oscilam com a quantidade produzida e os variáveis, que estão diretamente ligados a quantidade produzida e variam em função disso. Ambos foram estimados em R\$ 41.184,06 e R\$ 31.784,33, respectivamente. A produção estimada é de 590 litros diários, 20 dias mensais perfazendo uma produção de 11.800 litros de cachaça mensais. A estimativa de venda inicial é de 70% da produção, ou 8.260 litros, ao valor de R\$15,00 a unidade, totalizando uma receita de R\$ 123.900,00 mensais. No enquadramento no SIMPLES nacional, com a receita anual estimada em R\$ 1.486.800,00, é de uma alíquota de 10,7%, ou seja, R\$ 13.257,30 de impostos mensais. Consideramos que 70% da produção será vendida, ou

seja, serão vendidos 8.260 litros do destilado por mês, a um valor de R\$ 15,00 o litro, totalizando R\$ 123.900,00 mensalmente. Para a tributação das vendas foi considerado a alíquota de 10,7%, obtendo R\$ 13.257,30 de tributos mensais. Com todos os custos estruturados foi possível calcular o valor do Capital de Giro em R\$ 43.903,40, já englobado no valor inicial do investimento. O Ponto de Equilíbrio foi calculado em 44,71% das receitas, o Índice de Rentabilidade foi calculado em 160%, uma Taxa de Retorno de 151,38%, um Payback de 8 meses e o Valor Presente Líquido de R\$ 2.930.107,91.

Conclusão

Após a análise dos índices apurados, conclui-se que o empreendimento é viável economicamente, apresentando rentabilidade muito superiores àquelas disponibilizadas pelo mercado financeiro e com curto período de recuperação de investimento.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A cachaça no Brasil, dados de registro de cachaças e aguardentes. Ano 2021. SIMONCINE, J. B. V. B. et al. Cachaça. ANALECTA - Centro Universitário Academia, v. 7, n. 2, 2022. BRITO, P. Análise e viabilidade de projetos de investimentos. Grupo GEN, 2006. 9788522465774. CARVALHO, A. O. Estudo de viabilidade de um projeto de instalação de uma fábrica de cachaça artesanal na microrregião da Serra de São Miguel no RN. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. EMBRAPA 2007, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONT000fiog1ob502wyiv80z4s473agi63ul.html#:~:text=Os maiores produtores de cachaça,1>. Acesso em 25 de março de 2022 GOMES, J. M. Elaboração e análise de viabilidade econômica de projetos: tópicos práticos de finanças para gestores não financeiros. Grupo GEN, 2013. 9788522479634. IBRAC, 2022. Instituto brasileiro da cachaça. Disponível em: <https://ibrac.net/>. Acesso em: 23 de março de 2022 OLIVEIRA, F. M. de. Arranjo produtivo de cachaça da região Salinas-MG: aprendizagem, tecnologia e viabilidade econômica. 2017. Acesso em 25 de março de 2022. STECH, W. R.; PANDOLFI, M. A. C. Estudo de Viabilidade Econômica na Produção de Cachaça Artesanal. Revista Interface Tecnológica, v. 16, n. 1, p. 360-369, 2019. PINOTTI, R.I N.; VERDI, A. R.; JERONIMO, E. M. Processo de formalização da cachaça de alambique no Estado de São Paulo. Revista Científica ANAP Brasil, v. 11, n. 22, 2018 RIBEIRO, E. et al. PONTO DE EQUILÍBRIO. Anais do Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional, v. 1, n. 1, 2018. GABRIEL, D.; BIRCK, K. C.; FANK, O. L. Ponto de equilíbrio, margem de contribuição e margem de segurança. 2016 DA SILVA, Gi. D. Índices financeiros e lucratividade-um estudo dos índices de rentabilidade. 2007. JÚNIOR, O. C. D.; TORRES, I. A. As contribuições do valor presente líquido, da taxa interna de retorno, do payback e do fluxo de caixa descontado para avaliação e análise de um projeto de investimento em cenário hipotético. Universitas: Gestão e TI, v. 3, n. 1, 2013. DA SILVA, J. M. Cachaça: história, gastronomia e turismo. Editora Senac São Paulo, 2020. RONZANI, T. M.; FURTADO, E. F. Estigma social sobre o uso de álcool. Jornal brasileiro de psiquiatria, v. 59, p. 326-332, 2010.

Palavras-Chave: Viabilidade. Cachaça. Econômica. Financeira. Análise